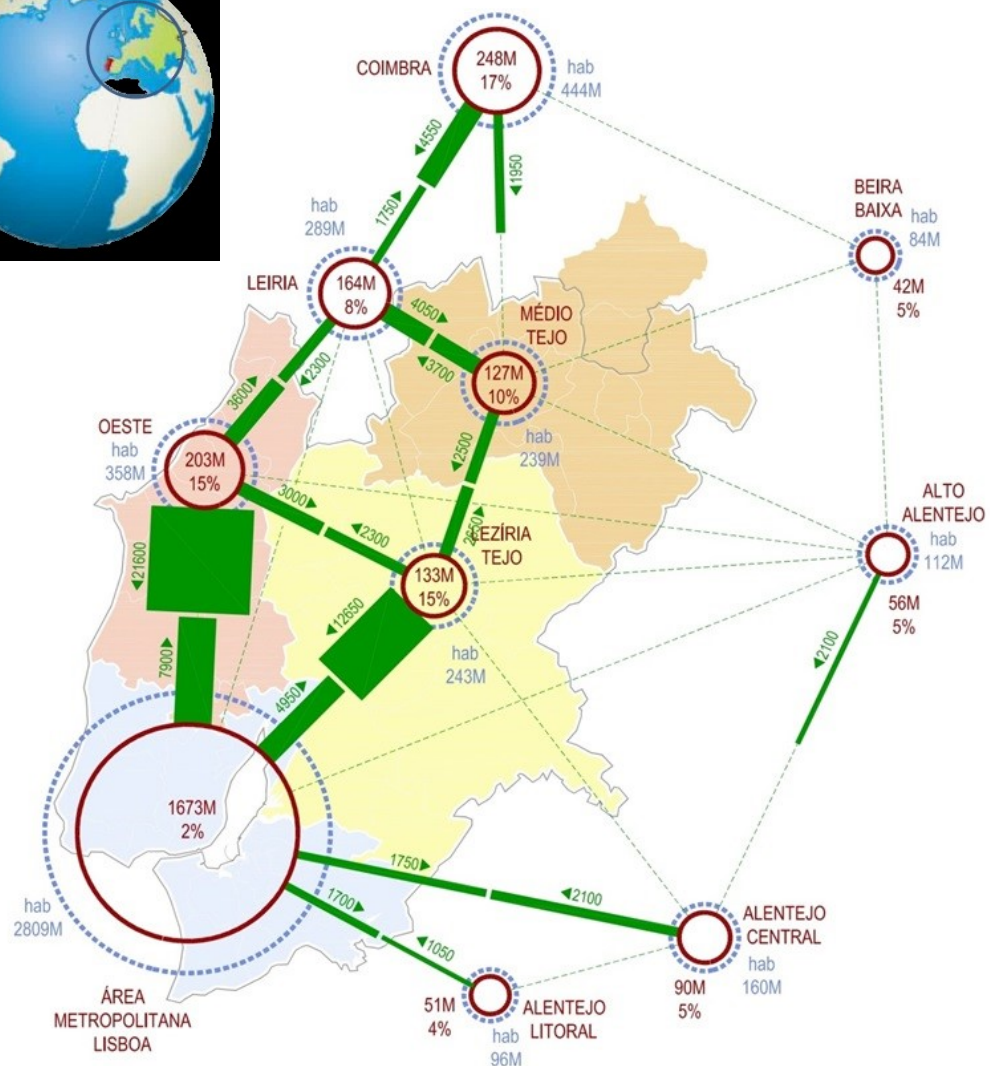




PARA A ESTRATÉGIA 2030 DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO

COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL E COESÃO TERRITORIAL E SOCIAL DA RLVT 2030



Coordenação: João Pereira Teixeira

Autoria: João Pereira Teixeira
Ana Ramos
Nuno Ventura Bento

Colaboração: Luís Machado
Alexandra Almeida
Teresa Sanches

Apoio: Helena Rodrigues
Filomena Matias

Sessões de Reflexão: Teresa Urbano

AGRADECIMENTOS

O presente contributo para a Estratégia 2030 para a Região de Lisboa e Vale do Tejo foi concretizado em 4 meses, com adesão a este desafio da parte de entidades e especialistas convidados a participar. Importa, no primeiro parágrafo deste documento:

- Agradecer aos 42 oradores convidados para as sessões de reflexão, nomeadamente Ana Sofia Vaz, António Correia de Campos, António Costa e Silva, Arlindo Oliveira, Artur Vaz, Augusto Mateus, Bernardo Trindade, Carlos Farinha Rodrigues, Carlos Lobo, Carlos Silva Neves, Domingos dos Santos, Elizete Jardim, Filipe Duarte Santos, Francisco Ferreira, Francisco Ventura Ramos, Guilherme Oliveira Martins, Jaime Andrez, Jaime Melo Batista, João Ferrão, João Fonseca Ribeiro, João Paulo Ribeiro Lima, João Vasconcelos, Joaquim Cunha, Jorge Froes, Jorge Gaspar, José Eduardo Dias, José Félix Ribeiro, José Luís Zêzere, José Manuel Viegas, Luís Aniceto, Luís Capucha, Margarida Pereira, Maria João Freitas, Miguel Castro Neto, Mira Amaral, Nuno Canada, Paulo Ferrão, Paulo Madruga, Rogério Gaspar, Rui Maia de Sousa, Sérgio Barroso, e Vítor Escária, que se dedicaram à reflexão sobre os temas apontaram prioridades, objetivos e modos de os alcançar;
- Agradecer às 172 entidades e aos seus técnicos, que aceitaram o convite de participar nas várias sessões de reflexão, dando o seu contributo, para que o resultado de cada sessão fosse sustentado e robusto no atual contexto de mudança e de incerteza; As sessões de reflexão tiveram 395 participantes;
- Agradecer às 38 entidades que deram contributos por escrito (ADENE, AMA, AMT, ANA, ANACOM, ANPC, APA, APL, ARS, CAP, CDSS, CGTP-IN, CIMOeste, CPCI, CTP, DGAV, DGPC, DGPM, DRAPLVT, EPAL, FCT, GNR, IEF, INIAV, INR, IP.SA, IPDJ, ITQB-Nova, LNEG, MARE STARTUP, ML, PSP-CML, PTO, SCML, TAGUSPARK, TAGUSVALLEY, TP, ULusófona) e aos seus técnicos em particular que, dentro das suas atribuições, souberam criar disponibilidade para responder a este desafio, partilhando a sua visão para a RLVT;
- Agradecer aos técnicos da CCDRLVT, aos dirigentes e aos vice-presidentes que executaram esta tarefa internamente, sem comprometer as suas atribuições, e em quem primeiramente vejo um forte espírito de sentido público.

No geral, a liderança deste processo constatou o forte espírito de missão pública dos vários participantes, que reconhece que a RLVT tem um papel decisivo na alavancagem da competitividade e no reforço da coesão interna, o que motivou a resposta generalizada a este desafio coletivo.

Algo gratificante e ao qual não fico indiferente.

João Pereira Teixeira

SUMÁRIO EXECUTIVO

Este documento foi concluído a 22 de Maio de 2018, e resulta de um desafio colocado (a 22 de Janeiro de 2018) pelo Sr. Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Eng Pedro Marques, à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT) e ao Conselho Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CRLVT) para, conjuntamente, apresentarem um pensamento estratégico 2030 para a RLVT, não considerando questões de governação, nem de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), remetendo essas questões para outra fase.

A CCDRLVT, com o apoio do CRLVT, liderou um processo envolvendo especialistas e entidades da Região, promovendo reflexões sucessivas e recolhas de visões globais, sectoriais e restritas a unidades territoriais, beneficiando da adesão voluntária dos participantes.

Como resultado, este documento intitulado “PARA A ESTRATÉGIA 2030 DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO”, é um contributo de todos os envolvidos: 42 especialistas como oradores, 38 entidades com contributos por escrito, e de 172 entidades, 395 presenças nas sessões de reflexão. Um inquérito permitiu também perceber o posicionamento dominante sobre os subtemas colocados para reflexão.

O documento assume a necessidade de uma Estratégia que seja preparatória para o futuro, resolvendo problemas instalados e tendências verificadas, prevenindo o impacto das mudanças disruptivas tidas atualmente como certas, designadamente as exigências decorrentes das grandes alterações tecnológicas em curso. O documento enquadra-se em três grandes vetores: a promoção da competitividade internacional, a dinamização da coesão territorial e o reforço da coesão social.

Não obstante a sua abrangência regional, o documento assume o papel da espacialização das políticas públicas em cada território, assente num conjunto de abordagens (instrumentos de política) focalizados na especialização económica de cada território, a ser definida no contexto do potencial endógeno, e das realidades locais, como fator chave para suportar estratégias e programas locais.

A proposta engloba as seguintes componentes:

- Contextualização do processo (ESTRATÉGIA 2030: PROCESSO para a Estratégia), quer ao nível dos documentos estratégicos em vigor que constituem um ponto de partida, quer ao nível da clarificação dos objetivos, metodologia e critérios estabelecidos para a concretização deste trabalho;
- Definição do paradigma da competitividade internacional e coesão territorial e social que se coloca (ESTRATÉGIA 2030: VISÃO para a Região de Lisboa e Vale do Tejo), clarificando o desígnio da competitividade internacional e das regiões no contexto da globalização, da coesão territorial e social, apresentando-se a visão para RLVT;
- Contextualização do processo da competitividade internacional e coesão territorial e social que se coloca como desígnio nacional (ESTRATÉGIA 2030: VISÃO para a Região de Lisboa e Vale do Tejo), clarificando o desígnio da competitividade internacional de Lisboa como Região (compreendendo toda a RLVT em toda a sua dimensão sistémica e diferenciada), no contexto da globalização e do relacionamento nas redes europeia e mundial das principais cidades-região. Por outro lado, em paralelo, contextualiza-se o desígnio da coesão territorial e social, que se compreende na estrutura polinucleada de centros urbanos e realidades locais em toda a RLVT, onde a dinamização dos centros urbanos é o caminho para a eficiência do sistema urbano da RLVT e a integração das populações nas redes de serviços e oportunidades de desenvolvimento. Estes dois desígnios, da competitividade

internacional e da coesão territorial e social, complementares entre si, e que concorrem para a afirmação de Lisboa-RLVT no mundo, sustentam a visão para RLVT;

- Definição de 10 Pilares Estratégicos (ESTRATÉGIA 2030: 10 PILARES ESTRATÉGICOS para novas políticas públicas), como áreas de focagem consideradas decisivas para alavancar o desenvolvimento do território no quadro dos novos desafios e oportunidades, dos riscos e das vulnerabilidades, tirando partido dos ativos do território;

Os Pilares Estratégicos são uma abordagem, no quadro das políticas de base territorial, fortemente focada no essencial para o futuro dos territórios, considerando as maiores ameaças e procurando antecipar as oportunidades globais. Cada Pilar Estratégico apresenta áreas estratégicas que, por sua vez, incluem linhas de ação, identificando as prioridades de partida para a sua concretização.

Os 10 Pilares Estratégicos propostos são (1) Sustentabilidade Demográfica e Juventude, (2) Qualificação, (3) Novas Tecnologias, (4) Alto Valor Acrescentado, (5) Urbanidade, (6) Inclusão Social e Combate à Pobreza, (7) Idade +, (8) Tejo e Sado, (9) Património, (10) Economia Circular.

- Definição de Grandes Projetos Estruturantes (ESTRATÉGIA 2030: GRANDES PROJETOS ESTRUTURANTES para a RLVT), paradigmáticos atendendo à sua natureza, aos territórios abrangidos, às componentes intersectoriais a mobilizar, aos princípios de sustentabilidade a respeitar, ao emprego a criar e ao investimento a mobilizar;

Os Grandes Projetos Estruturantes são propostas concretas, também consideradas decisivas para alavancar o desenvolvimento do território no quadro dos novos desafios e oportunidades, mas também para, perante ameaças e riscos cujo impacto será significativo, desencadear respostas de imediato, numa ótica preventiva e mitigadora. Os projetos são descritos sumariamente.

Os Grandes Projetos Estruturantes são: RLVT Escolas para o Mundo - centros de excelência internacional; Plataforma Atlântica de Lisboa; Medicina de Precisão - da investigação ao serviço nacional de saúde; Estuários do Tejo e Sado - paisagem, turismo, recreio e lazer; Agroalimentar e Florestal; Transportes Sustentáveis e Integrados; *Smart Region*; No Caminho para a Descarbonização; e Projeto Tejo - aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do tejo.

- Por fim, como proposta de aprofundamento (ESTRATÉGIA 2030: PRÓXIMOS PASSOS para a concretização) este documento apresenta como referencial um conjunto de princípios e as práticas permanentes, que devem consubstanciar todas as fases do processo, e assim orientar a futura prossecução dos trabalhos.
- Neste sentido, vão desde já realizar-se reuniões de aprofundamento de cada um dos Pilares Estratégicos com especialistas e com entidades com atribuições e competências nestes domínios, assim como reuniões para a formulação dos programas dos Grandes Projetos Estruturantes. Nomeadamente, as fases seguintes preveem detalhar o nível de especialização de cada território, de cada centro urbano regional, no sentido de explorar o potencial de desenvolvimento associado à sua unicidade.

O aprofundamento do trabalho desenvolvido compreende, no universo de políticas, o desenho do modelo base de partida para a formulação de programas para implementar as estratégias e a concretização de projetos. Em particular, a CCDRLVT propõe-se desencadear um processo de participação dos especialistas e das entidades envolvidas estabilizando uma estratégia a transpor para o futuro referencial estratégico do próximo Quadro Comunitário de Apoio.

O documento, para detalhar e sustentar a proposta, tem em anexo, (1) a matriz síntese dos contributos dos oradores e das entidades consultadas, (2) os contributos das entidades consultadas e (3) as sessões de reflexão.

ÍNDICE

Agradecimentos	3
Sumário executivo	4
I. ESTRATÉGIA 2030: PROCESSO para a Estratégia	7
Desafio do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas	7
Antecedentes, estratégias e oportunidades	9
Da abordagem temática à apresentação de uma proposta	14
II. ESTRATÉGIA 2030: VISÃO para a Região DE LISBOA E VALE DO TEJO	16
Competitividade internacional e coesão territorial e social da RLVT 2030	17
III. ESTRATÉGIA 2030: 10 PILARES ESTRATÉGICOS para novas políticas públicas	24
1. Sustentabilidade demográfica e juventude	26
2. Qualificação	31
3. Novas tecnologias	34
4. Alto valor acrescentado	37
5. Urbanidade	42
6. Inclusão social e combate à pobreza	49
7. Idade +	53
8. Tejo e Sado	56
9. Património	62
10. Economia circular	65
IV. ESTRATÉGIA 2030: GRANDES PROJECTOS estruturantes para a RLVT	69
RLVT - Escolas para o Mundo - Centros de Excelência Internacional	71
RLVT - Plataforma Atlântica de Lisboa	71
RLVT - Medicina de Precisão - da investigação ao serviço Nacional de Saúde	72
RLVT - Estuários do Tejo e Sado - paisagem, turismo e recreio e lazer	73
RLVT – Agroalimentar e florestal	74
RLVT - Transportes sustentáveis e Integrados	76
RLVT - Smart Region	78
RLVT - No caminho da Descarbonização	79
RLVT - Projeto Tejo - Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos do Tejo	80
V. ESTRATÉGIA 2030: PRÓXIMOS PASSOS para a concretização	81
Princípios e a relevância do Território	81
Práticas permanentes	82
Próximos passos	85
Lista de Figuras e Lista de Siglas	86
Bibliografia / Documentos de Referência	88
Anexo 1 – Matriz síntese dos contributos dos oradores e entidades consultadas	90
Anexo 2 – Contributos das entidades consultadas	90
Anexo 3 – Sessões de reflexão	90

I. ESTRATÉGIA 2030: PROCESSO PARA A ESTRATÉGIA

Antes de apresentar a visão, os Pilares Estratégicos e os Grandes Projetos, que configuram uma Estratégia para a Região de Lisboa e Vale do Tejo, importa esclarecer o desafio que foi colocado à CCDRLVT, os objetivos e metodologia estabelecidos, e o contexto do momento em que esta reflexão é concretizada.

DESAFIO DO MINISTRO DO PLANEAMENTO E DAS INFRAESTRUTURAS

Na reunião extraordinária do Conselho Regional de Lisboa e Vale do Tejo sobre o Portugal 2030 (<http://www.portugal2030.pt/>), realizada no passado dia 22 janeiro 2018, o Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Pedro Marques, lançou o desafio à CCDRLVT de, no primeiro trimestre do ano, apontar a Estratégia 2030 para a RLVT.

Ora, tendo em conta que a Região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT) é composta por 52 Municípios, organizados em três Comunidades Intermunicipais, do Oeste, do Médio Tejo e da Lezíria do Tejo, e na Área Metropolitana de Lisboa (AML), onde reside 36% da população do país, com 43% do VAB, 35% das empresas e 41% do emprego do país, importa empreender um processo de construção conjunta que assegure a robustez da reflexão pretendida.

Para a construção de uma Estratégia 2030 da Região de Lisboa e Vale do Tejo, foi estabelecida uma metodologia de múltiplos fluxos, que passou por uma reflexão temática com oradores convidados, entidades consultadas e uma reflexão interna.

A reflexão foi solicitada com o objetivo metodológico de responder a três perguntas: **Quais as prioridades estratégicas mais importantes para a RLVT 2030? Quais os objetivos de cada uma destas prioridades estratégicas? Qual o modo de alcançar cada um destes objetivos?** A todos (oradores convidados e entidades consultadas), foi enfatizada a necessidade de obter respostas concretas. A todos, clarificou-se que não se pretendia abordar os temas da governação, nem da política de fundos.

Tratou-se de envolver os especialistas em sessões de reflexão nos subtemas identificados em quatro grandes desafios temáticos (**Pessoas, Sustentabilidade, Território e Produção-Qualificação-Inovação**), envolver as entidades da Região que participam ativamente no desenvolvimento e na dinâmica do território a darem contributos por escrito, e apurar internamente a posição técnica dos serviços que detêm um conhecimento acumulado sobre estas temáticas.

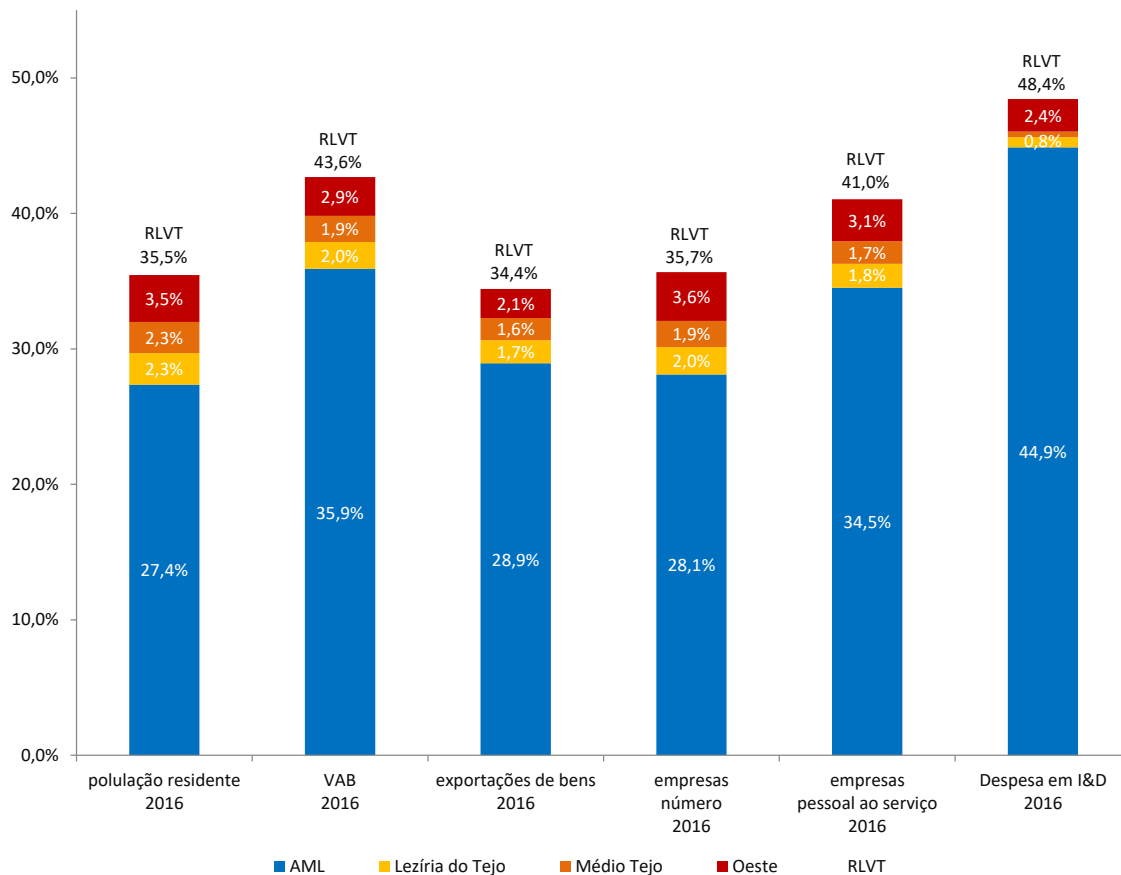
Na totalidade, o processo teve as seguintes iniciativas:

- [14 de fevereiro] Reunião com as Confederações (António Saraiva, Presidente da Confederação Empresarial de Portugal; Eduardo Oliveira e Sousa, Presidente da Confederação dos Agricultores de Portugal; João Vieira Lopes, Presidente da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal; Francisco Calheiros, Presidente da Confederação do Turismo Português; Luís Saraiva, em representação da Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário);
- [15 e 19 de fevereiro] Reuniões com as Comunidades Intermunicipais e com a Área Metropolitana de Lisboa (Pedro Miguel Folgado, Presidente da CIM do Oeste; Pedro Miguel Ribeiro, Presidente da CIM da Lezíria do Tejo; e Maria do Céu Albuquerque, Presidente da CIM do Médio Tejo; e Carlos Humberto, Primeiro-secretário da AML, e representantes das Câmaras Municipais);

- [19 de fevereiro] Reunião interna, colocando o desafio a todos os dirigentes da CCDRLVT, envolvendo técnicos e maximizando a experiência acumulada nos vários domínios de especialidade ao nível da Região;
- [21 a 23 de fevereiro] Pedido de Cooperação a Entidades com atuação na Região, num total de 103 entidades (anexo 2), solicitando o envio de contributos por escrito, até 16 de março;
- [5, 9, 14 e 21 de março] Quatro sessões de reflexão temáticas (temas: Pessoas, Sustentabilidade, Território e Produção-Qualificação-Inovação), com 35 oradores considerados especialistas nos subtemas identificados (programa anexo), e convidadas 172 entidades para participar (entidades do Conselho de Coordenação Intersectorial da Região de Lisboa e Vale do Tejo, do Conselho Regional da Região de Lisboa e Vale do Tejo e outras entidades (anexo 3);
- [19 abril] Sessão de Reflexão “Agroalimentar e Turismo”, realizada na CIM Oeste, nas Caldas da Rainha, com oito oradores considerados especialistas no tema identificado;
- [16 maio] Reunião do Conselho Regional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, onde o documento foi apresentado e aprovado por unanimidade. Os contributos apresentados (CM Loures, CM Cascais, CM Abrantes, CM Torres Vedras, CM Alcanena, CM Seixal, *Católica Lisbon*, ICNF e CM Palmela) foram integrados no presente documento.

O presente relatório resulta da totalidade dos contributos de três reuniões preparatórias, de cinco sessões de reflexão com 43 intervenções de oradores, da resposta de 37 contributos de entidades consultadas e de quatro contributos internos (anexo 1, 2 e 3).

ANTECEDENTES, ESTRATÉGIAS E OPORTUNIDADES

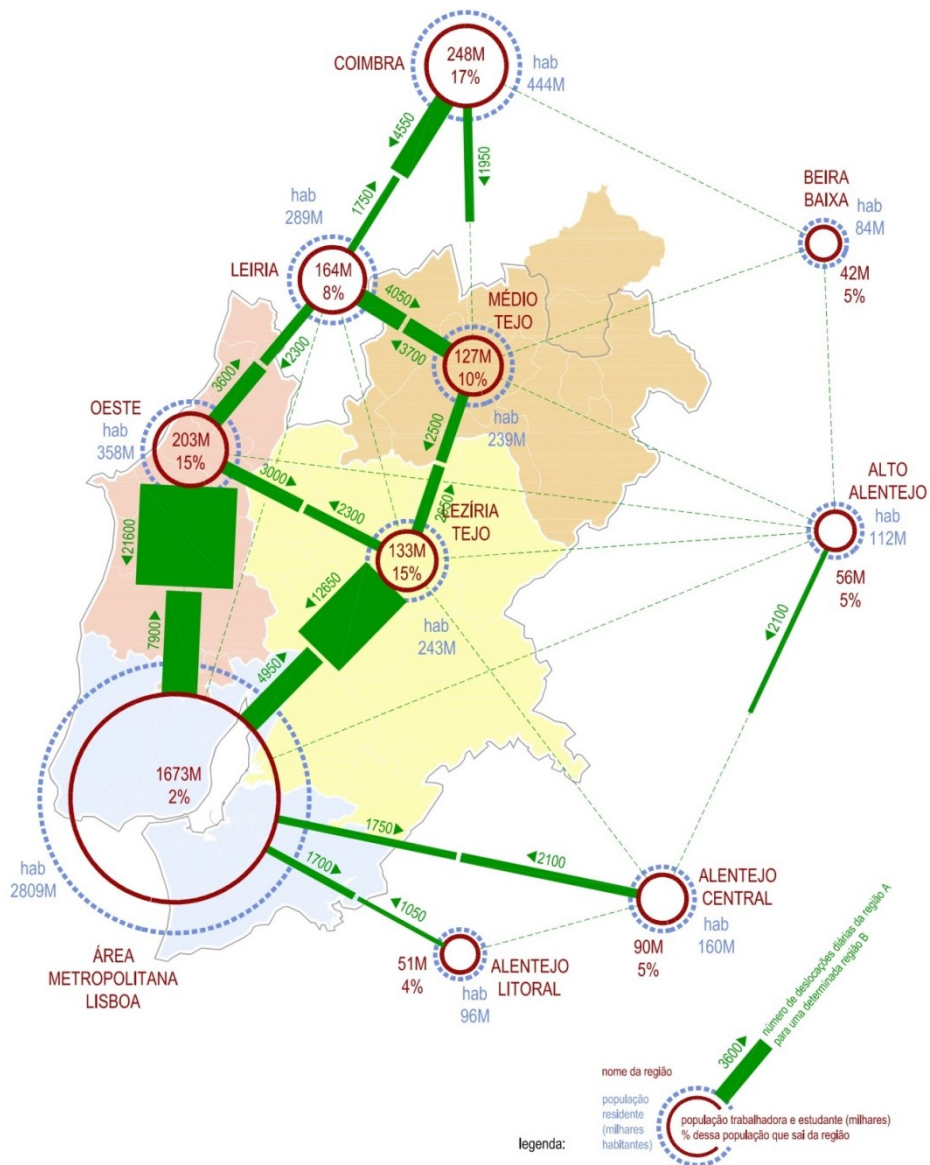


População residente (N.º); Valor acrescentado bruto a preços correntes (€); Exportações de bens (€); Empresas (N.º); Empresas-Pessoal ao serviço (N.º); Despesa em investigação e desenvolvimento (I&D - €) das instituições e empresas com investigação e desenvolvimento; Fonte: INE.

Figura 01: Peso da RLVT e as suas Sub-regiões no País: principais indicadores

Importa referir o peso dominante da RLVT no desenvolvimento do país, expresso claramente nos principais indicadores macroeconómicos e nos indicadores ligados à inovação e alta tecnologia, onde se apresenta como centro polarizador relativamente ao país. Importa salientar que, além dos limites definidos para os territórios, o sistema funcional da RLVT compreende redes de fluxos, polos de atração, e roteiros de produção e consumo, numa dimensão regional com base na forte complementaridade das sub-regiões Oeste, Lezíria do Tejo e Médio Tejo com a Área Metropolitana de Lisboa (AML). Esta realidade, que consiste na dimensão sistémica da RLVT deve ser incorporada na Estratégia 2030.

Apoiado nas redes de acessibilidade desenvolve-se um sistema urbano policêntrico, hierarquizado a partir do centro metropolitano onde se concentram grandes equipamentos e serviços de nível regional e nacional. Esse centro é constituído por uma rede estruturada de centralidades urbanas de vários níveis, articuladas entre si, segundo eixos e coroas, que organizam a RLVT formada pelo espaço metropolitano e os territórios do Oeste, Lezíria e Médio Tejo.



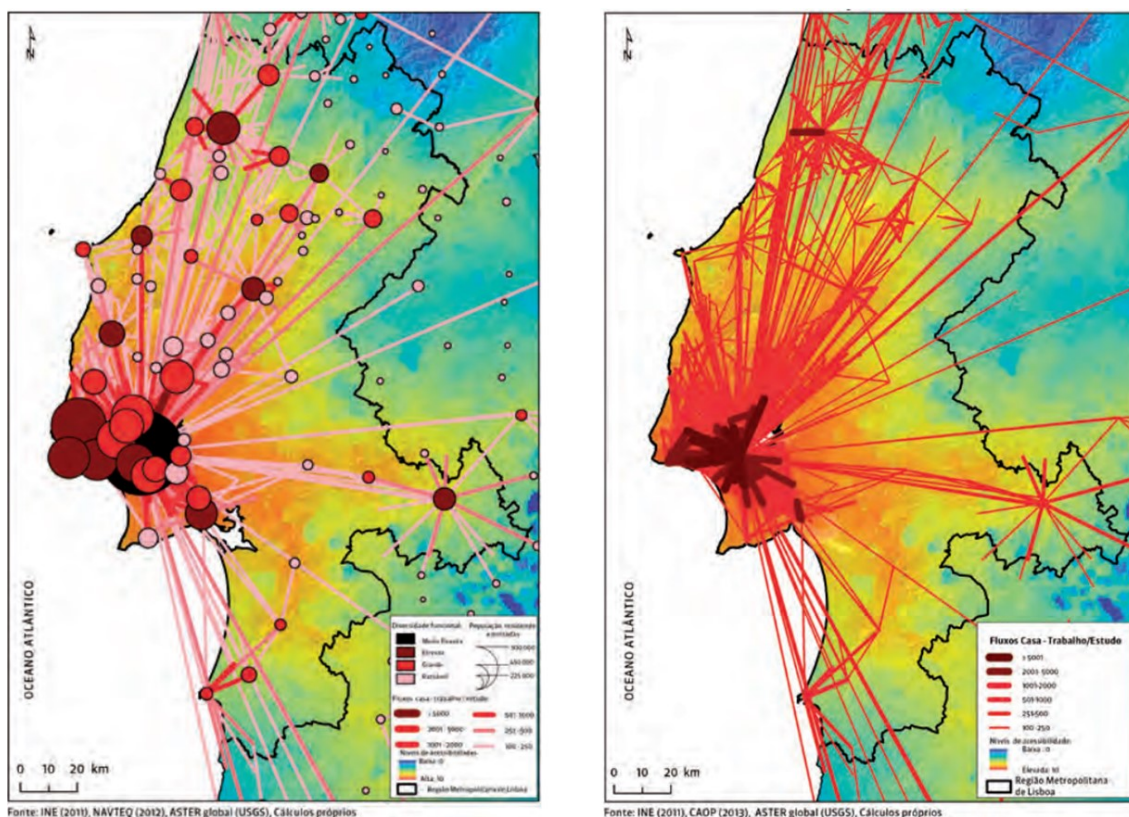
Nº médio de deslocações diárias de trabalhadores e estudantes entre NUTS III (considerados valores >= 1000) Fonte: INE censos 2011.

Figura 02: Deslocações sub-regionais e inter-regionais

Neste domínio dão expressão à região funcional os movimentos sub-regionais de trabalhadores e estudantes representados seguidamente. Estes movimentos mostram claramente a existência de fortes interdependências intrarregionais, quer as que se desenvolvem entre o núcleo metropolitano e a coroa envolvente dos territórios do Oeste, Lezíria e Médio Tejo, quer as que se desenvolvem dentro dessa mesma coroa envolvente. E evidenciam igualmente a capacidade atrativa da Região no seu todo e dos territórios do Oeste, Lezíria e Médio Tejo sobre as sub-regiões vizinhas.

Os movimentos identificados refletem a organização da localização das empresas e estabelecimentos de ensino, sendo que o núcleo metropolitano concentra o emprego mais qualificado, bem como o emprego público, enquanto os territórios do Oeste, Lezíria e Médio Tejo ainda carecem de atingir patamares superiores nestas duas variáveis. A Região dispõe de um sistema de inovação que inclui grandes universidades instaladas no núcleo metropolitano, institutos politécnicos e laboratórios do Estado, mas também empresas multinacionais e grandes empresas dos setores infraestruturais, incubadoras e parques tecnológicos, clusters industriais consolidados e proto clusters disseminados nos diversos territórios sub-regionais que funcionam em interação.

As relações de interdependência e funcionalidade da Região de Lisboa e Vale do Tejo antes identificadas estão bem evidenciadas no estudo recente sobre macrorregiões funcionais portuguesas, promovido pela Fundação Calouste Gulbenkian. Este estudo identifica e analisa uma grande região funcional polarizada por Lisboa, designada por arco metropolitano de Lisboa, que inclui toda a Região de Lisboa e Vale do Tejo e, ainda, os eixos que se estendem a Sines, Évora e Leiria, concluindo que no seu conjunto este extenso território constitui um sistema interativo e interdependente que desempenha um papel destacado na inserção de Portugal no mapa da globalização.



Fonte: FCG, 2016: Uma Metrópole para o Atlântico p40, p46)
Figura 03: Sistema Urbano 2011 e Movimentos Pendulares 2011

Importa referir os documentos em vigor que definem linhas orientadoras para a construção de estratégias regionais, políticas públicas e programas em concreto a várias escalas, e que tiveram processos contínuos de diagnóstico, análise e construção participada, validados anteriormente e que podem ser vistos no atual contexto como pontos de partida.

Concretamente, a RLVT dispõe de documentos estratégicos e de desenvolvimento territorial como o Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa 2002, o Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo 2009, o Programa Operacional Regional de Lisboa 2014-2020, o Plano de Ação Regional de Lisboa 2014-2020, a Estratégia de Especialização Inteligente de Lisboa 2014-2020 e as EIDT-AML, Oeste, Lezíria do Tejo, e Médio Tejo.

- Os Planos Regionais de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (2002) e do Oeste e Vale do Tejo 2009, que definem a estratégia regional de desenvolvimento territorial, apresentando as opções estratégicas de organização do território regional e o respetivo modelo de estruturação territorial, tendo em conta o sistema urbano, as infraestruturas e os equipamentos de utilização coletiva de interesse regional, bem como as áreas de interesse regional em termos agrícolas, florestais, ambientais, ecológicos e económicos, integrando as redes nacionais de infraestruturas, de mobilidade e de equipamentos de utilização coletiva com expressão regional. Adicionalmente, apontam as grandes opções de investimento público, com impacto territorial significativo, as suas prioridades e programação, em articulação com as estratégias definidas para a aplicação dos fundos europeus e nacionais;
- As Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial 2020 (EIDT-AML, Oeste, Lezíria do Tejo, e Médio Tejo), que apresentam a visão e as respetivas linhas estratégicas prioritárias, identificando os constrangimentos, desafios e linhas de orientação, numa lógica de hierarquização das prioridades, privilegiando a sistematização e coerência da informação com os documentos existentes de âmbito nacional, regional e municipal;
- O Plano de Ação Regional de Lisboa 2014-2020 (PARL), como documento de suporte do POR Lisboa 2020, e da Estratégia Regional de Especialização Inteligente (RIS3), que apresenta a estratégia de desenvolvimento regional, o quadro de ação regional, correspondendo à concretização das prioridades estratégicas e modelo de governação regional, para procurar uma maior eficácia e sucesso na gestão dos fundos comunitários no atual período de programação;
- A Estratégia de Especialização Inteligente de Lisboa 2014-2020 (RIS3 AML), que se traduz numa estratégia de inovação para a especialização inteligente que promove a transformação económica integrada de base local, que direciona o apoio político e investimentos para as prioridades, os desafios e as necessidades regionais mais importantes, apoiando a inovação baseada na tecnologia e na prática e promovendo o total envolvimento das partes interessadas;
- E o Programa Operacional Regional de Lisboa 2014-2020, com dotação financeira, que pretende promover a competitividade da economia regional, o desenvolvimento urbano sustentável e a coesão interna da Região, bem como a contribuição da Região para a concretização dos principais objetivos de desenvolvimento nacionais e da União Europeia (UE);
- No caso destes últimos três documentos, as sub-regiões do Oeste e do Médio Tejo, e da Lezíria do Tejo tiveram essas componentes incluídas nos documentos da mesma natureza desenvolvidos pela Região do Centro e para Região do Alentejo, respetivamente;

Estes documentos, concretizam um pacote-programa completo para o desenvolvimento do território, indicando prioridades a constar na construção de uma Estratégia 2030. Adicionalmente, é de referir o REOT, como relatório que apura o estado do Ordenamento do Território, apontando aspetos de execução e desempenho nas várias áreas determinantes para o desenvolvimento regional.

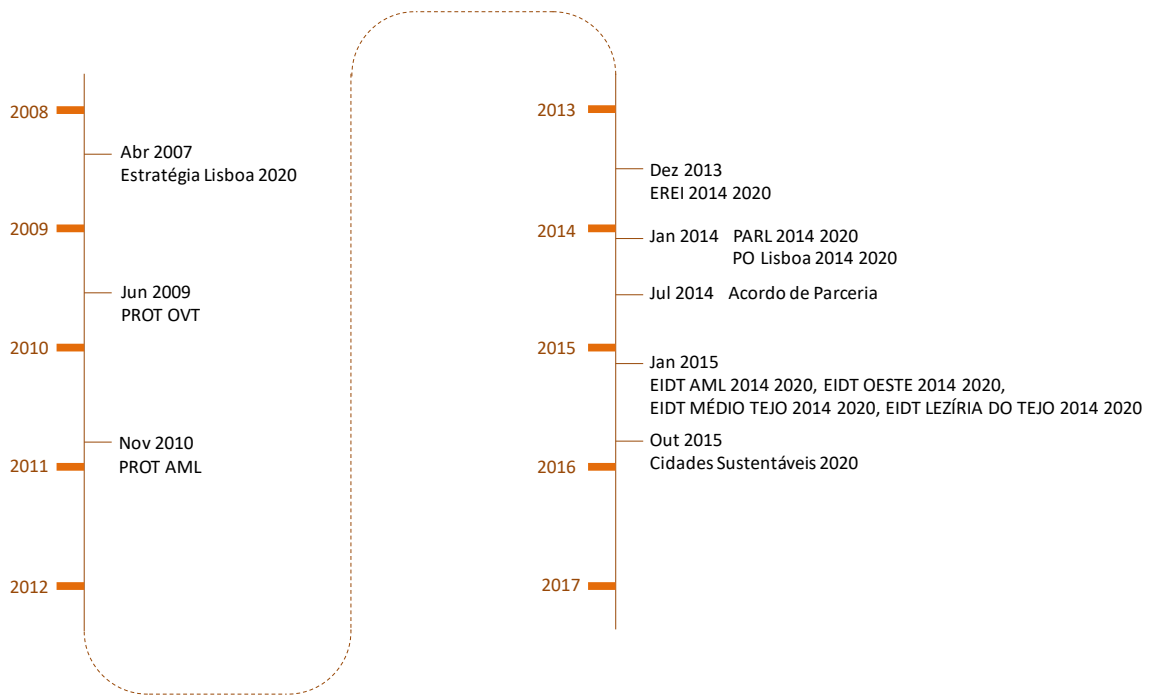


Figura 04: Cronologia de documentos estratégicos e desenvolvimento territorial em vigor na RLVT

Em particular, é de referir a metodologia colaborativa que foi estabelecida para a implementação da RIS3, com domínios de especialização bem definidos. Não detalhando essa metodologia, fortemente focada na dinamização dos atores locais e já com resultados concretos no perfil da Saúde e no perfil do Mar para a RLVT, importa referir o objetivo global de reforço das candidaturas, ambicionando projetos que constituam um potencial estruturante, mobilizador dos principais atores do território, que se quer sustentável, resiliente, catalisador de mais-valias, gerador de outros investimentos e criador de emprego.



Figura 05: Domínios da Estratégia Regional de Especialização Inteligente de Lisboa 2014-2020

Em resumo, os antecedentes programáticos e as estratégias de desenvolvimento funcionam como ponto de partida, conjuntamente com um novo paradigma fortemente associado ao impacto da demografia, das novas tecnologias e das vulnerabilidades ambientais e do funcionamento urbano. Este documento não é por isso um diagnóstico, nem sucede a um, nem se suporta num processo de avaliação do atual PT2020, e por isso surge apenas como pensamento para uma nova matriz estratégica 2030.

Atualmente, em paralelo com o desenvolvimento deste documento, está a decorrer o processo de revisão do PNPT que concretiza uma visão estratégica para todo o país, em concreto na definição do modelo territorial que deverá orientar as políticas públicas.

Neste documento, assume-se já como referência os centros urbanos, os centros regionais, e as áreas de vulnerabilidade crítica, identificados no modelo de gestão territorial do PNPT como a base para o reforço das centralidades polinucleadas da RLVT e para a especialização de cada território, em função das suas características e potencialidades.

DA ABORDAGEM TEMÁTICA À APRESENTAÇÃO DE UMA PROPOSTA

A primeira fase para a recolha de contributos teve uma abordagem temática, e resultou numa matriz síntese. Assim, a visão decorre de um trabalho de análise, reflexão e proposta sobre todos os contributos recebidos e traduz-se na “Matriz síntese dos contributos dos oradores e entidades consultadas” (anexo 1). O desafio foi, dentro da experiência dos especialistas e das entidades na sua área temática, apurar o desenho estratégico determinante para a RLVT e enfrentar os desafios do futuro. Naturalmente que, apesar da natureza setorial ou sub-regional de algumas prioridades e objetivos identificados pelos oradores e entidades consultadas, foi salvaguardado o potencial da RLVT na globalidade, incorporando as especificidades sub-regionais como mais-valias.

A Matriz estrutura os contributos dentro de quatro grandes desafios temáticos: PESSOAS, TERRITÓRIO, SUSTENTABILIDADE e PRODUÇÃO-QUALIFICAÇÃO-INOVAÇÃO, com subtemas considerados mais relevantes, para onde foram apuradas as prioridades, objetivos e modos de alcançar, que estão na base de partida metodológica.



Figura 06: Desafios temáticos e subtemas para recolha de contributos e sessões de reflexão

Adicionalmente, nas sessões de reflexão, foi solicitado a todos os presentes (395 participantes na globalidade das cinco sessões) o preenchimento de um inquérito ponderativo sobre a importância estratégica dos vários subtemas. Do resultado, que confirma o reconhecimento da importância da totalidade de todos os subtemas propostos, conclui-se: no tema “Pessoas” são consideradas muito relevantes a sustentabilidade demográfica, a saúde e a inclusão social; no tema “Território” são consideradas muito relevantes a regeneração urbana e a habitação; no tema “Sustentabilidade” são consideradas muito relevantes as alterações climáticas e a água; e no tema “Produção, Qualificação e Inovação” são considerados muito relevantes o emprego, o capital humano, o conhecimento, a inovação, a qualificação e o ensino (anexo 3).

A fase de apuramento de contributos “PARA A ESTRATÉGIA 2030 DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO”, com base numa abordagem temática, permitiu a construção da VISÃO, dos PILARES ESTRATÉGICOS, e dos GRANDES PROJETOS ESTRUTURANTES. Estes três níveis, no seu conjunto, constituem a base propositiva deste documento, que se apresenta nos próximos capítulos.



Figura 07: Esquema com 3 grandes conteúdos deste documento

O documento inclui igualmente a sequência deste processo: “Estratégia 2030: PRÓXIMOS PASSOS” para a concretização, que contém princípios e práticas permanentes, que devem consubstanciar todas as fases do processo, assim como a orientação para futura condução dos trabalhos.

II. ESTRATÉGIA 2030: VISÃO PARA A REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO

As crianças que nascem hoje viverão muito provavelmente até ao fim deste século. Devemos preparar a Região de Lisboa e Vale do Tejo para elas e para todas as gerações que nasceram antes. Como proceder? Como resolver os problemas atuais na perspetiva de médio e longo prazo? Como evitar problemas que hoje se perspetivam? Como implementar as novas tecnologias maximizando os benefícios sociais, económicos, ambientais, culturais e políticos? Como mobilizar o desenvolvimento da RLVT para acompanhar as regiões mais desenvolvidas da Europa?

A sociedade está num ponto de viragem, na transição para uma Nova Era. Esta transição traz vários desafios ao desenvolvimento regional. A transição entre eras é sempre um período longo e difícil, durante o qual se torna necessário ultrapassar problemas complexos, resolvendo os desafios de curto prazo na perspetiva de uma transição a longo prazo. Na caminhada para uma nova era, somos forçados a procurar novas soluções. Este momento, sem precedentes, é uma oportunidade para repensarmos políticas, instituições, objetivos, metodologias e modelos, para renovarmos os nossos pontos de vista e as nossas práticas quotidianas.

No decurso do século passado, a filosofia, a ciência, a arte, a tecnologia, a política, a economia, a sociedade, os direitos de cidadania, a estrutura das famílias e as condições de trabalho sofreram mudanças profundas, de que decorreram mudanças também no desenvolvimento regional: novas teorias, novos objetivos, novos movimentos e novas metodologias. A estas mudanças, sucedem-se novos paradigmas.

A nossa cultura está a mudar. O modelo de consumo mudará. Iremos procurar melhor, e não mais, procuraremos a utilização e não a propriedade. Iremos procurar o sustentável e o durável, e não o consumível. Iremos procurar um modelo económico mais inteligente, que incorpore o conhecimento científico, a tecnologia, a qualidade, a coesão, o ambiente, os valores culturais e os valores territoriais. Estas tendências serão universais.

Nesta transição, a previsão dá lugar à incerteza, o crescimento ao sustentável, o maximizar ao otimizar, o mais ao melhor, a abordagem setorial à holística, as soluções tipificadas às soluções apropriadas, do local ao global e do global ao local.

Os principais motores das mudanças globais são: a economia global; a eletrónica e as comunicações; o equilíbrio dos poderes e das políticas globais; as novas tecnologias da biologia e da saúde, de materiais, de produção, de energia, de infraestruturas e de transportes; o crescimento sustentável; o clima; os sistemas ecológicos.

O ritmo da inovação e a grande velocidade da popularização das novas tecnologias provocam impactos imediatos, profundos, por vezes inesperados, em vários setores.

Muitas das decisões a tomar nos próximos anos terão um forte impacto nas décadas futuras. Infraestruturas, agricultura, energia, biodiversidade, ordenamento do território, políticas de inovação, visão, estratégias, objetivos e medidas irão determinar o desenvolvimento durante várias décadas.

Estamos neste momento a viver em sobrecarga ecológica, consumindo mais recursos do que aqueles que o planeta pode repor, esgotando a reserva de recursos naturais. Assumindo as tendências atuais, em 2030 o Mundo terá mais 14% de população, e serão necessários mais 50% de alimentos, mais 45% de energia e mais 35% de água. Pela primeira vez na sua história, a Humanidade enfrenta problemas globais

decorrentes das alterações: do sistema ecológico da Terra; do clima global; das tendências biofísicas e da diversidade.

A nossa solidariedade para com as gerações futuras obriga-nos a mudar. Para um território com futuro, o *“business as usual”* apresenta vários riscos globais e locais que constituem uma ameaça. A transição atual é uma oportunidade para proceder às mudanças necessárias, que irão colocar vários desafios à Região de Lisboa e Vale do Tejo. Os responsáveis pelo desenvolvimento regional têm de ir além do estudo da situação atual, têm de tentar compreender e, porventura, controlar, as tendências para futuros cenários, em direção a uma nova visão das cidades e da Região.

Assim, neste contexto de mudança, o presente documento prioriza as áreas nas quais se perspetivam maiores mudanças e onde serão necessárias mais alterações, como resposta pública e societária obrigatória aos desafios que nos são colocados. Em particular, o documento reconhece que há várias mudanças em curso que são disruptivas, rápidas, e de difícil controlo pela esfera pública, o que acentua a importância da componente prospetiva desta reflexão, apontando o caminho para políticas concretas com carácter ambicioso, mitigador e preventivo.

A estratégia 2030 será, primeiro, uma resposta antecipada para o futuro, lidando com a mudança.

COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL E COESÃO TERRITORIAL E SOCIAL DA RLVT 2030.

Perante a globalização, e num ritmo de grandes e frequentes inovações, é essencial a inserção nas grandes redes mundiais. Portugal beneficia de uma localização geográfica cuja centralidade representa potencialidades importantes: entre o Mar e a Europa, na entrada do Mediterrâneo e próximo de África, na entrada da Europa pelas principais rotas marítimas, aéreas e terrestres, e com uma invejável Zona Económica Exclusiva. O capital estratégico da RLVT é reforçado pela língua portuguesa, que constitui igualmente um grande valor atendendo a que é a quarta língua mais falada do Mundo.

“Os países que vão vencer são os que vão conseguir inserir-se nas grandes redes mundiais ...energéticas, comerciais, marítimas, redes do fluxo do conhecimento, da tecnologia, das finanças”. António Costa e Silva

O desenvolvimento regional da RLVT, no quadro do potencial de promoção do progresso do país, compreende o imperativo da competitividade internacional em paralelo com o esforço da coesão territorial e social interna. Apenas com o sucesso nestas duas frentes, CONVERGÊNCIA INTERNACIONAL E DAS REGIÕES e COESÃO TERRITORIAL E SOCIAL será possível a resiliência e adaptação à mudança nesta Nova Era.

CONVERGÊNCIA INTERNACIONAL E DAS REGIÕES

A RLVT pode mobilizar as potencialidades que daqui decorrem: como plataforma das redes globais, nos portos, aeroportos, logística e cadeias de valor; na ligação à Europa e às redes transeuropeias; como plataforma tecnológica, dos desenvolvimentos atuais e futuros, atraindo investimento, mobilizando jovens qualificados e gerando mais-valias.

A competitividade internacional é uma das componentes mais importantes de uma Região Capital. A afirmação da competitividade internacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo passa por saber aproveitar a sua localização estratégica no centro do Atlântico enquanto motor do país, tirando partido do seu

potencial científico e tecnológico de qualidade reconhecida internacionalmente, dos seus recursos e competências, privilegiando a sua inserção em redes internacionais de excelência (energéticas, comerciais, marítimas, redes do fluxo do conhecimento, da tecnologia, das finanças) e noutras formas de cooperação que visem o reforço da inovação e da internacionalização do tecido empresarial regional.

"É em Lisboa que se ganha ou se perde a convergência da economia portuguesa. Penalizar Lisboa é um erro e irá penalizar todo o país. Não se converge nivelando por baixo." Augusto Mateus

Dentro da Região de Lisboa e Vale do Tejo, é necessário atender ao papel e ao potencial das sub-regiões, num esforço integrado de coesão interna, ultrapassando as divisões do atual modelo de governação do FEEI que não se sobrepõe aos limites da RLVT, o que implica encontrar uma visão mais alargada. A diversidade regional é positiva: agricultura, floresta, pescas, turismo e natureza. Neste domínio existe um grande potencial em toda a Região. O território ganha valor quando tem valor para as pessoas.

"É ao nível da complementaridade e dos projetos que se criam efeitos de spill over entre regiões." Paulo Madruga

"Nas áreas da colaboração internacional e colaboração inter áreas científicas e tecnológicas, Lisboa está em posição de vantagem competitiva relativamente à ligação de diferentes áreas do conhecimento, como está em posição de vantagem competitiva relativamente às parcerias globais." Rogério Gaspar

Esta realidade constitui uma das razões para desenvolver estratégias e iniciativas que fortaleçam essa vantagem, promovendo nomeadamente o aumento da produção internacionalizável e a progressão nas cadeias de valor.

A RLVT deverá afirmar-se pelo reforço da sua competitividade e da internacionalização da sua economia. Para uma economia mais competitiva e mais forte é necessário uma maior seletividade e concentração de recursos, uma afetação favorecendo e valorizando o que mais contribui para aumentar a capacidade de gerar riqueza e investimento.

É fator decisivo para a competitividade internacional da Região, a criação de valor pelo aumento da qualidade dos bens e serviços que produz, da qualificação e da capacidade científica e técnica dos recursos humanos que nela trabalham. É necessário combinar de forma específica os processos de inovação e diferenciação indutores de maior valor acrescentado reconhecendo que importa alargar e sistematizar um vasto conjunto de iniciativas colaborativas de adoção, adaptação e desenvolvimento tecnológico, utilizando o conhecimento, a cultura e a criatividade para produzir bens e serviços transacionáveis e diferenciados. É também determinante assumir a complementaridade inter-regional como fator de convergência da Região e do País por quanto é em Lisboa que se ganha ou se perde a convergência da economia portuguesa. Afirmar a Região no contexto europeu e internacional beneficia o resto do país.

"A capacidade de ciência e tecnologia que existe nesta região obviamente deve ter também spill-overs para o resto do País...O interior não se desenvolve cortando a capacidade que temos aqui. O interior desenvolve-se criando condições para se desenvolver e obrigando regiões (como Lisboa e Porto) a fazer spill-overs para o interior." Mira Amaral

Deverá ser aberto um novo caminho de convergência onde o contributo da Região de Lisboa e Vale do Tejo possa ser alavancado quer pela utilização dos FEEI em projetos que se destinem a servir objetivos conjuntos de competitividade internacional com impactos setoriais e territoriais alargados, quer pelo reforço de projetos conjuntos ou coletivos, aceleradores da mobilização do conhecimento e da tecnologia.

COESÃO TERRITORIAL E SOCIAL

Primeiramente, importa considerar os desafios que se colocam à coesão territorial e ao modelo territorial da RLVT, compreendendo as várias dimensões. Importa também referir que foram identificadas quatro tensões que obrigam a escolhas: ao nível da dimensão, da alternância, da delimitação e da governança.

"É necessário perceber quais os dilemas [as tensões] que existem, assumir uma posição e optar por uma solução para os ultrapassar e, estando os dilemas identificados e as opções estratégicas tomadas, tudo tem de ser operacionalizado..." João Ferrão

"Portugal tem a dimensão ideal para ser um caso de sucesso na criação de um território inteligente." Carlos Lobo

A importância dos territórios da RLVT conduz-nos a especificar um conjunto de orientações para territórios diferenciados, no sentido de criar novos caminhos para o desenvolvimento em cada zona, aplicando intervenções públicas eficientes, que criem riqueza e emprego, com soluções inovadoras, em cada território:

- Adotar o desenvolvimento policêntrico, com base nas potencialidades apropriadas a cada zona e na intensificação das relações funcionais;
- Mobilizar as potencialidades dos diferentes territórios funcionais, ultrapassando divisões administrativas, e criando sinergias entre as diferentes funções de cada território e com outros territórios funcionais, adotando modelos eficazes de governança adaptados às funções específicas e com geografias variáveis e utilizando iniciativas e projetos conjuntos, redes e empresas intermunicipais;
- Diversificar a economia, criando massa crítica, aumentando o valor acrescentado e a escala das atividades;
- Focar-se em estratégias de especialização inteligente apropriadas ao desenvolvimento local de cada território, em conexão com as estratégias de outros territórios da RLVT, numa rede regional de cooperação, mobilizando os atores relevantes de diferentes setores e dimensões, na cadeia de valor desde a investigação até à comercialização;
- Estimular a economia do conhecimento, principalmente em zonas menos dedicadas, mobilizando apoios públicos, reembolsáveis ou não, com focos diferenciados conforme os territórios funcionais, baseando-se nas potencialidades locais, mobilizando a cooperação entre os atores e entre recursos, ciência e empresas e atraindo jovens qualificados;
- Incentivar o desenvolvimento de estratégias regionais, sub-regionais, municipais e locais que revertam as tendências indesejáveis e mobilizem as instituições para estratégias que alterem as rotinas respetivas, sempre que necessário;
- Assegurar que o aumento da competitividade e da coesão não se faz à custa da sustentabilidade e da resiliência;
- Reduzir as desigualdades entre centros urbanos com mais e menos recursos, reduzindo o distanciamento de oportunidades entre os centros e a periferia;
- Mobilizar potencialidades locais, desenvolvendo a integração de produtos intersetoriais (como o agroturismo) e verticais (como novos nichos de mercado);

- Aplicar medidas de política que sirvam de contrapeso à perda de população atraindo jovens qualificados, promovendo o retorno de emigrantes e criando condições de emprego, de equipamentos e de qualidade de vida que reduzam a incidência do declínio populacional, assim como a mobilização do investimento com origem na diáspora.

“A territorialização das políticas públicas não se faz apenas pela disputa do orçamento dos fundos estruturais e da sua afetação às regiões. A territorialização das políticas públicas tem que ver com fazer em cada território o que faz sentido fazer em cada território e não fazer o mesmo em cada território. A isto corresponde a valorização da diferenciação.” Augusto Mateus

A territorialização das políticas públicas através de uma abordagem baseada em fazer em cada território o que faz sentido fazer nesse território, e não fazer o mesmo em todos, é uma das chaves para a estratégia 2030.

A territorialização das políticas consta dos Pilares Estratégicos e dos Grandes Projetos Estruturantes. Atendendo à sua importância, no Pilar Estratégico da Urbanidade inclui-se a Territorialização como uma área estratégica e um conjunto de linhas de ação relativas a: Centros Urbanos Regionais; Centros Urbanos Locais; Polos Locais de Desenvolvimento; Áreas Industriais; Incubadoras e Aceleradoras de *start-ups*; e Vulnerabilidades Críticas.

Assumida a coesão territorial como estratégia transversal na territorialização das políticas públicas, importa considerar a coesão social, em que este documento tem como referencial os 20 princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, nomeadamente em três domínios: igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho, condições de trabalho justas, e proteção e inclusão sociais. A concretização pressupõe regulação, financiamento da proteção social e a concretização de programas promotores da inclusão e de combate à pobreza.

Das sessões de reflexão, clarificaram-se quatro prioridades essenciais para a RLVT:

- Oferta de um habitat digno a todos os que residem;
- Oportunidades no acesso e participação no mercado de trabalho;
- Oportunidades no acesso aos serviços sociais de interesse geral;
- Combate à pobreza.

“Assegurar a oferta de um habitat digno pressupõe eliminar situações de habitação precária que persistem na Região, [...] com especial prioridade para os casos localizados em áreas de risco.” Sérgio Barroso

Os programas públicos com foco na criação de habitação não deram resposta a todas as carências, e muitos desses bairros criaram outro tipo de problemáticas de ordem social, de exclusão e de degradação física e social. Atualmente, o problema adensa-se com estrangulamentos no acesso à habitação e intensificação de movimentos migratórios internacionais. Acrescem também situações de habitação precária em áreas de risco, onde se conjuga habitabilidade insalubre com perigosidade (Cova do Vapor e o Bairro do Torrão, em Almada; zona do Flecheiro junto ao Rio Nabão, em Tomar; Encosta da Luz, em Odivelas). Por outro lado, permanecem situações em contexto rural, sem condições de habitabilidade e que acolhem uma população cada vez mais envelhecida, onde há também necessidade de intervenção.

A coesão social da RLVT passa por soluções de realojamento diferentes do passado, com qualificação física dos espaços de habitação social e a integração socio-territorial dos residentes, criando usos mistos, serviços de proximidade, e integrando territórios urbanos na estrutura funcional da região-sistema.

“A solução encontrada no passado para resolver o problema da habitação precária teve ganhos muito limitados em termos de inclusão. O problema da habitação resolveu-se, em parte, mas a exclusão social permaneceu.” Sérgio Barroso

São necessárias intervenções inovadoras, com carácter experimental e ajustadas a cada realidade local, desenvolvendo um programa de atuação local, em várias áreas, com os diversos atores locais e a participação das comunidades (como pretendiam os Programas de Ação Territorial). Estas iniciativas e financiamento público associado terão de promover a regeneração urbana, com dinâmicas de efeito multiplicador, para responder às questões principais do combate à pobreza, do abandono e insucesso escolar e da promoção da empregabilidade, às quais acresce a gestão do parque edificado.

A dificuldade de gestão do parque edificado de habitação social em arrendamento, e do sucesso da concessão da propriedade estão na base da degradação física dos bairros. Este é um problema que se alastra nos bairros habitacionais periféricos com população desfavorecida.

“O peso dos edifícios anteriores aos anos 60 começa a ser muito expressivo e a degradação do edificado fora das áreas a que convencionamos nomear por centros históricos – e que têm merecido o essencial da nossa atenção – começa a revelar-se preocupante.” Sérgio Barroso

Surge assim a necessidade de criar dinâmicas de manutenção do parque edificado, especialmente o mais envelhecido. Fora dos centros que beneficiam do interesse turístico, é necessário ultrapassar as incapacidades de manutenção dos proprietários, com novos instrumentos de apoio à reabilitação, eventualmente criando habitação a custos acessíveis para arrendamento. Há um espaço de oportunidade para reforçar centralidades urbanas periféricas que encontram o seu posicionamento (na hierarquia) do sistema polinucleado da RLVT, beneficiando, pela complementaridade, da polarização exercida por Lisboa. A promoção da igualdade de oportunidades no acesso e participação no mercado de trabalho passa por criar condições que facilitem o acesso e a participação dos jovens no mercado de trabalho, o que reduz de forma sustentada as taxas de abandono e insucesso escolar, e contribui fortemente para contrariar os ciclos de pobreza inter geracional.

“Se no passado a melhoria do desempenho nestes indicadores foi alcançada quase exclusivamente por melhoria da atuação das escolas, os grupos-alvo que precisamos de atingir agora, caracterizam-se por um complexo imbricado de problemáticas que obrigam a mobilizar novas formas de atuação para reduzir as desvantagens sociais.” Sérgio Barroso

Para a coesão social da RLVT são necessárias soluções multidimensionais que tendo no seu centro as crianças e jovens, têm que envolver a família, a comunidade e a escola, assim como têm de facilitar a transição para a vida ativa com novas oportunidades de formação contínua, de reorientar a formação para áreas com maior empregabilidade, e de experienciar a integração na vida ativa, por apoio aos beneficiários ou aos empregadores. Facilitar a empregabilidade beneficiará cada vez mais da aprendizagem ao longo da vida e da adaptação do capital humano à evolução das necessidades do mercado de trabalho.

Para a coesão social da RLVT é necessário assegurar igualdade de oportunidades no acesso aos serviços sociais de interesse geral. As tendências demográficas sugerem o despovoamento de alguns concelhos do Médio Tejo, Lezíria e Oeste e de alguns municípios da AML, o que coloca o desafio da gestão de equipamentos e da provisão de bens e serviços públicos. Repensar a rede urbana, e definir uma estrutura resiliente, poderá justificar programas que contrariem o colapso das dinâmicas urbanas em centro rurais, e reforce o repovoamento, dado que em muitos casos é necessário massa crítica para assegurar a eficiência e qualidade dos serviços prestados.

A tecnologia poderá ajudar a suprimir a redução de serviços, e a fixar novas famílias nas baixas densidades, mas a necessidade de uma estratégia de transição demográfica é clara. Uma estratégia que aumente a

capacidade de oferta de serviços de educação e de acolhimento na primeira infância a preços comportáveis e de boa qualidade, e que aumente a capacidade de oferta de cuidados de longa duração, em linha com as tendências demográficas, oncológicas e epidemiológicas.

Por último, para a coesão social da RLVT são necessários programas locais de combate à pobreza, que abordem a realidade dos agregados familiares em risco e abaixo do limiar de pobreza no seu contexto comunitário, onde devem ser geradas oportunidade de qualificação, de emprego, de integração e de habitação digna. Há um campo de sinergias por explorar com a criação de novas atividades nos bairros desfavorecidos que contribuam para o seu equilíbrio social, com dinâmica económica.

A coesão social é um desafio multissetorial onde, da experiência do passado, se destaca a importância de assegurar a concretização. São necessárias mais abordagens de base territorial, com mais liderança e coordenação local, com mais capacitação e acompanhamento das organizações locais e mais aprendizagem entre pares, com maior valorização do conhecimento dos atores locais, como maior integração das diversas políticas setoriais e com maior monitorização e conhecimento da realidade territorial. Em particular é preciso visitar as realidades locais. A região compreende áreas críticas onde pode não existir uma grande dinâmica socio económica, mas é onde se decide o sucesso da inclusão social e o combate à pobreza.

O objetivo da coesão é transversal a toda a região: ter uma região mais justa e mais inclusiva, que carece de múltiplas respostas. A aprendizagem do passado sugere fazer diferente. A mudança em curso sugere que a maior parte das respostas sejam desencadeadas de imediato e com um carácter preventivo.

Está em aberto um novo campo para as políticas públicas, em particular para as políticas públicas com impacto nos sistemas territoriais, e sequentemente nos programas de fundos e cofinanciamento que as implementam e que procuram dinamizar os centros urbanos, as cidades, e as regiões.

Em suma, procuramos uma internacionalização mais equilibrada e mais ativa, onde a coesão interna esteja baseada no ganho de riqueza.

VISÃO PARA A REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO

Lisboa e Vale do Tejo, região capital europeia inserida num quadro privilegiado das rotas e plataformas internacionais e explorando a Zona Económica Exclusiva, dinamizando a competitividade com base na inovação e qualificação, num território coeso, alavancada na economia do conhecimento, na complementaridade das diversidades e comunidades locais e nas suas relações funcionais, aplicando a sustentabilidade, a eficiência energética, a economia circular, mobilizando a inclusão social, acabando com a pobreza e valorizando o património.

A relevância internacional da RLVT assumida nesta Visão deverá afirmar-se pelo reforço da sua competitividade e da internacionalização da sua economia. Para tal, considera-se fundamental a especialização de cada território, valorizando aquilo que em cada um tem mais capacidade de gerar riqueza, investimento e qualificação, no quadro de uma Região mais competitiva, mais forte e mais coesa. A coesão territorial e social passa por valorizar esta diferenciação, assumindo a hierarquia dos centros urbanos, tal como definida no modelo territorial do PNPOT, fomentando e reforçando a complementaridade entre eles, devendo a aposta na competitividade ser um fator decisivo para a diminuição das assimetrias, em que o desempenho da sub-região capital necessariamente alavanca as restantes, num quadro de coesão e equidade territorial.

Nesse sentido, os Pilares Estratégicos (e respetivas Áreas Estratégicas) identificados no capítulo seguinte foram construídos numa lógica de transversalidade e integração, considerando-se que todos são relevantes para o desenvolvimento da Região, de forma e intensidade necessariamente diferente tendo em conta a especialização territorial.

Importa ainda salientar o paradigma das alterações climáticas e o seu impacto em toda a região, transversalmente a todos os sectores. Nomeadamente a necessidade de, em cada sector, em cada política encontrar respostas sustentadas em instrumentos prospetivos, na promoção (em antecipação) da resiliência às alterações climáticas e da mitigação dos seus efeitos. Assim, os Pilares Estratégicos reconhecem esta realidade como tema transversal, refletindo-se a sua presença recorrentemente, e mesmo quando não é feito deverá ser tido como presente no trabalho a desenvolver futuramente, em cada Pilar, em cada Grande Projeto Estruturante.

III. ESTRATÉGIA 2030: 10 PILARES ESTRATÉGICOS PARA NOVAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A formulação de políticas públicas, normalmente, escolhe o caminho do incrementalismo. Beneficiando da aprendizagem anterior, ajustam-se deficiências na construção de políticas e procura-se melhorar a execução futura com base nos resultados das políticas anteriores. Contudo, atualmente, considerando documentação recente ao nível europeu, observa-se a necessidade de apostar em abordagens fortemente integradas, com modelos de governo próximos das populações abrangidas e cujo envolvimento no processo é obrigatório e desejável.

O documento agora apresentado encerra o desafio de incorporar respostas a situações que ainda não interferem no dia-a-dia dos habitantes, mas que o irão fazer, sabendo que decorrem de alterações em setores ou componentes chave do funcionamento da Região. Cada setor (saúde, mar, energia) ou componente (água, floresta, alimentação) é tido como um fator de mudança, sugerindo uma resposta na definição programática que não seja setorial, e considere as novas realidades.

Neste contexto, propõe-se a adoção de políticas públicas de fluxos múltiplos (*multiple streams*) mais ajustadas a um entendimento compreensivo do contexto de implementação (*drivers*) e das dinâmicas locais (*tendências*). Este modelo teórico, demonstrado nas últimas duas décadas em vários documentos sobre políticas públicas, propõe a construção ou a complementaridade de uma estratégia com base em pilares estratégicos que integram áreas estratégicas e as respetivas linhas de ação. As propostas dentro de cada Pilar definem a sua dimensão prioritária, e são tidas como necessárias para concretizar esse pilar. Tal não invalida que essas propostas sejam apresentadas para concretizar outros pilares (o que nesses casos justifica repetições), nomeadamente devido ao efeito transversal que algumas detêm.

Esta figura instrumental do pilar estratégico propõe a identificação de uma área nuclear da sociedade sobre a qual é exercida uma focagem (política dedicada) que engloba medidas de múltiplos setores, orientadas para o sucesso dessa política pública. Trata-se de uma abordagem não setorial na sua construção, que prioriza e direciona vários objetivos para áreas específicas, em resposta a necessidades de grande impacto, reais ou dadas como certas.

Na definição de uma estratégia, assume-se como evidente a sua necessidade de definir prioridades e rumos, ao mesmo tempo que se exige que tenha presente que a premissa da escassez de recursos implica escolhas, que o tempo determina intervalos de oportunidade e que a globalização tanto oferece parceiros como cria adversários. Adicionalmente, neste caso, assume-se, de igual forma, a convicção de que a inoperância é uma má política.

Este entendimento justificou a proposta, apresentada neste capítulo, da construção de 10 Pilares Estratégicos para materialização de uma intervenção pública forte e promoção de um rápido sustentável e integrado desenvolvimento regional, alicerçada em contributos dos vários setores.

Os 10 Pilares Estratégicos para novas políticas públicas: (1) Sustentabilidade Demográfica e Juventude, (2) Qualificação, (3) Novas Tecnologias, (4) Alto Valor Acrescentado, (5) Urbanidade, (6) Inclusão Social e Combate à Pobreza, (7) Idade +, (8) Tejo e Sado, (9) Património, (10) Economia Circular.

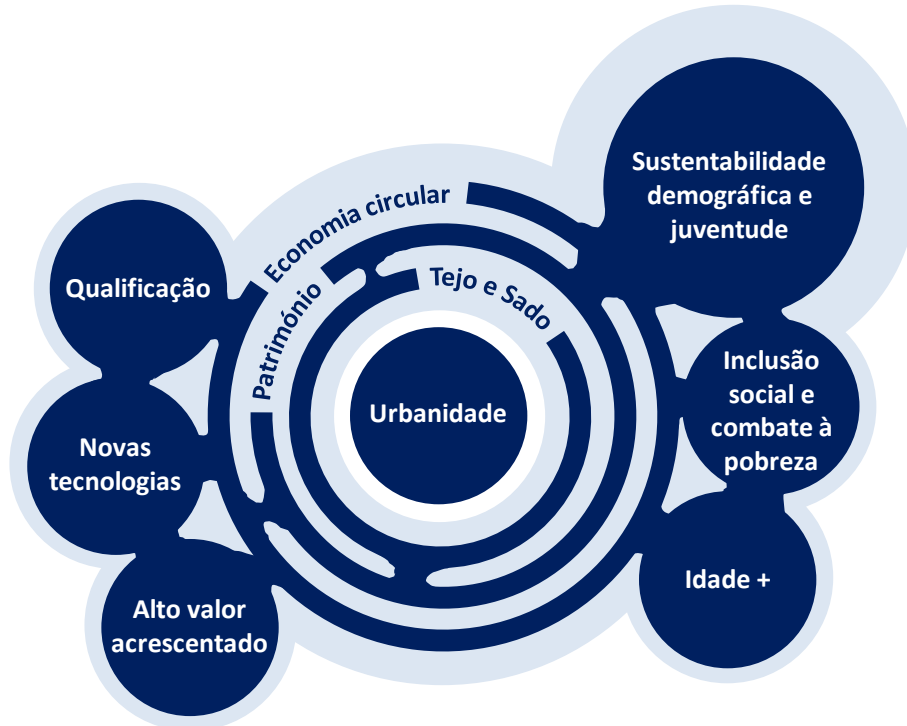


Figura 08: Esquema com identificação dos Pilares Estratégicos

Em torno do Pilar Estratégico (PE) da Urbanidade, desenvolvem-se os PE do Tejo e Sado, do Património e da Economia Circular, como dimensões espaciais que têm materialização nos territórios, dependendo das suas dinâmicas locais e das redes e sistemas funcionais.

Os PE da Qualificação, das Novas Tecnologias e do Alto Valor Acrescentado, apesar da sua necessária territorialização (especialização dos territórios) têm uma dimensão transversal, posicionando-se como desafios alargados, ainda que possam ter abordagens diferentes em políticas integradas locais.

Por último, os PE da Idade +, da Inclusão Social e Combate à Pobreza, e em particular da Sustentabilidade Demográfica e Juventude abordam a dimensão humana, de carácter profundamente transversal no contexto dos restantes PE, onde se reconhece a urgência e o imperativo como construção de futuro.

1. SUSTENTABILIDADE DEMOGRÁFICA E JUVENTUDE

“As gentes são o novo ouro. É preciso mais gente, mais qualificada e com mais e melhor saúde.”

“O rejuvenescimento da população é a grande prioridade para 2030. A palavra-chave é INTEGRAÇÃO.”

“Vários estudos têm já demonstrado que estas duas vias [aumento da taxa de natalidade e aumento da imigração] só por si não poderão resolver a questão.” Jorge Gaspar

“Uma das discussões essenciais na Europa - e que é fundamental para analisar o quadro da região de Lisboa - hoje, consiste na questão das “open sciences” e das suas aplicações e nos grandes programas orientados em função de missões: alterações climáticas, oceanos limpos e bem-estar e saúde / economia cinzenta. Portugal é um país que, nos próximos anos passará de um nível de 25% de dependência da população idosa para 70% de dependência. Por isso, quando se fala de nova geração de conhecimento, novas tecnologias, essa realidade não pode ser esquecida, sobretudo para uma região como a de Lisboa.”

Rogério Gaspar

A sustentabilidade demográfica apresenta valores preocupantes ao nível de alguns concelhos desta Região para 2030 e 2050. Este é um tema central, apesar do maior impacto não ser na RLVT (se considerarmos as projeções para as restantes regiões do país), observam-se valores para 2030 e 2050 preocupantes ao nível de alguns concelhos desta Região, que se reflete num comportamento diferenciado com efeitos dramáticos em dois indicadores: no aumento do índice de envelhecimento e na redução da população ativa, ambos com fortes reflexos económicos e sociais. Em resposta, apresenta-se um pilar estratégico, com um carácter transversal a todos os outros, com medidas focadas na demografia e onde a juventude é uma grande prioridade. Este pilar estratégico apresenta, portanto, uma focalização de políticas públicas multissetoriais que favoreçam a juventude, fortemente orientadas para a dimensão familiar e para a integração plena no mercado de trabalho.



Figura 09: Esquema do Pilar Estratégico Sustentabilidade Demográfica e Juventude

HABITAÇÃO ACESSÍVEL PARA JOVENS

- Programas tendentes a pacotes habitação emprego, orientados para a dinamização local (apoiada numa rede local de serviços e equipamentos);
- Reabilitação de imóveis devolutos para o mercado habitacional e para novos modelos de arrendamento jovem;

- Habitação a custos acessíveis em áreas por consolidar, regulando o mercado de arrendamento (habitação a preços acessíveis para os jovens e classe média – não se trata de habitação social);
- Travar o crescente abandono do centro das cidades pelos residentes locais, em particular o seu centro histórico, anulando os efeitos mais significativos da gentrificação e da turistificação dos serviços.

ATRATIVIDADE E FIXAÇÃO DE POPULAÇÃO ATIVA

- Programas tendentes a pacotes habitação-emprego, orientados para a dinamização local (apoiada numa rede local de serviços e equipamentos);
- Definição de uma política pública de imigração para atração de jovens qualificados - com capacidade de rápida inserção no mercado de trabalho e integração nas comunidades locais - e que elevem o potencial de valorização tecnológica da região, traduzidos em ações de marketing internas e externas, projetando um país acolhedor, de qualidade e de oportunidades, incluindo medidas de:
 - Benefícios às empresas que desenvolvam programas para atração e acolhimento de jovens nacionais e estrangeiros;
 - Programas municipais de imigração, com base nas necessidades do mercado de trabalho, e assentes em protocolos de entendimento com as empresas;
 - Oferta de mais e melhores serviços (saúde, educação, etc).
- Qualificação profissional de jovens para as novas tecnologias e capacitação para os novos empregos;
- Travar o crescente abandono do centro das cidades pelos residentes locais, em particular o seu centro histórico, anulando os efeitos mais significativos da gentrificação e da turistificação dos serviços;
- Fixação e expansão de atividades intensivas em conhecimento e criatividade, atraindo talentos criativos e artísticos de todo o mundo;
- Promoção de programas de captação de jovens recém-formados;
- Reforço da capacidade de resposta na saúde para segmentos de população baixos riscos epidemiológicos, mas com altíssimas exigências na qualidade do seu atendimento e no serviço.

MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO

- Rendimentos favoráveis ao alargamento dos agregados familiares;
- Apoio a projetos de investimento que visem a criação de emprego estável para jovens;
- Medidas de combate ao desemprego jovem (com ênfase na diminuição do número de jovens *Not in Education, Employment, or Training* - NEET), com a integração de tecnologia na aceleração da contratação;
- Aumento da empregabilidade dos jovens recém-formados/licenciados;
- Introdução de programas de reorientação para setores de atividade e áreas geográficas com necessidades específicas (bolsa jovem);
- Medidas, complementos e concessões orientados para uma maior capacitação na gestão da vida familiar e profissional.

PROTEÇÃO À NATALIDADE

- Medidas diretas de incentivo à natalidade e de apoio à parentalidade;
- Aumento da qualidade do enquadramento da natalidade e da 1ª infância;

- Programas municipais integrados de apoio à natalidade e parentalidade.

APOIO À FAMÍLIA, PRIMEIRA INFÂNCIA E JUVENTUDE

- Medidas de apoio à família:
 - Aumento da taxa de cobertura de creches municipais;
 - Melhoria do nível educativo oferecido;
 - Combate ao abandono e insucesso escolar (desenvolvimento das competências de base) através de apoio e acompanhamento escolar, mobilizando a comunidade, a família e a escola.
 - Redução da pobreza infantil e jovem através de abordagens multidimensionais;
 - Garantia de acesso a condições e serviços de saúde de boa qualidade a preços acessíveis:
 - Aumento do número de médicos por centro de saúde (garantia de médico atribuído para cada criança).
- Medidas de apoio à juventude:
 - Programas municipais de ocupação de tempos livres;
 - Disponibilização pelos municípios de centros de aconselhamento/apoio para jovens;
 - Reforço das competências das faculdades, dos institutos politécnicos e de formação profissional, para oferta de formação altamente qualificada;
 - Aumento do número de jovens a frequentar o ensino superior e promoção do sucesso/conclusão deste nível de ensino.
- Medidas de discriminação positiva em sede fiscal na dedução de despesas de saúde e educação associadas a descendentes menores;

PREPARAÇÃO PARA RELAÇÕES INTERNACIONAIS

- Apoio à construção de redes colaborativas, orientada para a partilha e para a inovação;
- Dinamização de intercâmbio com outras culturas e mercados internacionais;
- Capacitação para participar em dinâmicas internacionais.

EMPREENDEDORISMO

- Promoção do empreendedorismo em setores inovadores e com potencial de crescimento, favorecendo a contratação de doutorados e mestrados de áreas de I&D;
- Apoio à criação de empresas com ligação à investigação, com base em projetos de investigação-ação;
- Reforço da rede de StartUps e incubadoras de empresas associadas às entidades de investigação e de ensino;
- Capacitação para a gestão, segundo novos modelos de negócio, de produção, de marketing, de organização empresarial e de adaptação à mudança.

COMBATE À POBREZA

- Definição de uma estratégia regional de inclusão social e de combate à pobreza de abordagem multidimensional, que inclua:
 - Medidas de redução da taxa de abandono escolar;
 - Medidas de redução da taxa de analfabetismo;
 - Formação profissional, orientada para a inserção no mercado de trabalho;

- Medidas de combate ao desemprego jovem (com ênfase na diminuição do número de jovens *Not in Education, Employment, or Training* - NEET), com a integração de tecnologia na aceleração da contratação;
- Aumento da empregabilidade dos jovens recém-formados/licenciados;
- Redução da pobreza infantil e jovem através de abordagens multidimensionais.
- Medidas de reinserção social, pela criação de atividades em áreas desfavorecidas;
- Apoio a projetos de investimento que visem a criação de emprego estável para jovens;
- Programas direcionados para área desfavorecidas onde se concentram os maiores e mais graves problemas de pobreza e exclusão do país, e onde reside o maior potencial de produção de população ativa;
- Promoção da igualdade de oportunidades a todos os níveis (acesso ao mercado de trabalho, serviços, etc) nomeadamente em termos de: género, idade, religião e etnia, condições económico-financeiras, etc.

REDE DE EQUIPAMENTOS DE PROXIMIDADE

- Reforço da rede de equipamentos (educação, lazer, saúde, etc), centrado nas pessoas e na consolidação dos centros urbanos, em apoio local à juventude e infância (que devem estar em zonas centrais, por exemplo no centro social dos centros urbanos), mormente por iniciativa municipal, reforçando o domínio social das autarquias;
- Reforço dos acessos aos equipamentos existentes, com reforço da conectividade à rede de transportes públicos, favorecendo o acesso por modos suaves.

2. QUALIFICAÇÃO

“Na atuação da Administração Pública: deve ser balizada com a preocupação central de “fazer acontecer” as mudanças no território no sentido da qualificação.” Margarida Pereira

“Premiar quem é mais competente e mais qualificado e não penalizar quem é menos competente e menos qualificado.” Augusto Mateus

“Estamos num País que produz muito conhecimento...o problema é quando temos que transformar esse conhecimento em negócio e colocá-lo no mercado.” João Paulo Ribeiro Lima

A qualificação já está dentro das prioridades nacionais há décadas. O esforço de convergência cruzado com o desafio da competitividade internacional, em particular na modernização da estrutura empresarial do país justificou e justifica plenamente este pilar estratégico de desenvolvimento. Contudo, no atual contexto de mudanças no sector produtivo mundial, associada fundamentalmente à integração de novas tecnologias de produção e negócio (digital e robótica) e à escassez concretizada e estimada de alguns recursos (quer pelo aumento da procura, quer pelos limites do planeta), desenvolve-se uma profunda alteração do mercado de trabalho. Sabemos da extinção ou forte redução de postos de trabalho e de estratégias de negócio, da reinvenção de produtos e profissões incorporando preocupações com a pegada ecológica, a circularidade, e fundamentalmente integrando tecnologia. Esta mudança em curso materializa-se num novo quadro de exigência das sociedades hipermodernas, onde o trabalho pode, uma vez mais, ser um poderoso instrumento de inclusão social e combate à pobreza.

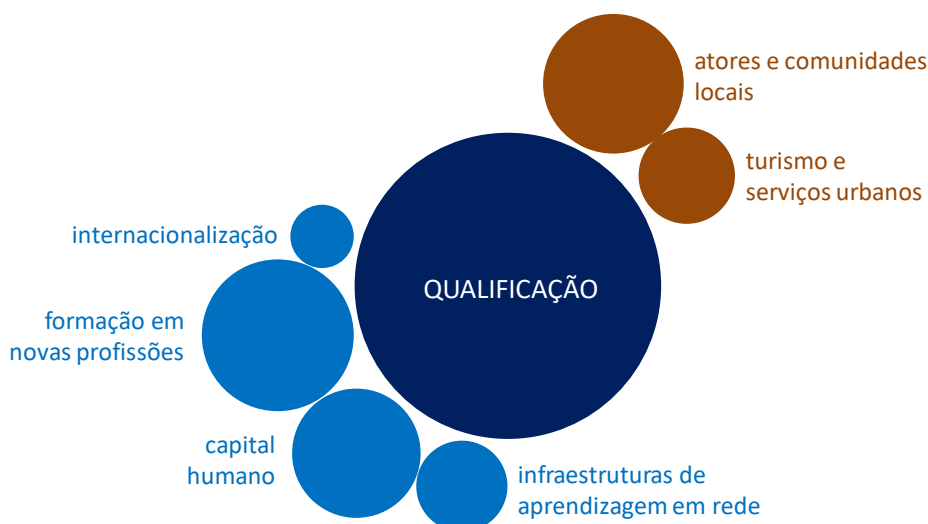


Figura 10: Esquema do Pilar Estratégico Qualificação

FORMAÇÃO EM NOVAS PROFISSÕES

- Reforço das competências das faculdades, dos institutos politécnicos e de formação profissional, para oferta de formação altamente qualificada;
- Modernização das empresas através da formação e investigação em contexto empresarial, explorando o potencial das novas tecnologias;
- Qualificação da população ativa, pela formação contínua, orientada para as novas profissões, contextualizada em processos de base digital (e-training);
- Reforço da capacidade de resposta formativa “on demand”.

CAPITAL HUMANO

- Colocação do emprego e do trabalho como prioridades estratégicas para o desenvolvimento da região, favorecendo programas de apoio à integração de trabalhadores qualificados nas empresas, baseados em levantamentos de necessidades;
- Valorização do capital humano em todos os estratos etários, orientado para a atração e retenção de pessoas, potenciando a contratação de recursos humanos altamente qualificados;
- Formação profissional orientada para o futuro (cursos de aprendizagem contínua, cursos de educação e formação de adultos, cursos vida ativa e cursos de especialização tecnológica), privilegiando a qualificação dos jovens e para a redução dos níveis de abandono escolar precoce;
- Promoção do emprego por instrumentos sustentados na capacitação (estágios profissionais, contrato formação-emprego, entre outros) com proteção social associada, contribuindo para a prevenção e redução do desemprego;
- Criação de uma sociedade do conhecimento, que valorize a incorporação do conhecimento na atividade económica, nomeadamente através da promoção dos mecanismos existentes de financiamento de empresas em colaboração com as universidades (reforço da componente do orçamento de estado que potencia diretamente a criação e desenvolvimento dos recursos humanos).

INFRAESTRUTURAS DE APRENDIZAGEM EM REDE

- Promoção da criação de empresas por doutorados e altamente qualificados, integradas em redes colaborativas, com capacidade de obtenção de financiamento baseado na inovação do produto, do processo de produção, do marketing e do modelo de negócio;
- Criação de uma Bolsa de Consultoria de Negócio, integrando a valência do conhecimento e das redes colaborativas da inovação e da investigação aplicadas às empresas (investigação-ação);
- Aquisição de competências distintivas por parte das empresas nas áreas da inteligência artificial e robótica que permitam aumentar a produtividade e a competitividade;
- Desenvolvimento de *e-governance*, com redes de atendimento integrado (balcão único, plataformas web, central telefónica digital de atendimento direcionado, etc.).

INTERNACIONALIZAÇÃO

- Capacitação da qualificação nas atividades com potencial de internacionalização (saúde, biotecnologia, água, mar, agroalimentar entre outros), através da formação, em centros de especialização (alguns existentes), de técnicos nacionais e provenientes do estrangeiro;
- Criação e reforço das redes suprarregionais e internacionais, no sentido de alargar programas de intercâmbio de qualificação;
- Fixação e expansão de atividades intensivas em conhecimento e criatividade, atraindo talentos criativos e artísticos de todo o mundo.

TURISMO E SERVIÇOS URBANOS

- Dignificação e formação contínua de recursos humanos na área do turismo, resolvendo défices de capacitação existentes, construindo planos de carreira com melhores remunerações; adaptadas às necessidades das empresas do turismo (nomeadamente criação de um Campus de formação especializada em Turismo no Estoril);
- Reforço da capacidade formativa nas áreas do turismo em geral, e dos serviços urbanos associados, incluindo as novas tecnologias, valorizando as cidades e a região para promoção no contexto internacional;

- Desenvolvimento de *e-governance*, com redes de atendimento integrado (balcão único, plataformas web, central telefónica digital de atendimento direcionado, etc), na base para a promoção do turismo de base digital (na divulgação e na aquisição de produtos).

ACTORES E COMUNIDADES LOCAIS

- Capacitação e acompanhamento das organizações locais (mais liderança, mais coordenação), com mais aprendizagem entre pares (redes colaborativas para a inovação);
- Aumento da formação e qualificação profissional, em especial dos menos qualificados e dos desempregados de longa duração, com formação de reconversão e formação em profissões de sectores de ponta ou de integração nas novas tecnologias.

3. NOVAS TECNOLOGIAS

“[Existe] uma ligação crescente entre o mundo físico e o mundo digital através dos sistemas de produção ciberfísicos.” Mira Amaral

“Quando falamos numa região inteligente não podemos cair na tentação de olhar para os problemas que enfrentamos e resolvê-los sectorialmente, (...) temos que ter uma perspetiva holística e integrada da alteração da forma como planeamos e gerimos o território.” Miguel Castro Neto

“No conceito de Smart City, não é a cidade que é inteligente, é a região, porque a cidade é o centro da região: há uma cidade-estado e uma região que se lhe agrega [...] O conceito de smart city é um conceito de smart da cidade para a região.” Carlos Lobo

“Não faz sentido que um QCA apoie rotinas, o funcionamento normal de um sistema de saúde. O financiamento deve ser aproveitado para outro tipo de medidas que causem mudança.”

“Na china já há um robô devidamente licenciado para consultar doentes e prescrever medicamentos.” Francisco Ventura Ramos

As novas tecnologias agregam atualmente um leque de soluções inovadoras, automatizadas, de base digital, com elevado potencial de conectividade e de produção de dados. Esta realidade implica mudanças radicais no funcionamento das cidades, das redes e sistemas urbanos, dos fluxos de produção e consumo, tornando-se necessário considerar uma abordagem integrada na construção de novos modelos. Em particular, as novas tecnologias surgem como grande oportunidade para atingir padrões de competitividade internacional e coesão territorial e social, dado o seu caráter reformativo e reestruturador dos processos e da decisão. Acresce que as componentes das novas tecnologias asseguram uma mudança rápida e significativa no território RLVT, com retorno de investimento já feito na modernização de alguns setores. A aplicação das novas tecnologias será um enorme contributo para o desenvolvimento da Região, para o que no âmbito deste Pilar considera-se estratégico o desenvolvimento e implementação de plataformas de investimento de suporte à emergência de novas tecnologias, promovendo a conectividade digital internacional e favorecendo prioritariamente setores emergentes e de especialização.

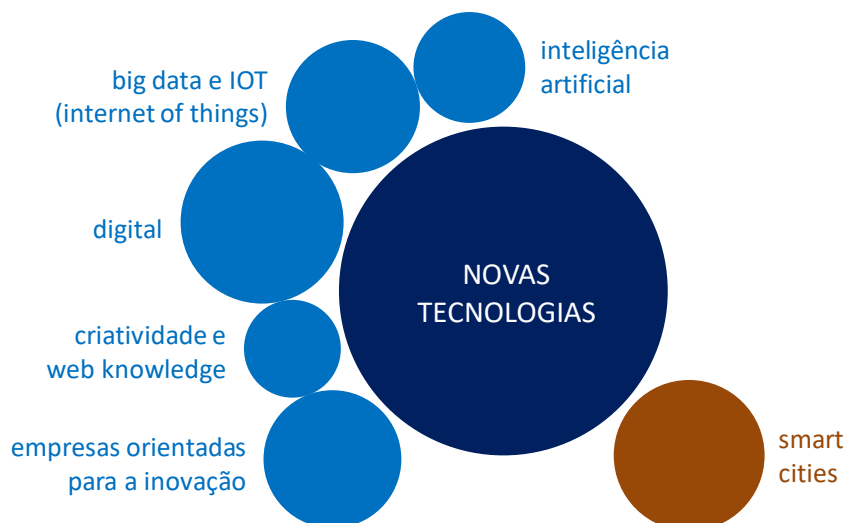


Figura 11: Esquema do Pilar Estratégico Novas Tecnologias

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

- Promoção da inteligência artificial na investigação e nos processos de modernização, centrados no “machine learning”;
- Integração de processos de inteligência artificial nas empresas, para maior competitividade e eficiência;

- Reforço e alargamento da participação e integração das empresas em redes internacionais que utilizem a inteligência artificial como fator de competitividade;
- Apoio na colocação de mais doutorados e de técnicos altamente qualificados nas empresas;
- Aumento da oferta do número de doutorados e de técnicos altamente qualificados.

DIGITAL

- Promoção de programas de digitalização das empresas e dos serviços públicos, tornando-os mais eficientes e conectados, estendendo a conectividade e integração das redes e dos equipamentos a todo o território e a todos os setores (por exemplo, transportes coletivos);
- Plataformas de investimento de suporte à emergência de novas tecnologias, promovendo a conectividade digital internacional e favorecendo prioritariamente sectores emergentes e de especialização (como o setor da saúde: E-health / saúde digital);
- Promoção da competitividade internacional através de centros empresariais (particularmente dos parques de ciência e tecnologia, parques empresariais, incubadoras de empresas, pólos logísticos e pólos universitários).

BIG DATA E IOT (INTERNET OF THINGS)

- Criação de uma plataforma de *Big Data*, organizando informação *open source* fornecida pelos consumidores e pelos fornecedores, orientada para maior transparência, maior envolvimento dos cidadãos, serviços mais eficientes;
- Plataforma de informação comum, com partilha e mapeamento de dados, como base para alimentar sistemas de gestão inteligente das cidades e das atividades, e para estudos e projetos de planeamento, programação, prospetiva, gestão e marketing;
- Integração dos produtores de equipamentos em redes de partilha de informação, permitindo gestão da rede, procurando influenciar os padrões de consumo (princípios de circularidade) e contribuindo para a medição do impacto do consumo doméstico no metabolismo dos centros urbano e da região.

SMART CITIES

- Sistema de gestão inteligente de centros urbanos, com atualização online, próprio à RLVT de monitorização e avaliação do impacto das políticas públicas na região, com capacidade de cenarização de projetos de investimento e programas públicos (inclui monitorização das dinâmicas de pobreza e empobrecimento), capacitando a decisão;
- Promoção de centros urbanos como laboratórios de conhecimento, tendente ao desafio de conseguir gerir as questões urbanas (mobilidade, iluminação pública, etc) cruzando a informação de outras áreas que condicionam o funcionamento urbano;
- Automatização de infraestruturas, redes de transportes e edifícios, com sistema de inteligência (sistemas de controlo), avaliando as maturidades tecnológicas, produzindo informação para o sistema de gestão inteligente da cidade;
- Criação de plataformas regionais em matéria de energia, que fomentem um papel mais ativo dos consumidores e comunidades de energia, com reforço da alteração da matriz energética, dos direitos dos consumidores no domínio da contagem e faturação da energia térmica;
- Integração da infraestrutura de mobilidade, mapeando as deslocações em transporte individual e coletivo nas deslocações pendulares, e as deslocações do sistema logístico (abastecimento e exportação) para potenciar a mobilidade sustentável e a “e-mobilidade”;

- Integração da bilhética e modelos de pagamento dos serviços urbanos (estacionamento, mobilidade, energia, água, entre outros) num sistema único de monitorização e controlo do funcionamento das cidades, na ótica da eficiência do utilizador e da prestação dos serviços.
- Criar de módulos de previsão e monitorização do impacto das alterações climáticas sobre o território, aumento a eficiência na adoção de medidas mitigadores e de promotoras da resiliência;

EMPRESAS ORIENTADAS PARA A INOVAÇÃO

- Atração de empresas da inovação para se implantarem na RLVT, no reforço da rede nacional de empresas de Inovação, aumentando o ambiente de inovação;
- Promoção da competitividade e da internacionalização das empresas através da integração da inovação para aumentar as exportações nacionais e regionais, nomeadamente desenvolvendo de novos modelos de cooperação e negócio entre o sistema científico e as empresas;
- Organização do eixo *Lisboa - Regiões Autónomas* ao serviço da atração de atividades ligadas ao conhecimento e aproveitando o oceano e o espaço exterior, explorando a configuração arquipelágica do território nacional;
- Funcionamento da Região em termos de comunicações e acesso ao ciberespaço, assegurando a competitividade e o funcionamento em rede de empresas de inovação (conectividade);
- Definição de uma estratégia de parcerias internacionais com quatro ou cinco das regiões mundiais mais prósperas e inovadoras em cada domínio ou sector.

CRIATIVIDADE E WEB KNOWLEDGE

- Criação de programas de dinamização de comunidades criativas no contexto dos modos de vida sustentáveis, com potencial exportador;
- Programa de agregação das plataformas web, portais de dinamização da investigação, da inovação, colaborativas, da promoção e negócio para as empresas criativas, acelerando circuitos de produção de riqueza e de prestação de serviços;
- Atração de empresas de novas tecnologias para desenvolvimento de conteúdos e aplicações criativas, com potencial exportador;
- Formação para as profissões de criatividade de novas tecnologias.

4. ALTO VALOR ACRESCENTADO

“Temos que fazer um grande combate pela atualização das regras que permitem incentivar a sério a competitividade não-custo. O que é que uma empresa vende que não compra? Investigação, inovação, qualidade, segurança, diferenciação. Tudo está organizado para comprar uma máquina. Nada está organizado para fazer investimentos com horizontes mais largos e com outra natureza. [...] As regras estão enviesadas do ponto de vista do estímulo ao capital tangível. Temos margem de manobra para fazermos muito melhor à escala nacional e temos um combate à escala europeia para favorecer a lógica do capital humano e do capital intangível.” Augusto Mateus

“A capacidade de ciência e tecnologia que existe nesta região (Lisboa) obviamente deve ter também spill-overs para o resto do País...O interior não se desenvolve cortando a capacidade que temos aqui. O interior desenvolve-se criando condições para se desenvolver e obrigando estas regiões (Lisboa e Porto) a fazer spill-overs para o interior.” Mira Amaral

“A Região de Lisboa tem todas as condições para criar estes ecossistemas de inovação porque tem esta presença de centros de investigação, tem recursos humanos altamente qualificados, começa já a haver muita dinâmica de empreendedorismo, capital de risco disponível, cultura de risk-taking e de empresas muito focadas no mercado e na necessidade do cliente...são cinco aspetos fundamentais de criação de ecossistemas de inovação...modelo interativo de inovação agrícola...No centro do modelo tem que estar o agricultor.” João Paulo Ribeiro Lima

“Um centro de competências para mim não é ir tirar uma ideia a um colega. É um fórum de discussão das várias valências, universitárias, laboratórios de estado, empresas privadas, autarquias, onde se discutem os problemas existentes e em conjunto procuram-se soluções.” Eiras Dias

Estamos no início de uma nova Era de globalização, com três grandes dimensões (tecnológica, social e empresarial), o que se traduz na necessidade de incorporar a componente Inovação em todas as políticas públicas, em todos os processos produtivos, e no funcionamento dos territórios. Na prática, está em discussão um processo profundo de criação de mais-valias com base no conhecimento, injetando conhecimento nas empresas, com forte conectividade nas redes de produção e processos e no consumo. Esta nova economia do conhecimento sustenta-se na investigação, facilitadora de investimento e orientada para valorizar a cadeia de valor do produto. Capitalizando a significativa concentração espacial e a massa crítica de recursos produtivos, científicos, humanos e institucionais de nível superior já existente na Região, este Pilar considera prioritário afirmá-la como território de produção de conhecimento e de investigação de excelência, em particular em domínios de grande potencial de crescimento e de valorização económica do conhecimento.



Figura 12: Esquema do Pilar Estratégico Alto Valor Acrescentado

ECONOMIA DO CONHECIMENTO

- Reforço da capacidade de transferência de conhecimento do SCTN, valorizando os projetos científicos que têm critério de valor económico associado, reforçando-os através da capacidade das empresas em acomodarem os investigadores ou em criando condições para que as universidades sirvam de barriga de aluguer das empresas;
- Criação da figura do gestor de inovação nas empresas;
- Criação de uma base de partilha de conhecimento (*open innovation*), integrando uma rede de busca de soluções e de boas práticas;
- Incentivos a empresas com projetos de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&DT) com sucesso, para que possam replicar os mesmos em parques de Ciência e Tecnologia (C&T).

INDÚSTRIA E SERVIÇOS 4.0

- Modernização do ciclo produtivo, através dum plano estratégico de desenvolvimento, que explore os recursos endógenos e apoie a especialização produtiva em sectores de alto valor acrescentado, sem descurar os sectores mais tradicionais;
- Modernização do ciclo produtivo, internalizando a inovação: passando da abordagem por clusters da indústria para uma abordagem multisectorial; passando do modelo económico baseado na competitividade-preço para um modelo sustentado na qualidade do emprego; passando para uma abordagem em rede, centrada na capacidade existente e potencial da Região;
- Dinamização da Região nas redes e mercados externos, promovendo a divulgação nacional e internacional dos serviços e bens produzidos localmente com impacto externo;
- Gestão digital da performance, reforçada por uma manutenção preditiva e preventiva (em vez de manutenção estatística, que permite otimizar o ciclo de vida dos produtos);
- Desenvolvimento de um setor de empresas de bens transacionáveis, para substituir importações e aumentar as exportações;
- Promoção das exportações por modo ferroviário e marítimo, apostando na modernização das redes ferroviária e na sua otimização funcional.

INVESTIGAÇÃO E INVESTIMENTO

- Criação de condições de atração e fixação de investimento, estimulando a interação entre o sistema de I&DT e as empresas (para qualificar e ampliar a capacidade de resposta às solicitações do mercado);
- Criação de pólos de investigação científica e tecnológica e centros de competência (plataformas onde se juntam indústria, produção e investigação) que desenvolvam agendas e protocolos de investigação;
- Utilização do conhecimento, cultura e criatividade para produzir bens e serviços transacionáveis e diferenciados, intensificando a participação na globalização;
- Promoção do investimento focado na redução do conteúdo importado das exportações e um aumento da capacidade nacional de satisfação da procura interna;
- Investimento em infraestruturas de investigação científica e tecnológica, inseridas no Roteiro Nacional de Infraestruturas de Interesse Estratégico, nas componentes de infraestruturas físicas, equipamentos e outros recursos científicos (arquivos e bases de dados científicos);

- Criação de condições para que as empresas se estabeleçam em Portugal: aumento da capacidade e velocidade de resposta quando uma empresa de grande dimensão quer vir instalar-se em Portugal;
- Valorização da incorporação do conhecimento na atividade económica.

EMPREENDEDORISMO

- Envolvimento de empresas de referência como *brokers* e facilitadores de dinâmicas coletivas, nomeadamente promovendo projetos coletivos sustentados em *startups* ou em projetos embrionários de empresas com elevado potencial de crescimento;
- Criação de condições para a formação de novas empresas focadas em vários temas emergentes: segurança energética, sustentabilidade ambiental, segurança no abastecimento e estabilidade dos preços associada à escassez de recursos;
- Geração de aglomerados de *startups* para a formação de projetos inovadores, a partir do alargamento da rede de inovação (de âmbito regional) a todos os atores: universidades, institutos politécnicos e centros de investigação, laboratórios do estado e centros tecnológicos, centros de I&D de empresas multinacionais, autarquias e parques tecnológicos, centros de I&D e engenharia, empresas e setores produtivos.
- Promoção do empreendedorismo em setores inovadores e com potencial de crescimento, favorecendo a contratação de doutorados e mestrados de áreas de I&D;
- Apoio à criação de empresas com ligação à investigação, com base em projetos de investigação-ação;
- Reforço da rede de *startups* e incubadoras de empresas associadas às entidades de investigação e de ensino;
- Capacitação para a gestão, segundo novos modelos de negócio, de produção, de marketing, de organização empresarial e de adaptação à mudança.
- O desenvolvimento de um setor de empresas de bens transacionáveis, para substituir importações e aumentar as exportações;
- Melhoria das condições de financiamento das PME.

CADEIA DE VALOR E QUALIDADE DO PRODUTO

- Programas multissetoriais focados no aumento da cadeia de valor do produto, reconceptualizando o produto, o processo de produção, e a comercialização para salvaguardar a circularidade e o equilíbrio da utilização dos recursos numa ótica de médio e longo prazo;
- Reforço e melhoria da produção agroalimentar com dimensão competitiva e valor acrescentado, considerando a sustentabilidade da produção a médio-longo prazo, incorporando medidas preventivas e mitigatórias para ameaças e riscos emergentes;
- Aposta na inovação como resposta às necessidades do mercado segundo o aumento cumulativo da produtividade-valor: trocar o primado do "mais" pelo primado do "melhor" melhorando a resposta à procura das empresas e consumidores;
- Desenvolvimento de novos fatores competitivos no campo da competitividade não-custo, combinando de forma específica os processos de inovação e diferenciação indutores de maior valor acrescentado;
- Múltiplos esforços, concretos e diversificados, na valorização económica e gestão integrada das fileiras de produção e das cadeias de valor baseadas em recursos endógenos e em ativos específicos localizáveis e não transferíveis como o turismo, agroindústrias, indústrias florestais, atividades associadas ao mar, indústrias culturais, e atividades criativas.
- Financiamento direto do desenvolvimento, criação e registo de proteção de propriedade intelectual de colaboração entre empresas e universidades, eventualmente através do financiamento de projetos que têm como *deliverable* a criação de patentes.

ESPECIALIZAÇÃO

- Reforçar o perfil da especialização da economia, nomeadamente incidindo nos principais setores de especialização atuais da economia portuguesa que já possuem uma base exportadora relevante, por via da inovação do produto e processos a nível internacional;
- Especialização no sector da saúde, concretizando RLVT como uma referência internacional em Medicina de Precisão, reforçada pelo desenvolvimento de áreas complementares baseadas em I&DT e alta tecnologia (biotecnologia, saúde transacionável, farmacologia, *e-health*, turismo de saúde, centros de investigação de referência internacional); e com investimento para suprir carências evidentes ao nível do SNS.
- Especialização no sector do mar, concretizando a Plataforma Atlântica de Lisboa (“Transformar a RLVT num Pólo de exploração e investigação do Mar”), reforçada pelo desenvolvimento de áreas complementares baseadas em I&DT e alta tecnologia (alimentar, saúde transacionável, farmacologia, *e-health*, tecnologia médicas);
- Especialização no sector da mobilidade e dos transportes, concretizando a RLVT como região com unidades produtivas e de investigação que dão resposta à modernização e automação de redes de transporte, desenvolvidas a partir dos pólos produtivos âncora (indústria aeronáutica e automóvel, rede portuária e plataformas de logística);
- Especialização no setor dos meios criativos, concretizando RLVT como região criativa, renovando o tecido industrial associado ao conhecimento, inovação e cultura, de modo a qualificar o setor cultural e criativo, fixando e expandindo atividades intensivas em conhecimento e criatividade;
- Especialização no setor do turismo, concretizando RLVT como produto turístico, aumentando e alargando a atratividade de Lisboa como destino, potenciando áreas e serviços complementares (saúde, agroalimentar, valorização do património, integração das novas tecnologias, divulgação para atrair investimento e residência);
- Especialização no setor vitivinícola à escala regional, com a criação do “Centro de Inovação da Gastronomia e do Vinho” (CIGV) em Torres Vedras, com 5 eixos: investigação e mapeamento das cadeias de valor agroalimentares; exploração de nichos no sector agroalimentar com potencial para gerar novos produtos e serviços; promoção de processos de desenvolvimento empresarial; criação de um ecossistema criativo; desenvolvimento de atividades pedagógicas;
- Respostas diferenciadas – one size does not fit all. As abordagens de crescimento inteligente implicam atender às características de cada economia regional – *place-based approach*;
- Alinhamento dos incentivos públicos.

5. URBANIDADE

“Cerca de 95% das pessoas que visitam esta região (Lisboa), fazem-nos por via aérea...por incapacidade da nossa principal infraestrutura aeroportuária...nós estamos neste momento a deixar de receber cerca de dois milhões de passageiros. Isto não é só o efeito económico que está associado. Eu chamo a atenção para o efeito social. Está estimado que por cada milhão de passageiros perdidos se perdem, direta e indiretamente, 1000 postos de trabalho.” Bernardo Trindade

“É o cidadão que faz o território inteligente. E o território inteligente que faz a região competitiva. E é a região competitiva que torna o país viável.” “O critério do território inteligente e da criação de inovação não é o segredo, é a partilha e a cooperação.” “Não há nada mais inteligente em termos urbanos do que reabilitar os centros históricos.” “Sem regeneração urbana efetiva, as cidades implodem, é ter cidades e regiões sem centro. Sem política de agregação e eficiência ao nível do centro, passamos a ser meros satélites.” Carlos Lobo

“O caminho deve ser feito com mais abordagens de base territorial.” Sérgio Barroso

O futuro dos territórios passa pelos desafios das cidades, enquanto elemento polarizador de um sistema policêntrico que importa reforçar a partir da regeneração dos tecidos urbanos consolidados e da revitalização das suas funções, nomeadamente daqueles que apresentem maiores densidades populacionais e funcionais e melhores níveis de serviço de transporte público coletivo, reforçando assim o papel das cidades. Por outro lado, na Região subsistem ainda áreas críticas especialmente desqualificadas - social e urbanisticamente - caracterizadas pela pobreza, exclusão social e desqualificação urbanística que se destacam no contexto regional pelas elevadas taxas de desemprego, abandono e insucesso escolar e de pobreza, constituindo por isso áreas de intervenção prioritária. A RLVT apresenta-se assim como um território bastante heterogéneo, onde é necessário encontrar respostas para a habitação e regeneração urbana, para a descarbonização e mobilidade sustentável, para a inclusão social e equidade territorial, contrariando a vulnerabilidade regional agravada pelas alterações climáticas e pela pressão que o funcionamento das cidades exerce sobre os ecossistemas.

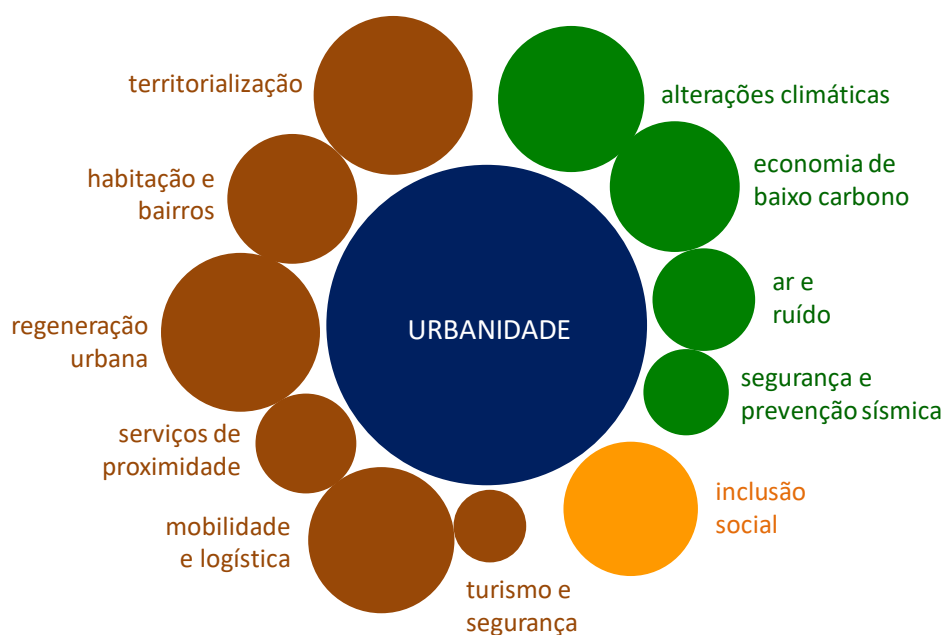


Figura 13: Esquema do Pilar Estratégico Urbanidade

TERRITORIALIZAÇÃO

A qualificação regional deve contemplar um conjunto de iniciativas de desenvolvimento dos Centros Urbanos Regionais e de Outros Centros Urbanos (conforme nomenclatura constante da proposta do Sistema Urbano do Modelo Territorial, constante da proposta de revisão do PNPOT, em inquérito público). Estas iniciativas enquadram-se na preocupação de territorialização das políticas públicas:

- Centros Urbanos Regionais:
 - Promoção do desenvolvimento regional, concentrando em pontos privilegiados a indústria, os serviços e os equipamentos públicos e privados, que constituem os motores do desenvolvimento; e
 - Melhorando a qualidade de vida (habitat, qualidade do espaço público, equipamento e transportes).
- Centros Urbanos Locais:
 - Dinamizando as estratégias locais de desenvolvimento e a melhoria da qualidade do espaço público, habitat e equipamentos;
- Polos locais de desenvolvimento: visam a integração de atividades industriais, de serviços, de investigação e ensino, com base nos Institutos Politécnicos existentes ou a criar. Têm como objetivo diversificar e reequilibrar a economia regional, mobilizando:
 - A relação entre investigação e a empresa;
 - A inovação;
 - A aplicação de novas tecnologias e a qualificação dos processos tradicionais, aumentando-lhes a qualidade, a visibilidade e o valor acrescentado;
 - O investimento, nomeadamente o estrangeiro.
- Áreas industriais existentes: dinamização da atividade e reestruturação de áreas industriais existentes, mas com pouco êxito;
- Incubadoras e aceleradoras de start-ups: dinamização de incubadoras e aceleradoras existentes ou apoio à sua criação, nomeadamente na constituição de plataformas tecnológicas;
- Vulnerabilidades críticas: apoio à minimização da incidência de vulnerabilidades críticas que condicionam o modelo territorial, conforme a proposta de revisão do PNPOT, em inquérito público, assim como outras que se detetem localmente.

ECONOMIA DE BAIXO CARBONO

- Descarbonização da Economia com particular incidência no sector dos transportes, na construção e habitação, acelerando a transição energética, reduzindo a dependência de fontes energéticas fósseis, criando estruturas de testes de energias renováveis, de criação de zonas de emissão zero, e de substituição e melhoria dos sistemas de combustão (aquecimento/arrefecimento de águas);
- Promoção de projetos-piloto e casos modelo de zonas descarbonizadas em edifícios, quarteirões e bairros;
- Promoção da produção descentralizada de energia renovável, nomeadamente desenvolvendo projetos-piloto sobre as novas tecnologias das energias renováveis offshore, e com produção de energia do vento e das ondas do mar;
- Utilização de tecnologias avançadas (*technology -push*) que usem biomassas residuais que não entrem em competição com a cadeia alimentar (humana e animal) e de que ocasionalmente ocorra interesse do lado da procura (*demand -push*);
- Desenvolvimento de bio refinarias avançadas que utilizem recursos endógenos nacionais de forma sustentável gerem novas cadeias de valor em torno da biomassa, na chamada bio economia e na economia circular;

- Alargamento da rede de transporte de modos suaves, e sensibilização e promoção da utilização do transporte público, com incremento de sistemas integrados de informação ao passageiro, de bilhética, e requalificação das gares intermodais de transporte;
- Promoção da eficiência energética em ambiente urbano, na iluminação pública com base em energias renováveis, no aumento do número de edifícios de última geração, autossustentáveis, com projetos de sensibilização, formação e desenvolvimento de sistemas de produção e/ou armazenamento de energia renovável para autoconsumo, por consumidores individuais ou comunidades de energia renovável, e com o alargamento da rede de infraestruturas para carregamento de veículos elétricos;
- Definição, ao nível municipal, de roteiros de neutralidade carbónica.

HABITAÇÃO E BAIROS

- Promoção de políticas municipais de habitação como instrumentos de desenvolvimento integrado dos territórios, com oferta pública de arrendamento a preços controlados e instrumentos de regulação económica eficazes, mesmo ao nível das normas de construção, no controlo da gentrificação, na regulação do mercado de arrendamento residencial, contribuindo para a regulação do mercado imobiliário;
- Promoção da habitação a custos acessíveis e de utilização flexível, qualificando os centros cívicos e históricos, racionalizando e nuclear a edificação nas áreas rurais;
- Mobilização de novos instrumentos para a reabilitação do parque habitacional privado, favorecendo a consolidação e o reforço de centralidades com usos mistos, reduzindo o esforço de deslocação pendular da população trabalhadora e estudante, melhorando a performance urbana em termos de sustentabilidade;
- Tornar o mercado do arrendamento e da propriedade mais flexível para acompanhar a mobilidade do mercado do trabalho;
- Construção e reabilitação de edifícios adaptados a vários usos, numa perspetiva de resposta ao mercado e às necessidades da população.

REGENERAÇÃO URBANA

- Revitalização e requalificação dos centros históricos, com projetos integradas que assegurem as várias componentes de habitação, usos mistos, equipamentos, espaço público, património, acesso a transportes, introduzindo padrões de regeneração social e económica, integrado na lógica de desenvolvimento do aglomerado;
- Reconversão de vazios urbanos e áreas abandonadas, apostando no crescimento para dentro (com a integração no tecido funcional da RLVT);
- Reconversão de Áreas urbanas de génese ilegal, promovendo a oportunidade de integração no contínuo urbano, numa abordagem sistémica, na criação e reforço de centralidade e complementaridades;
- Programas de dinamização urbana em zonas adjacentes às centralidades existentes, na ótica da consolidação, compactação e polarização urbana, com projetos âncora que favorecem a polarização dessas centralidades, na ótica da redução do esforço de deslocação pendular da população trabalhadora e estudante.

MOBILIDADE E LOGÍSTICA

- Assumir a conectividade aérea como fator estratégico para a competitividade internacional, a começar no contexto do desenvolvimento de toda a RLVT, o que se traduz na concretização de opções de

expansão e aumento da capacidade aeroportuária: na expansão da capacidade do Aeroporto Lisboa, na utilização civil da Base Aérea 6 com reforço dos respetivos acessos no Montijo, e no aproveitando desde já as potencialidades do Aeródromo de Tires;

- Aumento da conectividade da e na RLVT: com sistemas integrados na RTE-T, apostando prioritariamente na ferrovia: com o aumento de velocidade e da capacidade da linha do Norte, com eletrificação e duplicação da linha do Oeste, com a rede de Cascais compatível com a rede nacional, com mais composições e melhor oferta de material circulante, com qualificação de estações e interfaces de passageiros; com a criação de circulares de transportes coletivos em sítio próprio (TCSP), na ligação Sintra - Cascais; e com investimento em infraestruturas, de modo a assegurar transportes capazes de dar qualidade de vida às populações;
- Modernização da rede ferroviária: implementação do ERTMS/ETCS + GSM-R, alargamento dos sistemas de controlo, comando e sinalização da RFN, a gestão de ciclo de vida e desenvolvimento de soluções de telemática ferroviária, medidas de segurança ferroviária – operação, focando a redução de sinistralidade ferroviária e a renovação e reabilitação da rede ferroviária;
- Aumento da competitividade do sistema logístico e portuário da RLVT, priorizando o aumento da navegabilidade do Tejo na máxima extensão, o reforço dos acessos (renovação da EN3 e variantes aos aglomerados urbanos) e as infraestruturas complementares (terminal portuário do Barreiro e respetivos acessos; ligação plataforma logística do Poceirão);
- Promoção da mobilidade inteligente e partilhada, com bilhética flexível e integrada nos transportes públicos em toda a RLVT, com soluções intermédias e inovadoras de mobilidade (incluindo modos suaves), com soluções de alternância modal como Mobility as a Service com base na partilha de dados, tendendo à substituição gradual dos autocarros por serviço de táxis partilhados e por serviços de mini-bus e micro-bus; potenciadas pela digitalização do ecossistema da mobilidade e dos transportes;
- Incremento da mobilidade elétrica: de mais veículos elétricos e mais estações de abastecimento, orientado para novos modelos de mobilidade partilhada;
- Promoção da atratividade do transporte público, melhorar a articulação das políticas, planeamento e gestão da mobilidade, reforçando a mobilidade inter-regional em transportes públicos e a rede de interfaces de transporte e estações multimodais, de modo a reduzir as deslocações pendulares com base no transporte individual; nomeadamente, Ramal Malveira - Infantado - Gare do Oriente, como expansão do metropolitano (linha amarela) até ao Infantado; podendo incluir a central de camionagem para evitar a entrada de autocarros na Cidade de Lisboa;
- Instrumento regional de gestão da mobilidade e transportes, que assegure adaptação de infraestruturas de transportes às alterações climáticas, a construção de "*missing links*", a redução de ruído, a segurança rodoviária, a renovação e de reabilitação da rede rodoviária, a instalação de corredores BUS / vias de alta ocupação (VAO) nos principais acessos rodoviários à cidade de Lisboa, e melhorando as redes rodo e ferroviárias (Braço de Prata-Chelas da linha de Cintura e Caldas da Rainha-Louriçal da linha do Oeste). Inclui projetos rodoviários para as sub-regiões considerados estruturantes:
 - Construção do IC11 Peniche Carregado;
 - Conclusão do IC3 ligando a A13 a sul (Almeirim) ao nó da A23/A13 em Vila Nova da Barquinha, com uma nova travessia do rio Tejo, retirando a pressão sobre vias e caminhos municipais que atravessam localidades e não estão preparados para tráfego pesado. Trata-se de uma via estruturante, com óbvios impactos para a competitividade das empresas e qualidade de vida das populações das sub-regiões da Lezíria e Médio Tejo;

- Abertura da ponte de Constância/Praia do Ribatejo a pesados, incluindo a facilitação das acessibilidades ao Eco Parque do Relvão.

SERVIÇOS DE PROXIMIDADE

- Promoção a oferta pública de serviços de proximidade, e modernização dos serviços de atendimento públicos e privados, e em particular o comércio tradicional local em arruamentos pré-definidos tendo em conta as centralidades existentes;
- Promoção dos usos mistos de modo concentrado dentro de unidades de vizinhança (bairros), favorecendo os serviços e comércio diários na dinamização local em áreas monofuncionais;
- Formação dos recursos humanos do comércio e dos serviços na transição tecnológica e simplificação de processos.

INCLUSÃO SOCIAL

- Promoção da Igualdade de oportunidades a todos os níveis (acesso ao mercado de trabalho, serviços, etc) nomeadamente em termos de: género, idade, religião e etnia, condições económico-financeiras, etc.
- Combate à pobreza e exclusão social através de programas direcionados para área desfavorecidas onde se concentram os maiores e mais graves problemas de pobreza e exclusão do país, e onde reside o maior potencial de produção de população ativa.

TURISMO E SEGURANÇA

- Promover novos destinos turísticos na RLVT (criando redes de oferta), atraindo a procura para toda a Região, e durante todo o ano, reforçando fileiras como o turismo de negócios, turismo de congressos e eventos, turismo religioso, turismo cultural, turismo desportivo (incluindo o desenvolvimento da náutica), turismo da natureza, tirando partido da marca Lisboa, podendo incorporar serviços de saúde especializados;
- Dinamização dos centros urbanos através da promoção de novos modelos de turismo jovem, associados a oportunidades de trabalho qualificado, e reforçando a oferta de quadros qualificados, reforçando o fator de confiança ao investimento;
- Promoção do turismo idade+, combatendo a sazonalidade e explorando novos destinos dentro da RLVT e a complementaridade com outros sectores pelo surgimento de novos produtos (associados à saúde, ao vinho, à natureza, alimentação biológica);
- Incremento das novas tecnologias para analisar a procura, a oferta e promover novos destinos e aumentar a estadia média, monitorizando os fluxos de turistas e residentes, na ótica de melhorar a qualidade da experiência turística e da qualidade de vida urbana dos residentes;
- Adoção de soluções de realidade aumentada para melhorar a experiência dos turistas na visita ao território incluindo as atrações turísticas, entre outras, no âmbito de um processo de *smart territory*;
- Automação e digitalização da bilhética dos transportes e atrações turísticas, desmaterializando, antecipando a sinalética digital e comunicação digital como meio privilegiado de promoção do turismo na RLVT.

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

- Evitar e mitigar a exposição aos riscos naturais, tecnológicos e ambientais, aumentando a resiliência da RLVT;
- Promoção da diversidade das culturas a utilizar, contrariando a monocultura, incrementando a resiliência dos ecossistemas às alterações climáticas;

- Educação nas escolas e formação nas empresas, na administração central regional e local sobre a problemática das alterações climáticas;

AR E RUÍDO

- Promoção da gestão da mobilidade regional e urbana do transporte de passageiros e de mercadorias considerando o impacto no ambiente urbano (qualidade do ar e ruído), estabelecendo metas na qualidade do ar (redução das partículas e concentrações de óxido de azoto, e redução das emissões de CO₂), na eficiência económica (redução das perdas de tempo devido ao congestionamento), centrando as medidas em dois indicadores: (diminuir) nº de veículos que circulam na cidade, e (diminuir) velocidade de circulação, procurando o balanço de carbono neutro em 2050;
- Reforço do sistema de monitorização e alertas da RLVT, especialmente em pontos críticos, nomeadamente no que se refere ao NO₂ e PM₁₀, os quais podem causar afetação das vias respiratórias e aumentar o risco de desenvolvimento de doenças respiratórias, cardiovasculares e oncológicas, nomeadamente nos grupos mais sensíveis como sejam as crianças, os idosos ou os portadores de doença respiratória.

SEGURANÇA E PREVENÇÃO SÍSMICA

- Reforço dos sistemas de prevenção e resposta a calamidades e ataques terroristas, incorporando respostas para os atuais e futuros fluxos de turistas na Região, incluindo definição de áreas de socorro e de reagrupamento em situação de catástrofe, e salvaguarda das acessibilidades aos espaços seguros;
- Promoção da segurança estrutural em edifícios estratégicos (hospitais, centros saúde, quartéis bombeiros, escolas) e na habitação, com programas de reforço estrutural e resposta a fenómenos sísmicos, garantindo a obrigatoriedade de reforço antissísmico nos processos de reabilitação urbana;
- Proteção de fontes de abastecimento básico (água, eletricidade, gás) e outras Infraestruturas críticas, apontando soluções alternativas de retaguarda;
- Desenvolvimento de sistemas de monitorização do espaço marítimo, quer de embarcações, quer de derrames;
- Promoção da segurança rodoviária, ferroviária e portuária, com particular atenção para resíduos perigosos.

6. INCLUSÃO SOCIAL E COMBATE À POBREZA

“Há uma grande quantidade de novos imigrantes que devem entrar na comunidade e que vivem hoje nesses bairros desestruturados (...) e são imigrantes com grandes vantagens sobre outros imigrantes porque já falam a mesma língua e têm a mesma cultura.”

Jorge Gaspar

“Ainda que a população pobre deva ser o destinatário útil de uma estratégia de combate à pobreza e à exclusão social, esta não pode ser feita exclusivamente com medidas destinadas aos pobres. Uma estratégia de combate à pobreza e à exclusão social requer medidas de carácter transversal e a avaliação dos efeitos positivos e/ou negativos que cada política poderá ter.” “Eu acho que não seria demais nós também termos a exigência de que as diferentes políticas fossem analisadas sobre os seus impactos em termos de pobreza e de exclusão social.”

“Raramente as declarações de princípios e as boas intenções se têm traduzido numa efetiva concretização de políticas e de medidas que permitam reforçar a coesão social, reduzir as desigualdades e a pobreza e melhorar as condições de vida do conjunto da população.”

“As questões da inclusão, da pobreza e das desigualdades não são independentes nem separáveis, no espaço e no tempo, do problema do crescimento e do desenvolvimento económico.”

“Em termos de inclusão social a pobreza infantil é claramente a preocupação essencial.” “Uma criança não é pobre em si mesma. Uma criança é pobre porque vive numa família pobre.” “A transmissão intergeracional da pobreza é talvez um dos aspetos mais difíceis do combate à pobreza.” “A definição de um conjunto de medidas que no horizonte temporal definido permita reduzir a pobreza das crianças e dos jovens deve ser a questão prioritária.”

“As políticas sociais são necessárias para combater a pobreza, em alguns casos são mesmo urgentes, mas raramente são suficientes.”

Carlos Farinha Rodrigues

“O combate à segregação é absolutamente vital.”

“Não há oásis económicos em desertos sociais.”

Luís Capucha

A inclusão social é um desafio obrigatório que exige respostas múltiplas. Por um lado, a necessidade de reforço da articulação entre políticas nacionais e europeias, nomeadamente entre a futura estratégia PT2030 e o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, para concretizar no território ações de combate à pobreza e à exclusão social. Por outro, as áreas periféricas disfuncionais e desfavorecidas confirmam o grande desafio da coesão social no quadro global do sistema urbano da Região, constituindo-se como unidades que exigem intervenção prioritária através programas de base comunitária, integrando as múltiplas valências que promovam a regeneração urbana e a inclusão. Assim, a abordagem à inclusão social na RLVT deverá sustentar-se em soluções integradas de base territorial, potenciando os recursos comunitários e a valorização do capital social e cultural, e o desenvolvimento de soluções inovadoras que se revelem mais eficazes, eficientes e sustentáveis.



Figura 14: Esquema do Pilar Estratégico Inclusão Social e Combate à Pobreza

RESPOSTAS INOVADORAS E INTEGRADAS DE INCLUSÃO

- Quebra do "muro" existente entre a estratégia da pobreza e a realidade das pessoas abaixo do limiar de pobreza, com a construção de uma agenda orientada para medidas de ação local englobadas em abordagens territoriais integradas;
- Criação de quadro harmonizado de aplicação das medidas de atribuição de subsídios transformados em motores de integração social;
- Agregação de vários tipos de ação: educativa, saúde, integração no mercado de trabalho, combate ao abandono escolar, formação de adultos;
- Estratégias longo prazo e programas de desenvolvimento comunitário multisectorial que promovam a qualificação física e a inclusão das comunidades.

COESÃO DE TERRITÓRIOS MONOFUNCIONAIS OU DEGRADADOS

- Eliminação das situações de habitação precária com especial prioridade para as áreas periféricas de risco, promovendo a qualificação física e a integração socio-territorial desses espaços;
- Criação de dinâmicas de manutenção do parque habitacional;
- Igualdade de oportunidades no acesso aos serviços sociais e públicos de interesse geral;
- Apoio a projetos de beneficiação energética do parque habitacional em zonas carenciadas, tendo em vista a melhoria do conforto térmico e a projetos de informação e sensibilização.
- Promoção de uma rede alimentar local, abrindo oportunidades para produtores locais e mercados locais, como forma de dinamizar uma economia de proximidade e confiança na comunidade.

ABORDAGEM TERRITORIAL INTEGRADA

- Abordagem territorial de combate à pobreza, tendo em conta a escala do problema e o envolvimento da comunidade, retomando a lógica do desenvolvimento de base comunitária;
- Reforço das comunidades locais e da identidade local (maior coesão pela identificação territorial das populações nos bairros, freguesias, etc), assegurando a integração dos vários grupos étnicos nos bairros periféricos monofuncionais;

- Promoção da sustentabilidade de pequenos negócios na economia local na área do empreendedorismo e do empreendedorismo social, e que possam ser de relevância para a sua continuidade no mercado;
- Capacitação da administração pública de formação genérica sobre a deficiência e a multi discriminação.

COMBATE ÀS DESIGUALDADES

- Equidade no acesso aos serviços de saúde (assegurando serviços básicos como médico de família, tempos de espera reduzidos e serviços de qualidade nos hospitais e centros de saúde públicos);
- Desenvolvimento equilibrado do território com ações orientadas para a supressão das assimetrias e desigualdades dentro da região, focalizando o investimento em centros urbanos (não dispersos) na ótica da dinamização da economia local e do reforço social dessas comunidades;
- Combate à segregação, com medidas de redução de contrastes e da desigualdade mitigando a exclusão territorial (bairros desfavorecidos, em degradação física e social, sem oportunidades).
- Avaliação de situações de pobreza e exclusão social na região e concretização de pacote de medidas centradas na família e na redução da pobreza infantil com abordagens multidimensionais;
- Igualdade de oportunidades no acesso aos serviços sociais e públicos de interesse geral;
- Capacitação da administração pública através de formação genérica sobre a deficiência e a multi discriminação.
- Medidas de proteção ao consumidor e incentivos para sistemas domésticos de produção local (produção própria com sistemas por unidade familiar, por edifício ou por quarteirão) reduzindo a sua vulnerabilidade;

ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO

- Promoção da igualdade de oportunidades no acesso e participação no mercado de trabalho, focalizando na economia social e nas empresas sociais e garantindo o acesso ao mercado de trabalho da população deficiente.
- Combate ao trabalho precário;
- Combate ao desemprego de muito longa duração;
- Valorização do emprego jovem;
- Promoção de formação inclusiva e de qualidade ao longo da vida;
- Criação de centros de acolhimento para jovens, conectado em redes locais de empresas e organismos facilitadores da integração no mercado de trabalho;

ACESSO À EDUCAÇÃO EM TODAS AS IDADES

- Investigação direcionada para a experiência profissional, orientada para a integração no mercado de trabalho;
- Mobilidade empresarial voluntária associada à especialização, nomeadamente em novas tecnologias e processos de base digital;
- Política de educação de adultos num processo contínuo, incluindo programas direcionados para populações em situação de pobreza e exclusão.

INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES E REFUGIADOS

- Desenvolvimento de uma política de migração, como instrumento de atração e captação de jovens, e famílias em idade jovem, com formação ou educação que permita a fácil integração na comunidade local e no mercado de trabalho;
- Criação de centros de acolhimento para imigrantes e refugiados, conectado em redes locais de empresas e organismos facilitadores da integração no mercado de trabalho;
- Programas de captação de jovens recém-formados, traduzidos em ações de marketing internas e externas, projetando o país acolhedor, de qualidade e de oportunidades.

INSERÇÃO SOCIAL E CULTURAL

- Promoção da acessibilidade à informação e à comunicação, ultrapassando barreiras, disponibilizando informação em suportes acessíveis (braille, áudio descrição, língua gestual portuguesa, leitura fácil, etc);
- Programas inseridos e ajustados ao contexto de cada comunidade local, dinamizando a inserção social através da cultura e da partilha de experiências multiculturais, favorecendo a identidade local e as sinergias para oportunidades na economia local;
- Capacitação da administração pública em temas da inserção social (intervenção precoce, educação, empregabilidade, acesso à cultura, lazer, atividade física e desporto).

ACESSIBILIDADE UNIVERSAL

- Qualidade e conforto na utilização de espaços públicos e construídos (habitação e equipamentos), eliminando barreiras arquitetónicas, culturais e identitárias (obstáculos físicos e de acesso à informação e comunicação);
- Promoção da acessibilidade nos seus vários domínios, com a adoção do *design* universal, facilitando a mobilidade nos diversos ambientes/contextos, com especial incidência nos transportes públicos;
- Atualização tecnológica dos serviços, na ótica do serviço e da proximidade, aumentando a igualdade de oportunidades no acesso;
- Promoção de habitação de *design* e acesso universal, com segurança para necessidades especiais e flexibilidade no uso.

7. IDADE +

“Prolongar a vida ativa dos cidadãos não é dilatar a idade da reforma, mas torná-los mais ativos após essa etapa.” Jorge Gaspar

“Em 50 anos (de 1960 até 2010) os Portugueses viram a sua esperança média de vida à nascença aumentar em quase 17 anos. Isso é uma belíssima notícia absolutamente aterradora. E é para isso que nos temos que preparar.” Artur Vaz

O prolongamento do tempo médio de vida levanta várias questões que implicam repensar a organização da própria sociedade. Imprime um novo nível de exigência na área social e no sector da saúde, mas oferece novas oportunidades para os mercados emergentes, como a economia social, os serviços saúde (saúde transacionável), e o turismo especializado. O envelhecimento ativo e de qualidade pressupõe a criação de condições para que os idosos possam envelhecer com saúde e autonomia, valorizando a sua participação na sociedade enquanto cidadãos ativos, fomentando as oportunidades de participarem social, económica e culturalmente nas suas comunidades. Pressupõe também que as pessoas idosas vivam autonomamente graças à adaptação das habitações, das infraestruturas, dos espaços públicos, dos equipamentos, das tecnologias da informação e dos transportes. Esta realidade é acompanhada pela integração das novas tecnologias, abrindo espaço para novos modos de vida dentro de um futuro incerto onde se dilui a dicotomia do trabalho convencional/reforma efetiva.

Se por um lado existe um aumento exponencial das doenças cónicas e degenerativas, por outro, a sociedade adota novos modos de vida, de práticas de desporto e de alimentação saudável, tendentes a uma vida mais longa e com maior qualidade, para o que a resposta da ciência, com novas formas da medicina (medicina de precisão, farmacologia, e-health, etc), é fundamental.

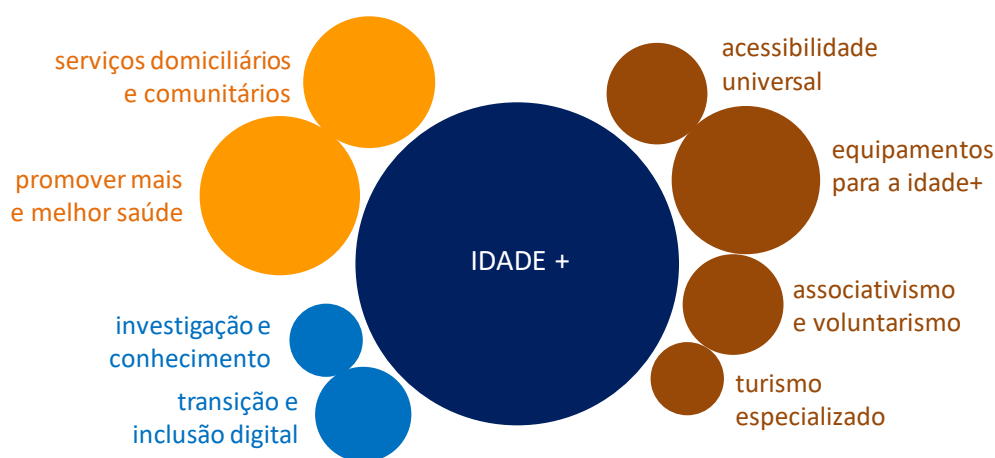


Figura 15: Esquema do Pilar Estratégico Idade +

SERVIÇOS DOMICILIÁRIOS E COMUNITÁRIOS

- Promoção do aumento da capacidade de oferta de cuidados continuados integrados;
- Promoção de novas formas de prestação do serviço e cuidados ao domicílio, incluindo apoio às famílias ou cuidadores;
- Criação e reforço de centros idade+ locais, com medidas e atividades de dinamização social e participação na vida comunitária ao nível do bairro;
- Programas de integração comunitária orientados para as necessidades das pessoas **idosas**.

EQUIPAMENTOS PARA A IDADE+

- Reforço das redes de serviços e equipamentos de saúde hospitalar, de cuidados continuados e da USF e lares com apoio geriátrico;
- Promoção de programas locais e de redes de serviços de desporto e cultura para todas as idades, orientados para a prática regular de atividade física e para dinâmicas sociais inter geracionais.

ASSOCIATIVISMO E VOLUNTARISMO

- Programas de promoção da vida saudável nas autarquias, além do envelhecimento ativo e da alimentação saudável, criar condições de suporte ao surgimento de projetos sustentáveis (autofinanciados) que assegurem o envolvimento da comunidade;
- Reforço de redes da economia social, criando oportunidades ao desenvolvimento de projetos empreendedores de base local, conectando com redes de produção e empresas;
- Apoio a dinâmicas sociais de bairro e baixas densidades, integradas em abordagem integradas territoriais, que assegurem a participação da comunidade.

PROMOVER MAIS E MELHOR SAÚDE

- Promoção de estilos de vida saudável, orientado para o envelhecimento ativo e para a autonomia e qualidade de vida;
- Promoção da qualidade dos produtos alimentares e lançamento de novos conceitos de alimentação mais saudáveis, priorizando produtos de produção local ou auto produção;
- Integração como estratégia para o sector da saúde, permitindo o acesso alargado aos serviços básicos de saúde, melhorando a rede de cuidados continuados e paliativos e a resposta dos serviços às doenças crónicas;
- Acesso generalizado à medicina preventiva e personalizada;
- Reforço das respostas na saúde para baixos riscos epidemiológicos, mas com altíssimas exigências na qualidade do seu atendimento e no serviço.

TURISMO ESPECIALIZADO

- Ambiente urbano acessível para todas as idades, salvaguardando a sua adaptação para residentes e visitantes (turistas) sénior, com políticas municipais seniores, serviços de hotelaria e restauração adaptada, espaço público e transportes coletivos adaptados, integrados no sistema de informação ao consumidor atual;
- Promoção do turismo de saúde (pacotes integrados de turismo com saúde) com soluções de medicina personalizada e biomarcadores;
- Aumento da oferta dos cuidados de saúde para turistas de longa duração.

INVESTIGAÇÃO E FORMAÇÃO

- Aumento da oferta formativa para a população sénior (aprendizagem sénior continuada, universidades da terceira idade);
- Promoção da investigação sobre padrões de vida saudável, alimentação preventiva de doenças, resistência a bactérias e processo de natural de envelhecimento.

TRANSIÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL

- Formação no acesso a serviços online, à utilização de plataformas e aplicações digitais, favorecendo a participação na dinâmica comunitária com apoio de meios digitais;
- Desenvolvimento do *e-health*, orientado para a idade+ e para grupos infoexcluídos;
- Adaptação das pessoas às novas exigências do mercado de trabalho.

ACESSIBILIDADE UNIVERSAL

- Qualidade e conforto na utilização de espaços públicos e construídos (habitação e equipamentos), eliminando barreiras arquitetónicas, culturais e identitárias (obstáculos físicos e de acesso à informação e comunicação);
- Promoção da acessibilidade nos seus vários domínios, com a adoção do design universal, facilitando a mobilidade nos diversos ambientes/contextos, com especial incidência nos transportes públicos;
- Atualização tecnológica dos serviços, na ótica do serviço e da proximidade, aumentando a igualdade de oportunidades no acesso;
- Promoção de habitação de design e acesso universal, com segurança para necessidades especiais e flexibilidade no uso.

8. TEJO E SADO

“Todas as regiões necessitam de um Pólo urbano agregador sólido. O pólo agregador de Portugal é Lisboa. Por vezes criamos fronteiras internas que não fazem qualquer sentido” Carlos Lobo

“Em boa hora o pensamento estratégico volta a conjugar Oeste, Lezíria, Médio Tejo e Área Metropolitana de Lisboa. Aquilo a que o PROT-AML nomeia como a Região Metropolitana Polarizada e que o PNPOT, em vigor, trata como uma unidade fundamental do desenvolvimento do país.” Sérgio Barroso

“Principais riscos das alterações climáticas para a Região de LVT até 2030: fontes de abastecimento de água (impacto dos fogos florestais nos rios e na Barragem de Castelo de Bode e qualidade da água no Tejo e nos aquíferos do vale do Tejo), eventos meteorológicos extremos (ondas de calor, inundações, secas, temporais de extrema intensidade), e a subida do nível do mar a médio e longo prazo....Se nós queremos ter um desenvolvimento sustentável, temos que ter políticas que vão para além dos ciclos políticos...Agir mais do que Reagir” Filipe Duarte Santos

“Há algumas dificuldades que são quase estruturais e que colocam dificuldades à gestão dos riscos dentro dos territórios: a fraca visibilidade da boa gestão de riscos; a pressão de legislar e decidir na sequência imediata da catástrofe, sem avaliação profunda das causas (p.e. a relação que existe entre produção legislativa e incêndios florestais é brutal); inconsistência conceptual e terminológica.” José Luís Zêzere

“Hoje em dia a forma como se olha para a alimentação mudou...o envelhecimento demográfico é um desafio em termos alimentares...a questão da urbanização...obriga a uma pressão diferente sobre aquilo que é a distribuição dos alimentos e o tipo de dietas que têm que estar disponíveis ou que são requeridas pelos consumidores...a questão da mobilidade social...que também causa uma pressão muito grande... alteração de hábitos alimentares, cada vez mais a pedirem certo tipo de alimentos.... Hoje a questão alimentar é uma questão que não é só vista como uma necessidade básica, mas hoje há grandes empresas, multinacionais, que falam da questão de quando a nutrição se transforma em saúde. A nutrição e a alimentação como um fator que previne a saúde ou que promove a saúde. E o consumidor é isto que pede.”
“Hoje no setor agroalimentar 30% do que se produz não é utilizado, o que tem em termos económicos um impacto tremendo.” *“O investimento na agricultura em investigação e desenvolvimento é um dos investimentos mais produtivos, com um retorno entre 30 a 75%.”* João Paulo Ribeiro Lima

“Água há, ela está é mal distribuída.” Jorge Froes

A construção da estratégia para a RLVT deve primar pela dimensão territorial do potencial agregador das suas componentes, tendo em vista o reforço das dinâmicas locais e a projeção internacional. Neste contexto, as bacias alargadas dos Estuários do Rio Tejo e do Rio Sado constituem-se como ordenadores macro estruturantes deste território, da sua identidade e do seu modo de funcionar, fundamentais pela dimensão espacial e atividades que comportam e pelos valores paisagísticos e naturais associados, polarizando uma rede polinucleada de centros urbanos na periferia dos quais se desenvolvem atividades rurais, de produção, de adaptação e proteção da natureza. Estes territórios onde a produção agrícola, florestal e silvestre está associada à qualificação ambiental e paisagística e ao lazer e turismo, são de importância estratégica para a conservação da natureza e para o desenvolvimento sustentável da Região, justificando por isso uma intervenção prioritária. Os riscos resultantes da pressão humana sobre o território somam-se à sua vulnerabilidade a catástrofes, e às consequências das alterações climáticas e do consumo excessivo de recursos. Identificam-se os sismos, a subida do nível do mar, as cheias/inundações e movimentos de massa em vertentes, e os incêndios rurais/florestais como grandes riscos da RLVT, aos quais acrescem questões de manutenção dos ecossistemas e de segurança do território.



Figura 16: Esquema do Pilar Estratégico Tejo e Sado

AGROALIMENTAR

- Criação de uma nova rede infraestruturas de armazenamento de água que permita dar a devida resposta à crescente necessidade de água para agricultura, muito vocacionada para a exportação, permitindo minimizar os efeitos negativos de cheias e secas, travar a subida da cunha salina e atenuar (no caso do Tejo) a dependência em relação às aflúncias de Espanha, como resposta às alterações climáticas;
- Promoção da especialização do sector agroalimentar (exemplo, no Oeste no vinho, na fruta, e nas hortícolas), com promoção de produção em larga escala, preservação das denominações características (nichos), e proteção das denominações de origem com tradição e prestígio na Região (Vinhos de Colares, Carcavelos e Bucelas e Aguardente da Lourinhã);
- Preparar o sector para as alterações climáticas, com medidas mitigadoras dos seus efeitos;
- Promoção de Agroclusters (exemplo, no Ribatejo assente na colaboração e cooperação entre empresas e entidades, reestruturação do setor, certificação dos produtos agroalimentares e participação nos circuitos comerciais nacionais e internacionais).
- Promoção da agricultura de precisão como meio de aumentar a eficiência na produção agrícola (utilização eficiente dos recursos, investimento na retenção da água e armazenamento), e a agricultura de conservação como forma de proteger o solo da erosão e melhorar a sua fertilidade, incorporando diagnóstico e prevenção de doenças na agricultura, e a utilização de energias renováveis;
- Promoção do aumento do consumo de produtos endógenos portugueses e de produtos de agricultura biológica, na ótica do aumento da disponibilidade em alimentos saudáveis, seguros e sustentáveis,
- Combate ao desperdício alimentar (ações de divulgação dirigidas à sociedade civil, com eventual criação de taxa de desperdício, etc), promovendo o autoaprovisionamento (redução do gap entre produção real e produção potencial, mantendo a sustentabilidade);
- Promoção da diversidade das culturas a utilizar, contrariando a monocultura, incrementando a resiliência dos ecossistemas às alterações climáticas, melhorando o genético na produção agrícola (produtos que se adequam às necessidades), e com mais investigação aplicada e inovação na agricultura;

- Redução do uso de antibióticos e monitorização da aplicação de antibióticos nos animais detidos nas explorações pecuárias;
- Promoção da economia circular nos roteiros de produção e consumo agroalimentares, como base num modelo colaborativo (formação, investigação e inovação, serviços), segundo abordagens integradas das cadeias de valor (maior foco na cadeia de valor), e aproximando a produção ao consumidor (eliminação de intermediários com maior envolvimento nos mercados locais);
- Promoção da exploração sustentável das explorações pecuárias, regularizando o registo e licenciamento das explorações pecuárias ativas.

USOS DO SOLO E ORDENAMENTO

- Consolidação e valorização das áreas agrícolas e florestais, na ótica da criação de riqueza, aproveitando sinergias urbano-rurais;
- Promoção do uso múltiplo dos espaços, integrando a produção animal com a produção agrícola e/ou florestal.

ÁGUA, MAR E ZONAS COSTEIRAS

- Combate da escassez de água e a seca do solo, através da transição para um modelo sustentável de gestão da água, que aumente a capacidade de armazenamento de água nesta região e promova uma melhor regularização dos caudais na bacia do Tejo na ótica da melhoria de eficiência, e na sua utilização como estratégica para todo o território:
 - tirando partido das cheias para retenção de água;
 - prevenindo os efeitos das cheias rápidas, nomeadamente identificando os forçadores responsáveis pelos riscos hidro-geomorfológicos em cada concelho (constrangimentos físicos do território, vulnerabilidade territorial, exposição, clima);
 - prevenindo cheias rápidas, reativando zonas de cheia e reconectando zonas húmidas aos corpos de água para proteção contra cheias, regularização de caudais e restabelecimento de ecossistemas;
 - implementando um sistema de alerta para cheias rápidas e movimentos de massa de vertentes;
 - identificando uma faixa litoral que será potencialmente afetada com interdição de novas construções e programação da retirada e realocização de infraestruturas vitais;
 - promovendo a redução da quantidade de água captada;
 - aumentando a cobertura e eficiência das redes de distribuição de água e de drenagem e tratamento de águas residuais;
 - recarregando aquíferos depauperados;
 - favorecendo a regeneração ambiental dos solos contaminados;
 - com a gestão e recuperação dos ecossistemas hídricos;
 - ponderando a renaturalização de ecossistemas hídricos;
 - controlando o impacto da agricultura;
 - mantendo o regime hidrodinâmico e sedimentar natural adequado através da minimização de barreiras físicas, restaurando a conectividade dos rios para permitir a migração de espécies piscícolas;
 - garantindo a quantidade e qualidade da água contida nos aquíferos das bacias hidrográficas do Tejo/Sado e das ribeiras do Oeste;

- e garantindo condições necessárias ao desenvolvimento de atividades económicas e ao bem-estar das populações, no processo de adaptação à nova condição climática.
- Equacionar a proposta de criação de um sistema regional de aproveitamento da água do Rio Tejo, com açudes e transvaso para irrigar as áreas agroalimentares do Vale do Tejo, do Oeste e da Península de Setúbal; que seja avaliada o impacto ambiental, bem como outras alternativas;
- Maior eficiência dos sistemas públicos de abastecimento de água, com a reabilitação das infraestruturas existentes, nomeadamente das suas linhas adutoras estratégicas (reabilitação do Aqueduto Tejo, com um uso ininterrupto a caminho dos 80 anos) no combate às perdas no circuito de distribuição;
- Adoção de modelos integrados de gestão das várias atividades, através da criação de um sistema integrado de abastecimento de água e saneamento em baixa (novos investimentos), cuja gestão da água seja efetuada como fator estratégico e a exploração seja assegurada com o envolvimento e a concordância dos municípios eventualmente interessados;
- Reabilitação do Sistema de Castelo do Bode (embora apresentando “apenas” cerca de 30 anos de existência, a sua preponderância no funcionamento de todo o sistema é de tal modo elevada que se justifica a sua permanente manutenção, procurando minimizar os riscos de avaria);
- Reabilitação e/ou criação de alternativas ao Aqueduto Alviela (infraestrutura com 140 anos de existência), com uma importância acrescida no que diz respeito ao abastecimento municipal, derivado do seu percurso ao longo do tempo;
- Equacionar a governança dos recursos hídricos (infraestruturas e tecnologias não são suficientes para política eficaz de água), articulando a política da “água” c/ outras políticas relacionadas (ex: agricultura, uso do solo e energia);
- Introduzir a gestão patrimonial, complementando os sistemas de drenagem e de tratamento de águas residuais domésticas, industriais e agropecuárias, intensificando a regulamentação preventiva de poluentes perigosos;
- Promoção de aproveitamento das águas pluviais ao edifício ou quarteirão para utilização doméstica fora do consumo humano, combinando soluções tecnológicas mais avançadas com soluções de menor custo;
- No quadro da Economia Circular, aumentar a reutilização segura das águas residuais, promovendo a aprendizagem colaborativa entre cidades na ótica da melhor utilização da água;
- Potenciar novos serviços de ecossistemas, explorando o potencial da inovação aplicado na gestão eficiente da água;
- Proteção das zonas ribeirinhas e da faixa litoral, preservando e valorizando os cursos de água e zonas húmidas, através de uma gestão integrada do litoral, diminuindo a pressão das atividades sobre as frentes marítima e estuarina; nomeadamente reforçar a articulação com a componente produtiva dos Rios (Tejo e Sado);
- Aprofundar e tirar benefícios do acordo estabelecido através da Convenção sobre Cooperação para a Proteção e o Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas (Convenção de Albufeira);
- Promoção de Plataforma Atlântica de Lisboa como grande projeto estruturante para a RLVT, que inclui a RLVT como cluster do mar (atividades), como grande porto (sistema portuário), como campus do mar Lisboa (inovação), e como um centro de empreendedorismo do mar, assumindo que o Mar é um sector chave na economia no futuro (especialização);
- Otimizar as potencialidades do Rio Tejo ao nível dos transportes, com centro de estudos de transportes marítimos de carga e centro de controlo de atividades marítimas ilegais;

- Desenvolver estruturas adequadas de apoio à prática de atividades náuticas desportivas para as quais a região tem condições de excelência mundialmente reconhecidas, como por exemplo a prática de surf, garantindo o acesso persistente ao mar (operar e treinar);
- Assegurar a navegabilidade do Tejo na máxima extensão, ampliando o potencial logístico da Região, garantindo elevada competitividade do sistema portuário da RLVT;
- Criação de zonas de teste para a utilização da Energia das Marés;
- Criação de um Observatório de Maremotos e Tsunamis.

BIODIVERSIDADE E ECOSISTEMAS

- Garantia do funcionamento dos sistemas naturais (estrutura ecológica regional e das estruturas ecológicas municipais), com a intervenção das entidades públicas no plano das infraestruturas e da regulação na proteção de recursos fundamentais (solos, águas subterrâneas, zonas ribeirinhas e faixa litoral); nomeadamente dentro da rede de áreas protegidas de âmbito nacional, regional e local, explorar a visão de valor económico dos ecossistemas e do ativo estratégico que as áreas protegidas podem ter;
- Valorização dos recursos tendente à redução de custos de importação de materiais (exploração sustentável de recursos), através da aposta na diversidade e na especialização económica associada aos recursos endógenos, orientada para valorização económica dos serviços associados aos ecossistemas;
- Promoção da biodiversidade nas áreas urbanas;
- Promoção da instalação e criação de espécies autóctones (incrementar o desempenho em bancos de germoplasma animal e vegetal), promovendo variedades melhor adaptadas às condições edafoclimáticas, e prevendo-se mais resistentes a pragas e doenças, o que permitirá uma menor utilização de produtos fitofármacos ou com fins profiláticos);
- Promoção da bio economia, com o desenvolvimento de bio refinarias avançadas que utilizem recursos endógenos nacionais de forma sustentável e que gerem novas cadeias de valor em torno da biomassa, e com a realização de ações de prospeção e estudos que permitam identificar, localizar ou perspetivar, quantificar e caracterizar diferentes recursos de biomassas endógenas pouco exploradas ou ainda inexploradas em Portugal, direcionando para aplicações em energia: eletricidade, calor, biocombustíveis (líquidos e gasosos) e vetores energéticos;
- Preservação dos solos de maior valor agrícola e florestal, com a divulgação de boas práticas agrícolas, utilizando os Sistemas de Produção Agrícola e Florestal como suporte à conservação da natureza, potenciando o turismo no espaço rural e assegurando sinergias com a atividade agrícola;

COMUNIDADES RURAIS

- Apostar no desenvolvimento rural competitivo;
- Dinamizar redes locais de cooperação orientadas para o reforço da economia local;
- Promoção de projetos integrados para áreas de baixa densidade, que promovam a regeneração de aglomerados dispersos, com apoio à reabilitação física dos edifícios e com políticas de ruralidade, criando boas condições de vida nos territórios de baixa densidade onde existe potencial de consolidação sistémica (proximidade a centros urbanos ou relação com atividades produtivas na proximidade);

REENCONTRO COM A NATUREZA

- Dinamização da utilização de espaços sem uso com potencial de paisagem no sistema ecológico regional (integrando as redes e corredores verdes locais e hierarquizando a infraestrutura verde) ou no sistema funcional produtivo;
- Aumento dos espaços verdes de utilização coletiva, garantindo uma estrutura ecológica com vários níveis de integração nos sistemas urbanos (regional, concelhio, estruturante e bairro), com ligação privilegiada a bolsas de agricultura urbana e parques urbanos de estadia e lazer;
- Programas locais de apropriação e valorização ambiental de áreas protegidas, parques naturais e zonas de valor natural preservado, proporcionando o reencontro da população com a natureza (complementar a produtos turísticos).

FLORESTA E INCÊNDIOS

- Redução da incidência e impacto dos riscos (pragas e doenças, fogos florestais, alterações climáticas) com medidas de âmbito local, considerando o reforço e diversificação do tecido económico e social das unidades territoriais, com uma dinâmica predominantemente agroflorestal;
- Promoção do povoamento florestal com espécies autóctones como forma de reforçar a resistência aos incêndios e aumentar o potencial económico da floresta, assegurando uma gestão dos espaços florestais na perspetiva da redução do risco (a limpeza de terrenos florestais), que inclui o planeamento e organização do potencial da biomassa existente;
- Promoção da atualização e harmonização da cartografia de risco (susceptibilidade / perigosidade / exposição / vulnerabilidade);
- Promoção da sustentabilidade na produção de matéria-prima, valorizando os recursos e os produtos derivados da floresta na ótica da circularização da economia regional;
- Melhoria da consciência da sociedade relativamente às questões ambientais e riscos.
- Promoção de infraestruturas e serviços para a prevenção e gestão territorial e de riscos;

9. PATRIMÓNIO

“Importa considerar a transversalidade da realidade cultural”.

“Ao falar de território, ao falar de desenvolvimento, a aposta na educação é absolutamente crucial.”

Guilherme Oliveira Martins

“Projeto agregador de Portugal face ao mundo, Portugal perante a Europa (...) Como é que Portugal e a língua portuguesa se constituem como referencial.”

“Desígnio: Região de Lisboa, a mais inovadora e autêntica da Europa.”

Carlos Lobo

O património surge como grande potencial endógeno das regiões a explorar. A RLVT, região com mais turismo (nº alojamentos por ano) e com maior potencial de crescimento (procura limitada pela atual capacidade do Aeroporto Humberto Delgado) tem grandes desafios, no estudo, inventariação, recuperação e divulgação do património, promovendo a sua valorização e acesso por parte da população residente e visitantes. Existe o desafio de aproveitar oportunidade de alavancagem patrocinada pelo turismo, a estender a toda a região, consolidando a sua identidade.

Em paralelo, existe o desafio do empreendedorismo, favorecendo a especialização e o valor acrescentado, explorando a atratividade da região a comunidades altamente qualificadas e ao investimento em alta tecnologia. Por explorar, o património, nas suas várias vertentes, tem um carácter transversal com as restantes áreas, distintivo no quadro da competitividade internacional e das complementaridades internas (sub-regionais e periurbanas).

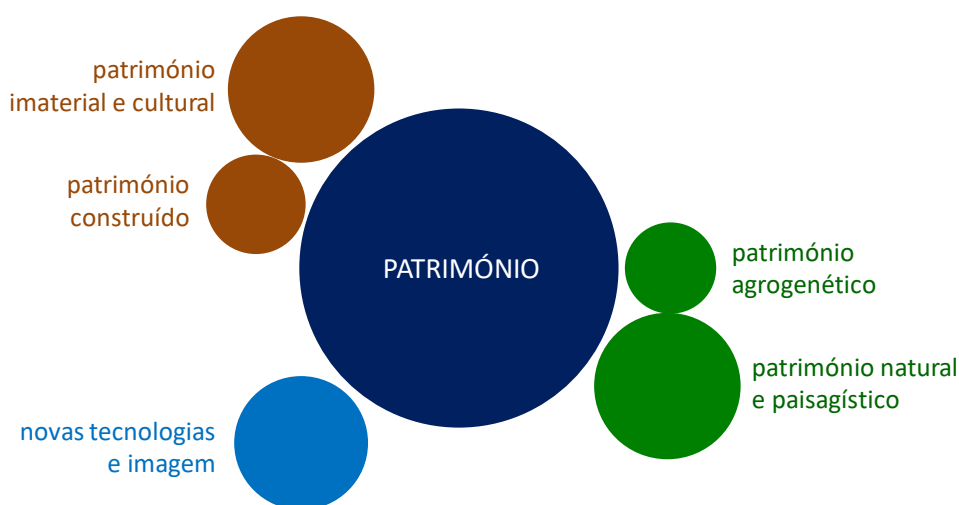


Figura 17: Esquema do Pilar Estratégico Património

PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO

- Inventariação, recuperação, valorização, divulgação e utilização do património arquitetónico, arqueológico e paleontológico;
- Promoção de projetos de qualificação do património histórico, ambiental, cultural e social para o usufruto dos residentes e turistas, articulado com programas de oferta e usufruto do património;
- Promoção de roteiros do património local, na base para a construção de produtos e serviços distintivos no contexto da identidade urbana, e da promoção turística.

PATRIMÓNIO NATURAL E PAISAGÍSTICO

- Valorização sustentada dos recursos naturais, paisagísticos e geológicos numa ótica integrada de conservação e utilização centrada na promoção da identidade da RLVT;
- Estudo e interpretação das origens (evolução ao longo da história) do património natural e paisagístico, com produção de conteúdos com potencial de valorização em novos negócios;
- Promoção de uma rede de roteiros ambientais e de paisagem, consolidando informação sobre o potencial ambiental da região, orientado para a valorização de produtos, sítios e serviços à comunidade e visitantes;
- Agendas intermunicipais de turismo com o objetivo de criação de corredores com oferta turística especializada, disponibilizando produtos rurais, agroindustriais e de montado, aproveitando a vitalidade económica das sub-regiões em setores específicos (exemplo, no Médio Tejo e na Lezíria);
- Promoção da identidade ambiental da região através de projetos de educação ambiental que resultem de sinergias entre as instituições e empresas com responsabilidade ambiental, focando na divulgação do património, nos problemas e ameaças, e nas medidas a adotar pelas comunidades;
- Promoção do património natural, em particular dos Estuários, dos Parques Naturais e das Áreas Protegidas, no reforço da identidade regional orientada para o turismo de natureza, potenciado pela presença de conteúdos em plataformas e aplicações digitais. Nomeadamente, tirando partido do valor económico dos ecossistemas e do ativo estratégico que as áreas protegidas podem oferecerem.

NOVAS TECNOLOGIAS E IMAGEM

- Promoção de uma plataforma (portal) de roteiros integrados, temáticos e regionais, compreendendo conteúdos disponíveis cultura, história, língua portuguesa e arquitetura, numa ótica de promoção regional, facilitadora da divulgação da cultura e do património existentes;
- Construção de uma política de agregação de conteúdos para a consolidação de uma imagem regional, orientada para o turismo, focada no património e nas atividades associadas aos recursos endógenos do território, compreendendo os valores e cultura das comunidades locais;
- Utilização das novas tecnologias no acesso a produtos culturais e do património, dinamizando a participação da população, criando oportunidades de negócio e atividades locais centradas no potencial do património.

PATRIMÓNIO IMATERIAL E CULTURAL

- Construção da RLVT como capital simbólico, que junta a modernidade ao respeito pelo património histórico, recuperando e valorizando a identidade urbana como âncora da cultura do território;
- Promoção do património histórico da região, valorizando os ativos patrimoniais que permitem ler a atual globalização à luz da presença portuguesa no espaço asiático e atlântico, criando uma narrativa distintiva que torne a região mais atrativa e criativa;
- Fomento da criação de redes do património imaterial e cultural, explorando oportunidades de sinergias para novos produtos e serviços, aumentando o acesso ao património e tirando partido económico;
- Incremento do conhecimento, fruição e responsabilização dos cidadãos para o património imaterial e cultural, criando dinâmicas locais de reforço da identidade da região;
- Promoção do património imaterial e cultural (gastronomia, música, artesanato, design) numa ótica de sustentabilidade e de coesão territorial (atendendo às necessidades das comunidades locais);

- Valorização da educação da ciência e da cultura, apoiando os equipamentos e estruturas já existentes na RLVT;
- Garantia de valorização do património imaterial e cultural perante a permanente mutação dos contextos económicos, sociais e ambientais decorrentes das dinâmicas urbanas, das influências da globalização e da transição para processos de natureza tecnológica.
- Apoio ao desenvolvimento de ofertas integradas de pacotes de turismo, de natureza, gastronomia e vinhos, *touring* cultural, equestre (exemplo, Cavalo Lusitano na Lezíria do Tejo);

PATRIMÓNIO AGROGENÉTICO

- Promoção da diversidade das culturas a utilizar, contrariando a monocultura, incrementando a resiliência dos ecossistemas às alterações climáticas;
- Promoção da instalação e criação de espécies autóctones (incrementar o desempenho em bancos de germoplasma animal e vegetal), promovendo variedades melhor adaptadas às condições edafoclimáticas, e prevendo-se mais resistentes a pragas e doenças, o que permitirá uma menor utilização de produtos fitofármacos ou com fins profiláticos);
- Valorização dos recursos tendente à redução de custos de importação de materiais (exploração sustentável de recursos), através da aposta na diversidade e na especialização económica associada aos recursos endógenos, orientada para valorização económica dos serviços associados aos ecossistemas.

10. ECONOMIA CIRCULAR

"Papel das cidades e das regiões é muito importante na disponibilização de centros de reutilização; ...Economia colaborativa e de apoio social são muito importantes (apostar na área da manutenção/reparação)." Ana Sofia Vaz

"A aproximação do produtor ao consumidor é fundamental. Deve haver uma aposta nos mercados de cadeia curta." João Paulo Ribeiro Lima

O processo de transição para uma economia circular é um desígnio para as sociedades que, além de incorporar as preocupações ambientais, determinam pela necessidade do sucesso e sobrevivência económica no contexto da globalização. Para a RLVT será determinante antecipar essa transição, adotando processos cada vez mais circulares, como política de competitividade perante o impacto do aumento da procura e escassez dos recursos necessários para os sistemas produtivos e para o consumo. A dimensão da RLVT coloca desafios emergentes nos principais sectores da indústria, do agroalimentar, da construção e dos transportes. Contudo há um espectro mais alargado que exige uma abordagem transversal, alterando ciclos e roteiros de produção, modelos de negócio, de utilização e de consumo, transitando da propriedade para a partilha, do mais para o melhor, otimizando os fluxos, a reutilização, e a reciclagem.

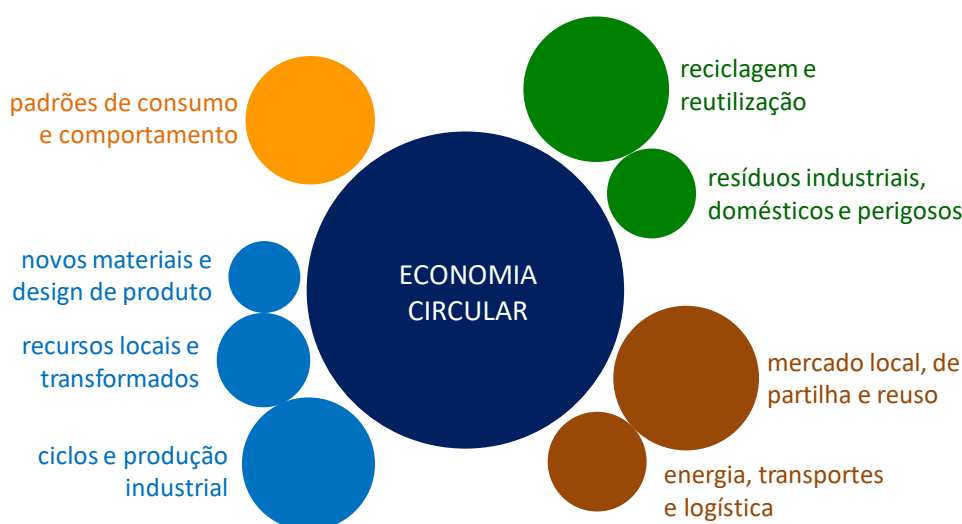


Figura 18: Esquema do Pilar Estratégico Economia Circular

RECURSOS LOCAIS E TRANSFORMADOS

- Promoção da eficiência da utilização de recursos naturais na economia, através da promoção de padrões de produção e consumo responsáveis, da prevenção da produção de resíduos, da redução da extração dos recursos materiais e energéticos, e do reaproveitamento dos materiais utilizados e valorizados no ciclo de vida dos produtos;
- Gestão de recursos de modo a preservar o seu valor e utilidade pelo maior tempo possível e aumentando a produtividade a partir dos recursos da região.

CICLOS E PRODUÇÃO INDUSTRIAL

- Apoio à transição para uma economia circular, através da inovação tecnológica, com a introdução de tecnologias mais eficientes na recolha de recursos, transformação, embalagem, distribuição e consumo orientado;
- Reconceptualização dos modos de produção e modelos de negócio, integrando novas tecnologias (digitalização, robótica, impressão 3D) cruzando o conhecimento proveniente dos processos tradicionais (equilibrados com o ambiente) com as exigências da descarbonização e do aumento do ciclo de vida dos produtos;
- Restruturação das redes que participam no fornecimento de materiais e das redes de distribuição de produtos na ótica da redução da pegada carbónica e da circularização regional, tirando partido do potencial de parcerias com empresas da região;
- Mapeamento dos recursos, dos fluxos, das redes e dos roteiros existentes na região, associados ao sistema produtivo e ao sistema de consumo, para gerar compromissos entre os agentes que participam em cada cadeia de produção;
- Promoção da economia circular através de sinergias com diferentes instrumentos de política, como os clusters de competitividade, designadamente do cluster AEC - arquitetura, engenharia e construção (economia) e as agendas temáticas de investigação e inovação, designadamente a agenda ciência urbana e cidades para o futuro e a agenda da economia circular (investigação e inovação);
- Adoção de modelos eficientes de utilização dos recursos e convergentes com os princípios da economia circular (resíduos; água; energia; materiais de construção) em projetos inovadores de reabilitação e regeneração urbanas, com impacto na valorização do território, via diferenciação e inovação, e efeito demonstrativo.

RESÍDUOS INDUSTRIAIS, DOMÉSTICOS E PERIGOSOS

- Prevenção ou redução dos impactes adversos decorrentes da produção e gestão de resíduos, através do aumento de eficiência dos processos e tecnologias envolvidas na gestão de resíduos, numa lógica de ciclo de vida, evitando-se a transferência de impactes entre fases do ciclo de vida dos produtos/materiais;
- Promoção de uma continuada redução do impacte ambiental associado às atividades de gestão de resíduos, nomeadamente reduzindo o transporte de resíduos procurando que sejam eliminados ou valorizados perto dos locais de produção (desde que existam soluções adequadas ou ambientalmente mais favoráveis para o efeito);
- Criação de uma Plataforma Nacional para Biomassa que reunirá entidades públicas e privadas, representativas dos diferentes atores intervenientes na fileira da biomassa, com vista a promover a partilha e articulação de conhecimento, capacidades, recursos e competências no apoio à tomada de decisão política, promovendo a produção de biomassa;
- Incentivar a reutilização de águas residuais.

PADRÕES DE CONSUMO E COMPORTAMENTO

- Introduzir a mudança comportamental, com o incentivo ao consumo circular, estabelecendo uma mudança de paradigma na ótica da autonomia do mercado local com produção local, preventiva em relação à futura escala de preços, com o aumento da procura no mercado mundial, em paralelo com a escassez de alguns materiais;
- Promoção de uma alimentação mais saudável, de base local (mercados biológicos e pontos de venda de quintas), dinamizada por rotas agroalimentares com transportes públicos, programas de apoio a hortas biológicas, programas de educação nutricional e programas de redução de desperdício alimentar e derivados (eventual criação de taxa de desperdício).

RECICLAGEM E REUTILIZAÇÃO

- Incentivo à sociedade civil na recolha e deposição de bens recicláveis;
- Incentivar novas soluções empresariais que englobem a recolha dos produtos comercializados, alimentando a linha de produção, no futuro, de novos produtos;
- Promover o comportamento "verde" das instituições que favoreça a redução da extração de recursos naturais, a transformação de resíduos em produto e a criação de novos negócios, emprego e valorização da indústria e serviços;
- Aumento da reutilização segura das águas residuais, promovendo a aprendizagem colaborativa entre cidades na ótica da melhor utilização da água.
- Promoção de clusters e parcerias de simbiose industrial explorando o potencial de reutilização de materiais/resíduos;

NOVOS MATERIAIS E DESIGN DE PRODUTO

- Promover o conhecimento e o investimento empresarial em novos produtos e técnicas de produção orientadas para acelerar a transição para a economia circular, baseados em novos materiais, em novos processos de produção, em novos modelos de negócio e perspetivando a mudança no consumo;
- Reconceptualizar o produto de modo a facilitar e promover a reciclagem dos produtos em fim de vida através da aposta na vertente do ecodesign "*design for recycling*";
- Reconceptualizar o produto de modo a facilitar o seu transporte e segmentação produtiva;
- Limitar a perigosidade dos resíduos produzidos (prevenção qualitativa) pela redução da quantidade de substâncias perigosas utilizadas nos produtos que dão origem a esses resíduos (através do ecodesign).

MERCADO LOCAL, DE PARTILHA E REUSO

- Promoção de redes e mercados circulares com base na partilha de recursos e de bens, potenciando a extensão do ciclo de vida dos materiais, com reaproveitamento de peças e materiais para reutilização noutros produtos, dando lugar a nova utilização;
- Promoção de economia colaborativa e partilha de conhecimento, na ótica da circularização de bens e serviços, procurando a vantagem competitiva dos produtos circulares pela introdução da inovação;
- Desenvolver plataformas com presença online e física para apoio à distribuição de produtos locais de base circular.

ENERGIA, TRANSPORTES E LOGÍSTICA

- Incremento da exploração do potencial endógeno de energia renovável, ao serviço da produção local e da economia circular;
- Reduzir a dependência energética do exterior, aumentando a segurança pelo aprovisionamento e pela transição energética para sistemas alternativos renováveis (eólica, solar, hídrica, valorização energética da biomassa, ondas do mar), e para sistemas locais (de produção doméstica para autoconsumo);
- Dinamizar ações de minimização da vulnerabilidade dos consumidores, através do apoio a ações de informação aos consumidores com vista à redução da iliteracia energética e ao apoio a uma decisão informada sobre o comercializador da energia;

- Substituição e melhoria dos sistemas de combustão (aquecimento/arrefecimento de águas);
- Criação de apoios para investimentos em edifícios de última geração, autossustentáveis;
- Criação de infraestruturas para carregamento de veículos elétricos e de condições que acelerem a transição para um sistema de mobilidade integrada com base na partilha e no transporte coletivo com motorização elétrica.

IV. ESTRATÉGIA 2030: GRANDES PROJECTOS estruturantes para a RLVT

Os 10 Pilares Estratégicos da RLVT para 2030 contribuem para a Estratégia 2030, quer ao nível do desenho das suas áreas estratégicas, quer ao nível das suas linhas de ação. Contudo, um dos aspetos apurados neste processo de reflexão, é a necessidade de promover Grandes Projetos, estruturantes para a RLVT, inequivocamente marcantes atendendo à sua natureza, aos territórios abrangidos, às componentes intersectoriais a mobilizar, aos princípios de sustentabilidade a respeitar, ao emprego a criar e ao investimento a mobilizar e à sua urgência.

Trata-se de um conjunto de projetos que marcam o desenvolvimento direto dos sectores abrangidos, com reflexos imediatos em sectores complementares, numa dinâmica sustentada de crescimento por vasos comunicantes. Consideram-se marcantes ao nível dos territórios porque promovem o desenvolvimento integrado, numa perspetiva alargada da sua área de abrangência, com efeitos multiplicadores para territórios vizinhos. Constituem assim, grandes oportunidades de investimento com retorno, e com efeitos difusores ao nível da dinâmica económica local.

Tendo em conta os atuais riscos e vulnerabilidades da Região, e considerando a sua evolução tida como certa, confirma-se a necessidade de encontrar soluções de profundo impacto, como reação preventiva e atempada à mudança. Neste aspeto, os grandes projetos que se apresentam têm um carácter de urgência.

Cada um dos projetos propostos detém um ativo importante para a construção do futuro, e possui características específicas que poderão justificar estudos detalhados, salvaguardando os efeitos colaterais. Assim como, cada um destes Projetos pode ter uma estrutura própria para a sua concretização, tendo em conta a sua natureza.

Alguns dos Grandes Projetos podem ser inseridos num Programa Nacional de Cooperação Inter-regional, entre regiões, ou entre comunidades intermunicipais, com ou sem a participação das áreas metropolitanas, em função das características de cada projeto.

“Qual era a vantagem deste Programa Nacional de Cooperação Interegional? Primeira vantagem: ele está fora dos PO regionais. Não se trata de por PO regionais contra PO regionais, trata-se de ter um Programa Nacional de Cooperação Interegional, com verbas afetas para esse objetivo, com prioridades claramente bem definidas, e funcionando numa base contratual. Isto é, há projetos que pela sua natureza têm que ser interregionais e isso aplica-se entre a Região Norte e a Região Centro, entre a Região Centro e a Região Alentejo e Lisboa, mas também entre o Alentejo e o Algarve, isto é, não é um problema, não é um artifício para resolver o problema da Área Metropolitana de Lisboa, não é, é um problema nacional. E se é um problema nacional vamos olhar para ele convenientemente.” João Ferrão

“Acho que valia a pena nós pensarmos [...] o que deve ser um Programa Nacional de Cooperação inter-regional, baseado em objetivos pré-definidos, assentes em relações contratuais, porque só uma intervenção deste tipo pode alimentar a necessária confiança sobre a qual é possível construir [...], quer soluções de governança multinível, quer soluções de governança multiescala para regiões urbanas que sendo funcionais não têm, não podem ter nem nunca terão uma delimitação político-administrativa. Esta era uma proposta que [...] merece ser trabalhada através de perspectivas diferentes: ela merece ser trabalhada aqui [na RLVT], ela merece ser trabalhada a partir do Arco Metropolitano Braga-Aveiro-Porto, [...] ela merece ser trabalhada em torno da cooperação Alentejo-Algarve tendo a Serra Algarvia como plataforma central.” João Ferrão

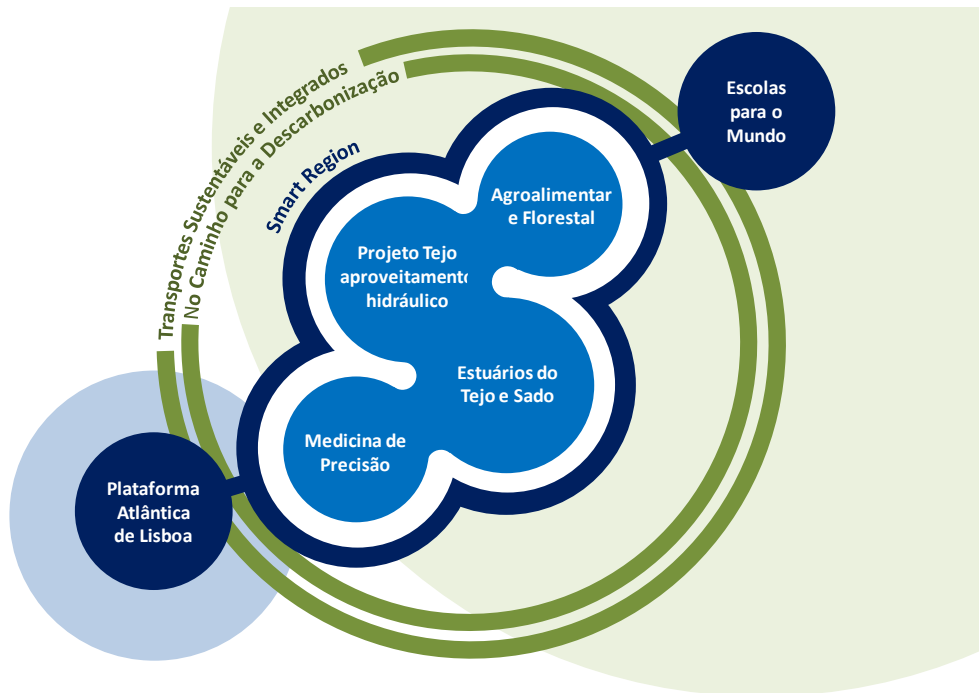


Figura 19: Esquema do conjunto de Grandes Projetos Estruturantes

Os Grandes Projetos Estruturantes possuem características diferentes, quer relativamente ao seu carácter programático, quer ao nível da sua implementação no território. Podemos enquadrar os GPE do *Agroalimentar e Florestal*, do *Projeto Tejo – Aproveitamento Hidráulico*, *Estuários do Tejo e Sado*, e *Medicina de Precisão* como projetos-programa eminentemente direcionados para uma parte do território, onde existe a base territorial e os recursos para os concretizar, com unicidade.

Por outro lado, os GPE *Smart Region*, *Transportes Sustentáveis e Integrados*, e *No caminho para a Descarbonização*, possuem uma dimensão transversal, aplicável amplamente no sistema e subsistemas funcionais da Região, contribuindo para o desenvolvimento de todos os seus territórios.

Por último, os GPE *Plataforma Atlântica de Lisboa* e *Escolas para o Mundo* possuem uma relação direta com o exterior, nomeadamente ao nível da sua conceptualização e implementação.

RLVT - ESCOLAS PARA O MUNDO - CENTROS DE EXCELÊNCIA INTERNACIONAL

A criação e desenvolvimento de Centros de Excelência Internacional que atraiam especialistas nacionais e estrangeiros, formadores e formandos, investigadores e empresas à RLVT, em áreas com prestígio internacional e instituições reconhecidas, centradas na investigação e na divulgação do conhecimento técnico e científico, permitirá dar notoriedade à Região, contribuir para as cadeias de valor, potenciar as empresas e tornar a RLVT mais atrativa para o investimento e para os jovens e famílias.

Estes Centros de Excelência Internacionais dedicar-se-ão à inovação, às políticas públicas, à regulação, ao apoio das empresas e dos recursos associados, respondendo aos desafios dos setores envolvidos, considerando os princípios da sustentabilidade e da economia circular, constituindo-se como:

- Entidades de formação, qualificação e atualização de alta qualidade, de profissionais nacionais e estrangeiros, de empresas e da administração pública;
- Fórum de reflexão e acompanhamento;
- Centros de apoio às empresas e organismos da administração pública.

Surtem como oportunidade de reforço da cadeia de valor educativa: com reforma de Bolonha criou condições para uma maior aposta em serviços mais ambiciosos no setor da educação; e, por outro lado, o *Brexit* que contribui fortemente para atrair estudantes estrangeiros que vêm também fortalecer outras cadeias de valor económico.

Cada uma das entidades responsáveis pela implementação dos centros de excelência internacional deve realizar acordos com entidades de ensino e empresas de formação de reconhecido valor.

Neste momento apresentam-se com condições existentes e com potencialidades a desenvolver as seguintes áreas:

- WATER, LISWATER (existente);
- MACHINE LEARNING, Lisbon Machine Learning School (existente);
- Data science and engineering, Lisbon Winter School / Data Science and Engineering (existente);
- TOURISM, a desenvolver no âmbito da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril;
- PRECISION MEDICINE, a criar;
- TRANSPORTS, a criar;
- SEA, a criar no âmbito da Plataforma Atlântica de Lisboa (já se verifica o interesse de empresas da Noruega em se associarem a um programa desta natureza);
- Centro de Inovação da Gastronomia e do Vinho (CIGV) em Torres Vedras, a criar.

RLVT - PLATAFORMA ATLÂNTICA DE LISBOA

A Plataforma Atlântica de Lisboa foi estudada no âmbito da RIS 3 do PORLisboa 2020, tendo sido realizado o respetivo programa, com a colaboração dos principais atores da RLVT. Este projeto tem, como base de partida, várias componentes:

- Promoção da Plataforma Atlântica de Lisboa como cluster do mar na Região (atividades), para aproveitar as oportunidades dos serviços do offshore, aceder aos recursos naturais do mar profundo (conhecimento, exploração e preservação), biotecnologia azul, energias renováveis do mar, potenciada pela legislação de suporte ao ordenamento e gestão do espaço marítimo e à monitorização ambiental, e pelo ensino e formação profissional para o mar (em particular formação profissional nas áreas da economia e ciências do mar, em estreita articulação com os centros universitários da região de Lisboa).

- Promoção da Plataforma Atlântica de Lisboa como grande porto (sistema portuário), verde e inteligente, para o planeamento e investimento, promoção da economia do mar e sua progressiva descarbonização, para desenvolvimento do transporte multi-modal, com a transformação do sistema portuário nacional numa área de serviço para navios a GNL e num hub de transshipment internacional e regional de GNL.
- Promoção da Plataforma Atlântica de Lisboa como sector chave na economia regional (especialização), na geração de emprego altamente qualificado e oportunidades de alto retorno de investimento, reforçando as atividades económicas e tradicionais marítimas: pesca, aquacultura, transporte marítimo, portos e indústria naval (aumento em 50% das receitas e do grau de especialização da indústria naval, aumento em 50% das receitas geradas pelas atividades transversais).
- Promoção da Plataforma Atlântica de Lisboa como Campus do Mar Lisboa (inovação), alojando plataformas de aceleração tecnológica nos portos para criação de novos negócios nas indústrias avançadas da economia do mar e novas competências), para encorajar a inovação e modernização na indústria (formação, I&D, e tecnologia), usar os portos como aceleradores tecnológicos das novas indústrias avançadas do mar, integrando-as na cadeia de valor da economia global.
- Promoção da Plataforma Atlântica de Lisboa com a criação de um centro de empreendedorismo do mar, de apoio ao desenvolvimento de negócios do mar, como infraestrutura de incubação empresarial concebida de raiz para as necessidades específicas das startups na área da economia do mar.

RLVT - MEDICINA DE PRECISÃO - DA INVESTIGAÇÃO AO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

A inovação no campo da saúde e qualidade de vida consiste num dos motores de desenvolvimento de um país. O futuro dos cuidados de saúde passa pela personalização desses cuidados. Esta mudança de paradigma beneficia o evidente trinómio doente – profissional de saúde – indústria, e resulta dos três pilares determinantes para a revolução nesse sector: as descobertas científicas, os avanços tecnológicos e a autonomização dos pacientes, o que define a base para a construção deste projeto.

O projeto prevê mais especialização no sector da saúde da RLVT, concretizando a Região como uma referência internacional em Medicina de Precisão, reforçada pelo desenvolvimento de áreas complementares baseadas em I&DT e alta tecnologia (biotecnologia, saúde transacionável, farmacologia, e-health, turismo de saúde, centros de investigação de referência internacional).

A Região deve ser referência europeia (ciências de referência, integração de redes de referência europeias, com centros de referência e excelência tecnológica localizados em Lisboa), e assumir-se como motor de desenvolvimento económico e social, em que:

- Promova políticas públicas que acelerem as respostas da ciência com novas formas da medicina (medicina de precisão, farmacologia, e-health, etc), e da sociedade;
- Promova um modelo de saúde assente numa oferta pública de cuidados de saúde, incluindo cuidados paliativos, em que a oferta privada seja complementar; e com investimento para suprir carências ao nível do SNS.

Pretende-se dar resposta aos principais desafios da especialização da Saúde:

- Saúde pública: a medicina de precisão para reforçar e inovar o percurso dos cuidados de saúde e, portanto, da organização da saúde pública em geral;
- Avanço científico e clínico, de reforço da cadeia de exploração molecular das patologias ao tratamento terapêutico;

- Integração tecnológica: as ciências e tecnologias de informação convergem com as ciências da vida;
- Potencial económico, explorar a oportunidade do surgimento de uma nova fileira industrial;
- Pela emergência de uma forte concorrência internacional neste sector, o projeto passa por captar talentos científicos para consolidar as vantagens existentes.

A concretização deste projeto é uma antecipação da mudança de paradigma, numa base de apropriação territorial destas novas atividades e do serviço (com qualidade) que oferece às populações.

RLVT - ESTUÁRIOS DO TEJO E SADO - PAISAGEM, TURISMO E RECREIO E LAZER

Há uma região “funcional” que se organiza em torno dos Estuários do Rio Tejo e do Rio Sado interligados pelas interdependências entre os centros urbanos e as redes de produção. Estes dois macro sistemas naturais do Rio Tejo e do Rio Sado apesar de possuírem uma identidade própria, marcada pela paisagem, pela pequena serra, e pela frente de água não está amplamente explorada do ponto de vista funcional.

Este grande projeto traduz-se na concretização de espaços, atividades e redes funcionais ao longo das margens ribeirinhas, integrando na paisagem e no sistema funcional os vazios, as zonas obsoletas, os equipamentos em degradação, que constituem o contínuo marginal estuarino.

Trata-se de explorar o potencial agregador de funções e económico destas margens, potenciando o turismo e a qualidade de vida a partir do plano de água. Prevê medidas multisectoriais a serem desenvolvidas, tais como:

- Criação de uma rede ampla de acesso à água (navegabilidade estuarina e dos rios);
- Criação de uma rede de equipamentos de cultura local e lazer aumentando os pontos de contacto;
- Criação, renovação e qualificação das frentes de água, consolidando uma rede contínua de passeios ribeirinhos (como por exemplo entre Vila Franca de Xira e Cascais);
- Integração de zonas industriais obsoletas com novos usos, beneficiando a integração urbana;
- Recuperação de estruturas navais que possam constituir focos de desenvolvimento, por exemplo na náutica de recreio e na indústria naval tradicional;
- Criação de programas de carácter educacional com atividades ligadas à água;
- Mobilização do sector agrícola para o melhor aproveitamento do caudal disponível nos rios;
- Integração do potencial logístico do aumento da navegabilidade na estratégia de crescimento portuários dos rios.

No fundo, a partir do reforço da identidade local e da relação com os estuários, rios e ribeiras, dinamizar um conjunto de atividades com impacto socioeconómico que valorize o património e contribua para a sua utilização. As zonas costeiras podem merecer uma réplica ou uma extensão deste projeto.

RLVT – AGROALIMENTAR E FLORESTAL

As tendências de crescimento populacional apontam para que nas próximas décadas a população mundial esteja maioritariamente concentrada nas áreas urbanas, o que tem vindo a conferir ao planeamento alimentar urbano, em especial nas áreas metropolitanas, uma posição de relevo no seio das agendas políticas nacionais e internacionais. Por outro lado, o reconhecimento do papel dos territórios rurais, de produção agrícola e florestal demonstraram a sua importância na consolidação do sistema regional alargado.

Neste âmbito, propõe-se um grande projeto estruturante para o sistema Agroalimentar da Região integrando a componente Florestal do território numa ótica de gestão integrada, de resiliência aos riscos e vulnerabilidades, e de adaptação às alterações climáticas. E em paralelo, para otimizar os usos do solo em função da produtividade, adotando os princípios da circularidade, apresentam-se:

a) Para o setor agroalimentar da Região:

- Promoção da qualidade dos produtos alimentares e lançamento de novos conceitos de alimentação mais saudável;
- Criação de sistemas de produção inovadores e sustentáveis;
- Estímulo às empresas eco eficientes e sistemas de produção com maior potencial em alimentos saudáveis, seguros e sustentáveis;
- Desenvolvimento de novas tecnologias de produção e processamento dos alimentos destinados a mercados mais distantes;
- Desenvolvimento e comercialização de novos produtos alimentares com dimensão competitiva e valor acrescentado;
- Alimentação sustentável.

Ainda de considerar os princípios subjacentes aos objetivos para a bioeconomia, de acordo com o 4º Exercício Prospectivo do SCAR (*Standing Committee on Agricultural Research*) da Comissão Europeia, que incluem a abordagem em cascata e a (bio)economia circular, passando pela redução dos desperdícios alimentares e prioridade à produção de alimentos.

- numa ótica multidisciplinar, apontam-se como projetos âncora de partida:
 - Campus AGRO-TECH - O consórcio AGRO-TECH foi criado por despacho conjunto dos Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, com o intuito de promover a investigação e desenvolvimento experimental de áreas como Agricultura e Floresta, Saúde Animal e Sanidade Vegetal e Tecnologia e Inovação para a Bioeconomia;
 - Estabelecimento de sala de demonstração (showroom) de produtos agrícolas e florestais de pendor alimentar ou outros (vestuário e acessórios de origem animal e vegetal de origem/manufatura certificada da região), sem preferência de marcas, potenciará o conhecimento dos produtos regionais ao reunir, numa única sala produtos, sabores e saberes variados. Permitirá também o acesso de pequenos produtores, sem capacidade de exposição individualizada a uma maior exposição;
 - Desenvolvimento de rotas agroalimentares com transportes públicos;
 - Desenvolvimento de programas de apoio a hortas urbanas;
 - Desenvolvimento de programas de redução de desperdício alimentares e derivados;
 - Desenvolvimento de plataforma com presença online e física para apoio à distribuição de produtos locais.

- b) Para o setor florestal da Região, prevê-se a melhoria da gestão das florestas, a promoção da sua resiliência, a redução dos riscos naturais, na garantia de crescimento sustentável e no reforço do potencial económico.
- numa ótica multidisciplinar, apontam-se como projetos âncora de partida:
 - Criação de um centro regional que faça a gestão e concentre a capacidade instalada de resposta aos desafios do sector, nomeadamente através de centros de competência (juntando indústria, produção e investigação) que:
 - Executem as agendas de investigação através da transferência de conhecimento e tecnologia para o setor (investigação estruturada c/ base na cooperação horizontal); e
 - Desenvolvam as ferramentas e os documentos científicos e técnicos necessários à tomada de decisão política bem informada.
 - Criação, colocação ou utilização de espécies autóctones (animais e vegetais), em adaptação às condições edafoclimáticas, com mais resistência a pragas e doenças, melhorando a capacidade de replantio ou repovoamento, motivado, ou não, por causas naturais;
 - Medidas de redução dos riscos naturais (incêndios rurais/florestais, pragas, doenças, alterações climáticas), nomeadamente:
 - Limpeza da floresta, com a retirada do terreno de material combustível que potencie a ocorrência e a intensidade dos incêndios;
 - Harmonização e atualização da cartografia de risco (suscetibilidade / perigosidade / exposição / vulnerabilidade) e das metodologias de elaboração dessa cartografia;
 - Criação de culturas e mecanismos de autoproteção e resiliência para os riscos naturais
 - Gestão e governação de riscos (sustentada na melhor informação científica e técnica e orientada para uma análise custo-benefício);
 - Criação de infraestruturas e equipamentos de autoproteção e resiliências adequadas às características de cada território (reabilitação de meios naturais de autoproteção e resiliência a riscos naturais);
 - Promoção da gestão dos espaços florestais na perspetiva da redução do risco, principalmente zonas protegidas e de interface urbano-rural;
 - Plantação de espécies florestais de combustão lenta;
 - Promoção de programas de educação junto das populações para criação de uma cultura e de mecanismos de autoproteção e resiliência, orientando o esforço para os riscos mais prováveis de cada território existente dentro da RLVT.
 - Realização de campanhas de divulgação de boas práticas agrícolas, da criação de incentivos financeiros aos modos de produção biológica/integrado, da criação de incentivos à produção de produtos DOP, da manutenção dos incentivos à detenção de animais e de espécies autóctones da região, e da melhoria da produtividade.
 - Criação de centrais de biomassa onde os materiais resultantes da limpeza da floresta possam ser destruídos e rentabilizados através da produção de energia, pela promoção do uso múltiplo dos espaços, integrando a produção animal com a produção agrícola e/ou florestal, e pela promoção de atividades de economia circular.

A RLVT tem no sector agroalimentar e florestal capacidade instalada e concentração de massa crítica altamente qualificada. Este complexo agroflorestal, onde reside grande potencial de especialização e

desenvolvimento, detém, provavelmente a maior exposição às alterações climáticas, o que torna obrigatório a formalização deste Grande Projeto Estruturante.

RLVT - TRANSPORTES SUSTENTÁVEIS E INTEGRADOS

Teremos alterações profundas no sector da mobilidade, dos transportes e da logística. Das vantagens competitivas para a economia de um sistema de transportes da RLVT integrado, flexível e fiável no transporte de pessoas e mercadorias, acrescem os desafios da circularidade, da neutralidade carbónica, e o imperativo da qualidade do ar e da redução do ruído. Adicionalmente, a digitalização da bilhética, da informação ao consumidor, com forte integração e conectividade entre operadores, abre novas possibilidades de otimização, qualidade e conforto, num quadro mais competitivo pelo aparecimento de serviços em aplicações Web e de soluções partilhadas (e-bike, carsharing).

Trata-se de uma mudança de paradigma assente na conectividade digital, nas fontes de energia renováveis, nos veículos elétricos, na mobilidade partilhada, nos veículos automáticos, passando do modelo do planeamento dos transportes para o modelo da gestão dos serviços de transportes, passando da posse do veículo à utilização, e a médio prazo, passando do condutor humano ao robot (redução de preços, melhoria da segurança).

Este grande projeto consiste em concretizar um sistema integrado de mobilidade, transportes e logística, de elevada conectividade entre o serviço e o utilizador (digitalização do ecossistema da mobilidade e dos transportes), como fator de qualidade de vida, de segurança, de otimização, de descarbonização e de competitividade. Primeiras linhas de atuação:

- Redução da emissão de gases com efeitos de estufa associada aos transportes,
- Vias de transporte público em sítio próprio;
- Aquisição e renovação de veículos de transporte público;
- Desenvolvimento e hardware de bilhética regional;
- Vias de transporte de modos suaves;
- Sensibilização e promoção da utilização do transporte público;
- Sistemas integrados de informação ao passageiro, assegurando a fiabilidade em termos de qualidade e pontualidade do serviço;
- Gares intermodais de transporte.

Este novo sistema, inclui investimentos de expansão, adequação ou conexão da atual rede de transportes e portos, como a expansão da capacidade do Aeroporto Lisboa e utilização civil da BA6, no Montijo (como forma de solucionar o problema da capacidade aeroportuária da região de Lisboa). Inclui também colmatar limitações em termos de acessos flúvio-marítimos e rodoferroviários e em especial no segmento da carga contentorizada (Desenvolver o Conceito de Porto Inteligente (smartport) para a simplificação e modernização do setor, adequar infraestruturas e equipamentos ao aumento da dimensão dos navios, garantir padrões de elevada eficiência, nas vertentes de operação, de ambiente, de energia e de segurança)

Aumentar a conectividade marítima, fluvial e terrestre alargando a rede marítima internacional e desenvolvendo ligações eficientes ao seu *hinterland*

O desafio consiste na nossa capacidade de, através da implementação deste grande projeto, alinhar as políticas públicas, dinamizar parcerias com a sociedade civil para cumprir compromissos internacionais em paralelo com o aumento da competitividade.

RLVT - SMART REGION

A transformação digital com o foco na informação é hoje uma alavanca da mudança do modelo de gestão das cidades e regiões, na convicção de que se gere melhor o que se conhece melhor, sendo uma matéria transversal a todos os domínios estratégicos da governação do território, da economia à inclusão social, do ambiente à regeneração urbana, da gestão e prevenção de riscos à integração urbano-rural. Este processo de transformação decorre, em grande medida, de quatro grandes mudanças que estão a confluir e a fornecer subitamente a capacidade das cidades se tornarem mais inteligentes do que antes – pessoas, dados, infraestruturas e tecnologia – que podem interagir de formas mais fluídas e sinérgicas do que antes.

Neste contexto, propõe a preparação de um grande projeto para uma região inteligente (SMART REGION) como uma plataforma, com um papel estruturante na sua transformação digital e alicerce indispensável da construção da inteligência urbana. Uma plataforma que dá acesso a serviços de dados (abertos) e de analítica urbana assentes nos dados recolhidos ou interligados da Internet de Tudo, visando suportar três tipos diferentes de funcionalidades: planeamento e gestão das cidades territórios; desenvolvimento de produtos e serviços pelos empreendedores e empresas; e prestação de informação e serviços ao cidadão. Vale a pena neste âmbito olhar para o *City as a Platform Manifesto* e, aceitando que, por si só, a tecnologia não vai resolver os desafios que enfrentamos, podemos adotar os princípios propostos visando a sua aplicação numa escala regional:

- Providenciar serviços que melhorem a qualidade de vida na região: beneficiando os residentes, o ambiente e ajudando a diminuir a fratura digital;
- Reunir stakeholders privados e públicos em ecossistemas digitais;
- Apoiar os princípios da economia de partilha, assim como a agenda para a economia circular;
- Proporcionar condições para que as start-ups e as empresas locais inovem e prosperem;
- Reforçar a segurança e privacidade de dados confidenciais;
- Informar as decisões políticas e oferecer mecanismos para que os residentes tenham uma palavra a dizer;
- Envolver os governos locais na sua governação e curadoria, sendo criadas e geridas por organizações competentes e reconhecidas;
- Ter como base standards abertos, as boas práticas da indústria e APIs abertas, de forma a facilitar uma abordagem neutra do fornecedor, com modelos de arquitetura acordados pela indústria;
- Apoiar uma abordagem comum para a federação de dados ou serviços para que todos façam parte da crescente economia dos dados;
- Apoiar os princípios definidos no Objetivo para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas 11: tornar as cidades e as comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.

No conceito de smart city, o potencial de crescimento suportado num modelo Smart (inteligente) deve ser visto ao nível da Região. Ao nível da região pode ser construído um sistema alargado, com massa crítica para sustentar as dinâmicas necessárias. A cidade funciona como centro da região, onde os restantes centros urbanos têm uma função de integração em rede e de especialização na nova economia. As fronteiras, com a digitalização, são irrelevantes. É área de polarização das várias centralidades que define o grande potencial de otimização funcional e de conectividade do território.

Assim, já com trabalho desenvolvido na componente de Smart, a região deve:

- Criar um centro de informação partilhada, com uma aposta efetiva de transparência e dados abertos (há iniciativas relevantes em Portugal neste âmbito: o portal dados abertos de Lisboa, o portal dados abertos de Cascais, o portal de dados abertos do governo, e em preparação, o Hub do Beato), maior envolvimento dos cidadãos, melhores serviços (mais eficientes), com alavancagem de novos modelos de desenvolvimento económico;

- Criar uma infraestrutura de “data” integrada do território que permita um planeamento inteligente de fluxos, de produção, de logística e de consumo, para gerir as questões urbanas (mobilidade, iluminação pública, etc) cruzando a informação de várias áreas.

Pretende-se a existência de um *ambiente open data*, em que os dados públicos estão disponíveis (são passíveis de ser utilizados de forma automática em processos de tomada de decisão - dados em formato *machine readable*, que possam ser usados sem qualquer custo por entidades públicas e privadas e respeitando as questões de privacidade e segurança).

Pretende-se *Inteligência coletiva ativa e passiva*, ou seja, que os cidadãos sejam emissores de informação e participem na “alimentação” do sistema (inteligência coletiva ativa) e que os dados capturados possam ser utilizados por todos (inteligência coletiva passiva).

Como resultado pretende-se potenciar a competitividade das redes urbanas, fortalecer o papel das cidades médias, criando redes para atração de investimento e capital humano, favorecendo a internacionalização das empresas, clusters de I&DT, e a captação de novos talentos.

RLVT - NO CAMINHO DA DESCARBONIZAÇÃO

A meta do Governo é de Portugal chegar a 2050 com balanço de carbono neutro. Compromisso assumido na conferência clima em Marraquexe. Para esta meta, as cidades têm papel extremamente importante no roteiro de neutralidade carbónica. A questão da mobilidade é fundamental, nomeadamente em termos de qualidade do ar e ruído.

É preciso regular o “acesso fácil” do carro na cidade. É importante traduzir a vantagem da descarbonização ao nível de custos, da saúde e do bem-estar e da produtividade. A descarbonização da sociedade nas suas múltiplas vertentes (produção industrial, setor transportador, setor residencial). No quadro das políticas da EU, a redução das emissões de gases com efeito de estufa até 2030, com vista a combater as alterações climáticas, tem a meta europeia de redução de 40 % das suas emissões de GEE, válida para todos os setores económicos, incluindo o setor transportador, com reduções nos setores abrangidos pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE) de 43% face a 2005 e de 30% nos restantes setores, bem como uma meta de 27% de utilização de energias renováveis.

Assim, este grande projeto concretiza-se com a antecipação da transição energética, que se traduz em competitividade e passa pelo investimento na sustentabilidade energética como alavanca da inovação, pela utilização de energias renováveis, a favor do crescimento sustentável. Há um grande projeto por concretizar que engloba:

- Substituição das fontes de energia com origem em combustíveis fósseis por fontes de energia renovável, para redução da dependência energética / aumento da quota das energias renováveis na produção/consumo global
- Desenvolver a investigação e o conhecimento em matéria de renováveis, em particular com origem no mar / ondas;
- Mapear a região por origem de potencial endógeno;
- Promover a produção descentralizada de energia renovável, com integração na rede;
- Exploração do potencial endógeno renovável
- Reduzir a dependência de fontes energéticas fósseis
- Reduzir a dependência energética do exterior, aumentando a segurança do aprovisionamento
- Valorização energética da biomassa
- Aumentar a eficiência na utilização de energia, com particular ênfase nos edifícios residenciais, de serviços e públicos, assim como na rede de iluminação pública

- Promover a utilização doméstica de energia com origem na energia solar
- Promover a sustentabilidade dos privados, das empresas e do setor público por forma a reduzir a dependência energética de energias menos ecológicas

Implica assumir o objetivo de construção de uma Macro Região competitiva, tecnológica e mais limpa, o que implica redesenhar as políticas públicas para atrair investimento e gerar rendimento. Implica um novo quadro mental com uma mais visão integrada ao nível da Região funcional.

RLVT - PROJETO TEJO - APROVEITAMENTO HIDRÁULICO DE FINS MÚLTIPLOS DO TEJO

Trata-se de projeto definido tecnicamente, com as seguintes características:

- Adequada utilização da água na agricultura, designadamente para a rega com origem em água do rio Tejo abrangendo áreas de 3 CIM: Oeste, Lezíria do Tejo e Médio Tejo e Península de Setúbal;
- Controle de cheias do rio Tejo;
- Controle da cunha salina em origem na água do mar;
- Navegabilidade e interesse turístico;
- Promoção da aquacultura;
- Abastecimento urbano e industrial;
- Recuperação de zonas ambientais sensíveis;

Apesar dos estudos ainda não se encontrarem suficientemente avançados para se poder tomar uma decisão conclusiva, ponderando as vantagens e impactes, reconhece-se o interesse deste projeto, nomeadamente na resposta às alterações climáticas e aos riscos que incidem diretamente sobre cada território. A dimensão do projeto, os seus custos e benefícios, devem conduzir a uma reflexão e a uma ampla participação dos Municípios intervenientes.

V. ESTRATÉGIA 2030: PRÓXIMOS PASSOS PARA A CONCRETIZAÇÃO

“O grande desafio para a terceira década deste século é uma administração de terceira geração apostada em premiar o bom desempenho quer da própria administração, quer dos vários atores do território.”

Margarida Pereira

“Um novo quadro mental: Fazer em vez de falar, Pensar em vez de tentar, Menos retórica política e mais visão integrada.” António Costa e Silva

“Fazer acontecer as coisas em tempo útil.” Maria João Freitas

Este capítulo atende à preocupação vertida em vários dos contributos recolhidos, que evidenciam a necessidade de modernização do próprio Estado (eficiência e eficácia), fora das exigências que se colocam à governação (políticas e estrutura). Em particular, existe a noção clara da necessidade de assegurar a concretização das propostas.

Assim, a proposta que se apresenta nos capítulos anteriores (visão, pilares estratégicos e grandes projetos), poderá considerar um processo mais desenvolvido de construção de uma política regional, de base programática. Importa recuperar os princípios a adotar e práticas permanentes a garantir segundo um caminho, que se propõe como próximos passos.

PRINCÍPIOS E A RELEVÂNCIA DO TERRITÓRIO

Um aspeto de partida é a fixação de Princípios-base. Não muito comum, mas necessário, é reequacionar premissas para a formulação, aprovação e concretização de políticas públicas.

Neste contexto, poderá potenciar políticas mais eficazes assumir a INTEGRAÇÃO DOS PRINCÍPIOS, nesta ordem, do Bem Público, da Equidade, da Coerência, da Ética, da Responsabilização, da Racionalidade, da Eficiência, da Precaução, da Transparência e da Participação. A defesa destes princípios pretende funcionar como reforço da robustez de cada Pilar Estratégico, de cada Grande Projeto, principalmente quando uma boa parte dos desafios que se colocaram no futuro, são desafios com elevado grau de incerteza.

Por outro lado, alguns dos contributos recolhidos evidenciam a necessidade de assegurar a territorialização de políticas públicas. Por exemplo, foi apontado que "a próxima geração de políticas tem de considerar: plataformas com "massa crítica" e não estratégias "paroquiais"; espaços de "liberdade/criação/co-criação"; o papel das universidades como estruturas sistémicas; a fertilização cruzada universidade-sociedade; e o papel da sociedade civil (user innovation co-design); assegurar a "transformação digital"; "melhorar a eficiência e focalização das políticas existentes"; e "aumentar o envolvimento dos stakeholders".

Neste contexto, poderá potenciar políticas mais coesas defender a RELEVÂNCIA DO TERRITÓRIO, nesta ordem, tornar o território relevante para todas as políticas de desenvolvimento, considerando territórios de base local onde os cidadãos vivem, trabalham e usufruem do seu lazer; melhorar a formulação e a divulgação de políticas através de uma atenção direcionada para o território e que satisfaça a necessidade de coerência e de coordenação entre as políticas a todos os níveis, assegurando que o território é tido em consideração em cada uma das fases: análise, diagnóstico, visão, objetivos, medidas, programas, projetos, estabelecimento de prioridades, implementação, avaliação, monitorização e avaliação dos impactos territoriais de todas as políticas. Defender a relevância do território na promoção da competitividade e no tratamento das iniquidades regionais e sociais, e na manutenção do equilíbrio entre áreas urbanizadas e

áreas naturais. Defender a relevância do território implica: o reforço do seu carácter histórico e patrimonial; o desenvolvimento da Coesão Territorial, que é um dos objetivos do Tratado de Lisboa; o respeito pela sua singularidade, identidade, carácter, distinção e individualidade; novas formas de vida urbana (tais como áreas urbanas e cidades compactas, densidades sustentáveis, cidades verdes, casas confortáveis e a preços acessíveis, um meio ambiente saudável e seguro, infraestruturas e serviços urbanos adequados, um sistema de transportes que assegure a mobilidade de forma sustentável, um sistema de comunicações que assegure a conectividade; segurança pessoal, acesso à saúde e à educação, uma configuração espacial que facilite a sociabilidade, ancorada em espaços públicos centrados nas pessoas, valorizando a urbanidade e o cosmopolitismo, em vez de se centrarem no lucro); a beneficiação das paisagens; a acessibilidade e as oportunidades de lazer que a paisagem oferece; atribuir uma dimensão territorial às avaliações gerais de impacto (GIA), a aplicação da Avaliação de Impacto Territorial (TIA), a aplicação de abordagens territoriais integradas (multi escalares, multinível, transectoriais, a vários prazos, interdependentes, consistentes, de parceria e monitorizadas); as políticas relevantes tomam corpo em territórios, cidades e regiões; produção de estratégias territoriais regionais, municipais e locais; investigação no âmbito do desenvolvimento regional e do ordenamento do território; demonstração de projetos e de programas, partilha de tecnologias e de experiências; valorização da urbanidade, da modernidade e do cosmopolitismo; incremento de áreas patrimoniais, e a valorização da imagem e o marketing.

PRÁTICAS PERMANENTES

A adoção de práticas permanentes surge como critério transversal para a concretização das políticas públicas de âmbito regional, orientadas para o desenvolvimento. Surgem da matriz de boas práticas e incorporam a natureza evolutiva e exigente em realidades de mudança:

- Aplicar a governança meta-territorial e meta-setorial: Promover abordagens multinível, a todos os níveis territoriais: a nível regional (relativamente às principais políticas e enquadramentos); a nível municipal e local (relativamente aos cidadãos e às empresas); promover abordagens multissetoriais, envolvendo ativamente todos os atores locais e regionais, as autoridades nacionais, os investidores, as empresas privadas, os investigadores, as universidades, as ONG, os cidadãos; promover a interdependência entre as estruturas setoriais e territoriais através da mediação das estratégias de desenvolvimento regional; criar espaços geográficos evolutivos, de acordo com as diferentes geografias das variáveis, das competências e das instituições, ultrapassando as discrepâncias entre a área funcional e a área institucional;
- Proceder a abordagens contínuas e integradas: Melhorar a formulação das políticas e a sua divulgação, através de uma atenção mais focada no território e que contemple a necessidade de coerência e de coordenação entre políticas a todos os níveis, assegurando que a dimensão territorial é tida em linha de conta em cada fase: análise, diagnóstico, visão, objetivos, medidas, programas, projetos, estabelecimento de prioridades, implementação, avaliação e monitorização. Deve ser feita a avaliação do impacto territorial de todas as políticas. A aplicação de abordagens contínuas e integradas implica ações multiescalares, multinível, transectoriais, com vários prazos, interdependentes, consistentes, de parceria e monitorizadas.
- Aplicar a sustentabilidade na ação: Com uma estratégia e um método, com visão e objetivos a longo prazo, investindo em medidas robustas, evitando resultados indesejados, antecipando passo-a-passo janelas de oportunidade; elaborar estratégias regionais, municipais e locais sustentáveis; melhorar e estimular o investimento; estimular a produção e a transferência de conhecimento; criar sinergias baseadas em estratégias de cooperação para o desenvolvimento

sustentado (p. ex., parcerias municipais/intermunicipais ou urbanas/rurais, incluindo territórios vizinhos); aplicar perspetivas globais, que transcendam as perspetivas parciais e setoriais; estimular práticas que favoreçam uma utilização sustentável dos recursos, sobretudo no que respeita à terra e à água (armazenamento da água na paisagem, prevenção de fugas de água, reciclagem e reutilização da água, utilização da água como um benefício climático); adotar soluções apropriadas às condições locais, aplicar metodologias conceituais e soluções no contexto local; mobilizar o potencial urbano de recursos não utilizados ou em espera; ensinar os valores da sustentabilidade e os seus instrumentos aos técnicos e aos jovens, promovendo o empreendedorismo na área da sustentabilidade; demonstrar soluções sustentáveis; promover conceções universais e acessibilidade para todos os utentes; aumentar a segurança nas áreas públicas; estimular a criatividade, promover áreas urbanas compactas, com intermodalidades; assegurar a “proximidade da cidade”; e também repensar o desempenho estratégico: (re)pensar as estratégias políticas (visão das políticas de planeamento); (re)pensar a estratégia (revisão de políticas) e (re)agir estrategicamente (reformas políticas); resolver os espaços inacabados e os vazios;

- Tomar decisões equilibradas: Sobretudo no que respeita ao equilíbrio entre: Competitividade; Coesão; Cooperação; Solidariedade (para corrigir as iniquidades sociais e regionais); e Sustentabilidade (entre as várias componentes); equilíbrio entre: equidade (o pilar social), eficiência (o pilar económico) e sustentabilidade (o pilar ambiental); procurar o ajustamento recíproco de interesses; equilíbrio entre visão, objetivos e medidas a curto, médio e longo prazo; considerar várias hipóteses/cenários de desenvolvimento, colocar a tónica nos objetivos, sem deixar de considerar os recursos. E também aproveitar os planos, programas e projetos de monitorização e de avaliação;
- Fortalecer o papel da UE, sobretudo nas Políticas Territoriais e no DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO: Criado pela UE, principalmente nas duas últimas décadas, através de vários instrumentos de desenvolvimento regional, tais como cartas, declarações, princípios de orientação, orientações políticas, programas de ação, livros verdes, políticas, estratégias, cenários, fundos, o desenvolvimento regional no território europeu e nos Estados-membros. Estes instrumentos, entre outros, correspondem à europeização dos sistemas nacionais de desenvolvimento regional. Os resultados mais relevantes são: a dimensão de algumas das políticas setoriais Europeias e nacionais, tais como a coesão, o desenvolvimento económico, a energia, o ambiente, a agricultura e os transportes, que têm uma dimensão territorial; a legislação acordada pelos Estados-Membros da UE e implementada pela legislação nacional; a cooperação territorial entre regiões, cidades e vilas; o realçar da atratividade e da competitividade das regiões e cidades; a terminologia, a informação, os dados e informação espaciais, a tecnologia das comunicações; o quadro institucional e a governança; a investigação em políticas e tendências territoriais; os fundos de desenvolvimento;
- Procurar ativamente o envolvimento e a capacitação das comunidades: direta e indiretamente, através de: políticas de desenvolvimento visíveis aos cidadãos nos seus próprios territórios, que os encorajem a deliberar em conjunto com os seus representantes políticos sobre todos os assunto respeitantes às suas vidas; induzindo novas formas de vida urbana que serão centradas nas pessoas, ao invés de serem centradas no lucro, ajudando a estruturar o debate público, a participação e o envolvimento de cidadãos e de interessados; estimulando as redes de cidadania e de interesses; criação de fóruns para articulação de assuntos importantes, com lugar para todos os atores relevantes; promoção da riqueza cultural, do intercâmbio cultural e da integração cultural;

- Trabalhar a incerteza: Aplicar os princípios da flexibilidade, da robustez, da equidade, precautório, da transparência, da legitimidade, da responsabilização, da proporcionalidade, da subsidiariedade e da coesão; procurar diversas soluções, em temas vários como o uso da terra, o uso dos edifícios, a energia, a paisagem, os transportes e a ecologia. Aplicar teorias e métodos apropriados às condições locais e abordagens interativas. Aplicar inovação e metodologias passo-a-passo (objetivos, medidas, programas e projetos), ligando a teoria à prática, ao invés de adotar sistemas de planeamento rígidos, adotar metodologias de praxis, envolvendo dinâmicas espaciais, adotar processos adaptativos, iterativos e evolucionários;
- Encurtar a distância que vai da teoria à prática: através de uma pesquisa científica aplicada, aplicar o desenvolvimento teórico à prática, para ultrapassar as discrepâncias entre teoria e prática; equilibrar o objetivo de uma aprendizagem plena com a reflexão teórica focada nas lições da experiência prática e profissional; acrescentar uma estrutura interna, tanto para a prática como para a aprendizagem, com a cooperação de equipas de profissionais com múltiplas valências, bem como proporcionar a assistência regular a eventos científicos, onde se realizam debates teóricos e políticos, sobre programas e projetos; reforçar as qualificações específicas dos profissionais em sede de um planeamento estratégico mais amplo; desenvolver as melhores soluções, com valor acrescentado, no sentido de resolver, com perspicácia e conhecimento, os principais problemas, que subsistem ou se perspetivam;
- Aplicar abordagens com vários horizontes temporais: Estabelecer objetivos coordenados a curto, médio e longo prazo, sempre que possível quantificados, e marcos de progresso; aplicar os princípios da consistência, da efetividade, da responsabilização e da continuidade; avaliar os cenários de acordo com a evolução das estratégias; privilegiar os objetivos relativamente aos meios; enfatizar claramente as ações, os mecanismos e os recursos que irão contribuir para a visão e para os objetivos; estabelecer contatos claros com todos os parceiros, e ter uma noção clara das formas de cooperação interna e externa de cada um deles, das atividades que cada um desenvolve, dos recursos financeiros que mobilizam, dos prazos e dos benefícios; integração horizontal e vertical de atividades e de recursos, e cooperação entre todos os parceiros, incluindo as entidades estatais, empresas privadas e ONG; reduzir a burocracia e simplificar processos; flexibilizar a implementação dos planos e valorizar o “interesse público”; aplicar formas diversas de parcerias público-privadas;
- Pensamento global, compromisso regional, ação local: As ações locais devem provir de uma visão global, assegurando, no entanto, o seu pleno potencial com programas regionais, municipais e locais integrados. Estabelecer também plataformas transversais a partir das quais os programas possam ser irradiados a nível regional, municipal e local, possibilitando uma cooperação mais ampla, sobretudo em termos sociais. Estes princípios serão aplicados através de políticas conjuntas, estratégias, programas, planos e projetos para um futuro sustentável integrados, multi-escalas, de longo alcance, robustos e comprometidos, por forma a assegurar cidades e vilas saudáveis. Os responsáveis pelo desenvolvimento regional e todos os seus atores e interessados estudarão a situação e as tendências atuais, para que possamos construir e criar a visão das cidades e da região. Todas as cidades e vilas da RLVT precisam de reabilitação urbana. A reabilitação urbana sustentável e integrada pode dar um enorme contributo para a resolução de muitos dos problemas relacionados com exclusão social e a pobreza.

PRÓXIMOS PASSOS

A sequência do presente relatório deve contemplar um conjunto de reflexões, relatórios e programas que permitam consubstanciar e detalhar as propostas agora apresentadas.

Neste sentido, será desde já realizada uma reflexão relativa a cada um dos dez Pilares Estratégicos, considerando as entidades com atribuições e competências nos respetivos domínios, as instituições de ensino e de investigação especializadas, assim como profissionais de reconhecido mérito. Estas reuniões têm como objetivo: consolidar as propostas; detalhar as áreas estratégicas, constantes de cada pilar estratégico; complementar as linhas de ação respetivas e realizar programas de intervenção.

No domínio dos Grandes Projetos Estruturantes será desde já realizada uma reflexão para consolidar as propostas com as entidades oficiais com atribuições e competências nos respetivos domínios, assim como com outras instituições e especialistas no sentido de definir os respetivos programas de intervenção.

Estas reflexões, relatórios e programas devem contemplar igualmente a especialização territorial.

LISTA DE FIGURAS E LISTA DE SIGLAS

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Peso da RLVT e as suas Sub-regiões no país: principais indicadores	9
Figura 02: Deslocações sub-regionais e inter-regionais	10
Figura 03: Sistema Urbano 2011 e Movimentos Pendulares 2011	11
Figura 04: Cronologia de documentos estratégicos e desenvolvimento territorial em vigor na RLVT	13
Figura 05: Domínios da Estratégia Regional de Especialização Inteligente de Lisboa 2014-2020.....	13
Figura 06: Desafios temáticos e subtemas para recolha de contributos e sessões de reflexão	14
Figura 07: Esquema com 3 grandes conteúdos deste documento.....	15
Figura 08: Esquema com identificação dos Pilares Estratégicos	25
Figura 09: Esquema do Pilar Estratégico Sustentabilidade Demográfica e Juventude.....	26
Figura 10: Esquema do Pilar Estratégico Qualificação	31
Figura 11: Esquema do Pilar Estratégico Novas Tecnologias.....	34
Figura 12: Esquema do Pilar Estratégico Alto Valor Acrescentado	38
Figura 13: Esquema do Pilar Estratégico Urbanidade	42
Figura 14: Esquema do Pilar Estratégico Inclusão Social e Combate à Pobreza.....	50
Figura 15: Esquema do Pilar Estratégico Idade +	53
Figura 16: Esquema do Pilar Estratégico Tejo e Sado.....	57
Figura 17: Esquema do Pilar Estratégico Património	62
Figura 18: Esquema do Pilar Estratégico Economia Circular	65
Figura 19: Esquema do conjunto de Grandes Projetos Estruturantes	70

LISTA DE SIGLAS

ADENE,	Agência para a Energia
AIDUS	Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável
AMA,	Autoridade de Modernização Administrativa
AML	Área Metropolitana de Transportes
ANA,	ANA Aeroportos,
ANACOM,	Autoridade Nacional de Comunicações
ANPC,	Autoridade Nacional de Proteção Civil
APA,	Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.
APL,	Administração do Porto de Lisboa
AMT,	Autoridade Mobilidade Transportes,
ARSLVT,	Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo
BA6,	Base Aérea 6 do Montijo
CAP,	Confederação dos Agricultores de Portugal
CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CDSSS	Centro Distrital SS Setúbal
CGTP-IN,	Confederação Geral de Trabalhadores Portugueses
CIM	Comunidades Inter Municipais
CLDS,	Contratos Locais de Desenvolvimento Social
CM,	Câmaras Municipais
CPCI,	Confederação Portuguesa do Construção Imobiliário
CPCI,	Conselho Regional de Lisboa e Vale do Tejo
CTP,	Confederação Turismo Português,
DGAV,	Direção Geral de Alimentação e Veterinária

DGPC,	Direção Geral do Património Cultural
DGPM,	Direção-Geral de Política do Mar
DRAPLVT,	Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo
EIDT	Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da AML
EPAL,	Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA
FCT,	Fundação para a Ciência e Tecnologia
FEDER,	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEEL,	Fundos Europeus Estruturais e de Investimento
FSE,	Fundo Social Europeu
GNR,	Guarda Nacional Republicana
GPE,	Grande Projeto Estruturante
GPL,	Gás de Petróleo Liquefeito
ICNF,	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
I&D,	Investigação e Desenvolvimento
I&D&I,	Investigação e Desenvolvimento e Inovação
I&I,	Investigação e Inovação
IEFP,	Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P.
INE,	Instituto Nacional de Estatística, I.P.
INIAV,	Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P.
INR,	Instituto Nacional Reabilitação
IP.SA,	Infraestruturas Portugal
IPDJ,	Instituto Português do Desporto e Juventude
ITQB Nova,	Instituto de Tecnologia Química e Biológica
LNEG,	Laboratório Nacional de Energia e Geologia
LVT	Lisboa e Vale do Tejo
ML,	Metropolitano Lisboa
MIN	Ministério (s)
NO2,	Óxido Nítrico
OCDE,	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OE,	Orçamento de Estado
PARL,	Plano de Ação Regional de Lisboa
PE,	Pilar Estratégico
PIB,	Produto Interno Bruto
PM10,	Particulate Matter 10
PME,	Pequenas e Médias Empresas
PNR,	Plano Nacional de Reformas
PORL,	Programa Operacional Regional de Lisboa
PP,	Políticas Públicas
PSP-CML,	Comando Metropolitano Lisboa da Polícia de Segurança Pública
PTO,	Parque Tecnológico Óbidos
QCA,	Quadro Comunitário de Apoio
QREN,	Quadro de Referência Estratégica Nacional
RIS3 LISBOA	Estratégia de Especialização Inteligente Regional de Lisboa (EREIL)
RLVT	Região de Lisboa e Vale do Tejo
RSI,	Rendimento Social de Inserção
RSU,	Resíduos Sólidos Urbanos
RTE-T,	Rede transeuropeia de transportes
SCML,	Santa Casa Misericórdia de Lisboa
TAGUSVALLEY,	Tagusvalley Parque Tecnológico

TIC,	Tecnologias de Informação e Comunicação
TP,	Turismo de Portugal
EU,	União Europeia
ULusófona,	Universidade Lusófona
USF,	Unidade de Saúde Familiar
VAB,	Valor Acrescentado Bruto

BIBLIOGRAFIA / DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

ACEMOGLU, Daron e James A. Robinson. 2013. Porque Falham as Nações – As Origens Do Poder, Da Prosperidade E Da Pobreza. Lisboa: Temas e Debates.

Declaração de Cascais, documento estratégico “more of the same is not enough”, aprovada pelo Conselho Europeu de Urbanistas, na X Bienal das Cidades e dos Urbanistas da Europa, com o tema “Novos Paradigmas, Desafios e Oportunidades das cidades europeias. A contribuição de Urbanismo para superar a crise”, promovida pela Câmara Municipal de Cascais e pelo ECTP-CEU, realizada no Centro de Congressos do Estoril (Cascais, 19 a 21 de setembro).

EEA (2013). Urban adaptation to climate change in Europe - Challenges and opportunities for cities together with supportive national and European policies. EEA Report No 2/2012. Publicado pela European Environment Agency, Copenhagen.

ESPON, ed. 2018. The territorial dimension of future policies: New ESPON working paper: ESPON;

EU (2015) Towards an EU Urban Agenda 2015, Working together on the future of European cities and promoting European urban success stories, ROM B.V., Publisher Louise Bos, Amsterdam.

EU (2015). Dez prioridades para a Europa 2015, Comissão Europeia, Direção-Geral da Comunicação, Bruxelas.

EU (2015). Transforming our world: the 2030 agenda for sustainable development A/RES/70/1, United Nations, sustainabledevelopment.un.org.

EUROSTAT, ed. 2016. Eurostat Regional Yearbook 2016.

FERRÃO, P., Fernández J. E, 2013. Sustainable Urban Metabolism, Cambridge, MA, USA: MIT Press,

FLORIDA, Richard. 2010. The Great Reset: How New Ways of Living and Working Drive Post-Crash Prosperity. ed. HarperCollins. New York: HarperBusiness.

GIRARDET, H., The Gaia Atlas of Cities. Gaia Books Limited, Londres, 1992.

GOODSTADT, Vincent; BOUCHE-FLORIN, Luc-Emile; CORREIA Paulo (2013). The Charter of European Planning Barcelona 2013 The Vision for Cities and Regions - Territoires of Europe in the 21st Century approved by the General assembly of Barcelona the 22th april 2013. ECTP-CEU (The European Council of Spatial Planners - le Conseil Européen des Urbanistes), 2013 Mariembourg.

GOVERNO PT (2002) Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2002, de 8 de abril.

GOVERNO PT (2014) Plano de Ação Regional de Lisboa 2014-2020. Janeiro 2014, Lisboa.

GOVERNO PT (2014) Portugal 2020 - Acordo de Parceria 2014-2020.

GOVERNO PT (2014) Programa Operacional Regional de Lisboa 2014-2020: Programa operacional ao abrigo do objetivo de investimento no crescimento e no emprego. Lisboa.

GOVERNO PT (2015) Estratégia Cidades Sustentáveis 2020. Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2015, de 11 de agosto de 2015.

GOVERNO PT (2015) Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROT OVT), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 64-A/2009 de 6 de agosto e retificada pela Declaração de Retificação n.º 71-A/2009, de 2 de outubro de 2009.

GOVERNO PT (2015). Especialização Inteligente de Lisboa 2014 – 2020 [RIS3 LISBOA 2014-2020]. Atualizada em janeiro 2015, Lisboa.

GOVERNO PT (2015). Estratégia Cidades Sustentáveis 2020, aprovada com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2015, de 16 de julho.

GOVERNO PT (2015). Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Área Metropolitana de Lisboa 2014-2020. Publicada pela AML – Área Metropolitana de Lisboa. Janeiro 2015, Lisboa.

HAJER Maarten, DASSEN Ton (2014). Smart about Cities: Visualizing the Challenges for 21st Century Urbanism. Nai010/ PBL (Netherlands Environmental Assessment Agency) publishers, June 2014, Rotterdam. 250 pages.

HAJER, M., Dassen, T., Smart About Cities, nai010 Publishers, Roterdão, 2014.

MATEUS, Augusto et al (2013). 25 anos de Portugal europeu: A economia, a sociedade e os fundos estruturais. Publicado por Fundação Francisco Manuel dos Santos e Sociedade de Consultores Augusto Mateus & Associados (AM&A). Lisboa, Maio 2013.

OVASKA J., Business Models for a Circular Economy, SITRA, Helsínquia, 2016.

TEIXEIRA, João Pereira. 2013. A Centenary of Spatial Planning in Europe. ECTP-CEU. Osman Publishing.

TEIXEIRA, João Pereira. 2017. Artigo “Smart cities tackling cities turning point”, na publicação “Quality of Space – Quality of Life: Planning for Urban Needs of diverse timeframes”, AESOP ed..

UN (2013). State of the World Cities 2012-2013 - Prosperity of Cities. First published 2013 by Routledge. United Nations Human Settlements Programme (UN-Habitat), 2013 Nairobi.

UN (2015). World Urbanization Prospects: The 2014 Revision, Highlights (ST/ESA/SER.A/352). Department of Economic and Social Affairs, Population Division. UN 2014, New York.

WEF (2015). Top Ten Urban Innovations. Prepared by the Global Agenda Council on the Future of Cities REF 1910152015. World Economic Forum, October 2015 Geneva.

WEF ed. Towards the Circular Economy: Accelerating the scale-up across global supply chains, World Economic Forum, Geneva, 2014.

ANEXO 1 – MATRIZ SÍNTESE DOS CONTRIBUTOS DOS ORADORES E ENTIDADES CONSULTADAS

Matriz síntese dos contributos dos oradores e entidades consultadas

ANEXO 2 – CONTRIBUTOS DAS ENTIDADES CONSULTADAS

Lista de entidades consultadas e respostas recebidas

ANEXO 3 – SESSÕES DE REFLEXÃO

Programa das sessões

Lista de presenças

Resultados de inquérito